



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº7/2023/CAMEN/IFSULDEMINAS

4 de julho de 2023

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias - IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, aprovada em 07 de junho de 2023.

A presidente da Câmara de Ensino - CAMEN do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professora Márcia Rodrigues Machado, nomeada pela portaria Nº 1.236, publicado no DOU de 04.09.2020, seção 2, página 22 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes.

Art. 2º Atualizar a Resolução CONSUP Nº 09/2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 07 de junho de 2023.

Márcia Rodrigues Machado

Presidente da Câmara de Ensino

IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcia Rodrigues Machado, DIRETORA DE ENSINO - CD3 - IFSULDEMINAS - DE**, em 04/07/2023 17:35:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 366793

Código de Autenticação: 75d80a0d83

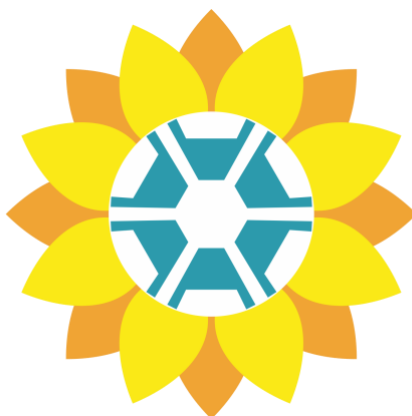




INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Inconfidentes

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO - área - CIÊNCIAS AGRÁRIAS**



Inconfidentes/MG

2023

GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITOR DO IFSULDEMINAS

Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Clayton Silva Mendes

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Elisângela Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cleber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto e Carlos José dos Santos.

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

João Paulo Rezende, Luciano Pereira Carvalho, Márcio Maltarolli Quidá, Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, Thiago Caproni Tavares, Carlos Alberto de Albuquerque e Andresa Fabiana Batista Guimarães

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Paulo Espedito Mariano, Giuliano Manoel Ribeiro do Vale, Jonathan Ribeiro de Araújo, Dorival Alves Neto, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Willian Roger, Martinho Moreira, João Paulo Junqueira Geovanini, Olimpio Augusto Carvalho Branquinho

Representantes do Corpo Discente

Italo Augusto Calisto do Nascimento, Leonardo Fragoso de Mello, Fernanda Flório Costa, Roneilton Gonçalves Rodrigues, Débora Karolina Corrêa, Hiago Augusto Felix, Danilo Gabriel Gaioso da Silva e Kaylaine Aparecida Oliveira Barra

Representantes dos Egressos

Igor Corsini, Keniara Aparecida Vilas Boas, Jorge Vanderlei da Silva, Rafaele Cristina Vicente da Silva, Otavio Pereira dos Santos, Bernardo Sant' Anna Costa, Adriano Carlos de Oliveira e Hellena Damas Menegucci

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido e Letícia Osório Bustamante

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima e Cícero Barbosa

Representantes Sindicais

Rafael Martins Neves

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

Juliano de Souza Caliari

Campus Poços de Caldas

Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre

Alexandre Fieno da Silva

Campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações

Carlos José dos Santos

COORDENADORA DO CURSO

Sindynara Ferreira

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES

Carlos Magno de Lima
Davi Vieira Medeiros
Hebe Perez de Carvalho
Jamil de Moraes Pereira
Lilian Vilela Andrade Pinto
Luiz Carlos Dias da Rocha
Sindynara Ferreira
Verônica Soares de Paula Moraes
Wallace Ribeiro Correa

COLABORADORES

João Batista Begnami
Samuel Pinheiro Santos

PEDAGOGAS

Cleonice Maria da Silva
Eneida Sales Noronha

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES CURRICULARES

Nome	Titulação	Formação	Área de atuação
Adriana Daló Rodrigues Barbosa	Especialista	Administração - Gestão de Pessoas e Atendimento Especializado e Educação Inclusiva	Associativismo e Cooperativismo I Associativismo e Cooperativismo II
Ana Cristina Ferreira Moreira da Silva	Doutor	Tecnólogo em Laticínios -	Processamento de Produtos de Origem Animal

		Engenharia Agrícola	
André da Cruz França Lema	Doutor	Médico Veterinário; Zootecnia; Formação Pedagógica em Biologia - Zootecnia	Anatomia e Fisiologia Animal Sistemas sustentáveis de produção animal III Higiene e inspeção sanitária de alimentos
André Luigi Amaral Di Salvo	Doutor	Tecnólogo em Processamento de Dados; Complementaçã o pedagógica em Matemática - Tecnologia	Informática Aplicada I Informática Aplicada II
Carlos Cesar da Silva	Doutor	Química; Ciências - Energia	Matemática Aplicada
Carlos Magno de Lima	Mestre	Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º Grau; Pedagogia - Agronomia	Introdução às Ciências Agrárias Mecanização I Mecanização II Desenho Técnico e Construções Rurais
Cleber Kouri de Souza	Doutor	Agronomia - Agronomia	Gênese, morfologia e classificação do solo
Constantina Dias Papparidis	Mestre	Ciências - Biologia Celular	Tópicos de Biologia I Tópicos de Biologia II
Davi Vieira Medeiros	Mestre	Letras - Linguística	Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação
Ediano Dionísio do Prado	Doutor	Ciências Sociais e Programa Especial de Formação Pedagógica em Sociologia equivalente a licenciatura plena - Sociologia	Sociologia e Extensão Rural I Sociologia e Extensão Rural II Sociologia e Extensão Rural III
Evando Luiz Coelho	Doutor	Engenharia Agrônômica - Agronomia	Sistemas sustentáveis de produção vegetal V

Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestre	Letras - Letras – Linguagem, Cultura e Discurso	Leitura e Produção de Textos I Leitura e Produção de Textos II
Fernanda Goes da Silva	Mestre	Administração; Programa Especial de Formação Pedagógica na disciplina Administração - Educação	Economia e Administração Rural I Economia e Administração Rural II
Fernando da Silva Barbosa	Doutor	Engenharia Agrônômica - Ciências	Agrometeorologia e Climatologia Manejo e avaliação de sistemas de irrigação
Gusthavo Ribeiro Vaz da Costa	Mestre	Zootecnia - Nutrição e Produção Animal	Sistemas sustentáveis de produção animal II
Hebe Perez de Carvalho	Doutor	Engenharia Agrônômica - Agronomia - Fitopatologia	Fundamentos de fitopatologia e manejo integrado de doenças Tecnologia de Produção de Sementes
Idalino Firmino dos Santos	Especialista	Pedagogia - Gestão Escolar	Planejamento e Projetos I Planejamento e Projetos II Planejamento e Projetos III
Jamil de Moraes Pereira	Doutor	Engenharia Agrônômica - Ciências - Microbiologia Agrícola	Microbiologia Geral Organismos do solo úteis na agricultura
João Batista Begnami	Doutor	Filosofia; Pedagogia - Educação	Pedagogia da Alternância I Pedagogia da Alternância II Plano de Pesquisa I Plano de Pesquisa II Plano de Pesquisa III Plano de Pesquisa IV
João Paulo Lopes	Doutor	História	História e cultura afro-brasileira e indígena
Jorge Alexandre Nogueira Santos	Doutor	Química; Licenciatura plena em Química - Ciências - Biologia Molecular	Química Geral Inorgânica Química Orgânica Bioquímica

José Luiz de Andrade Rezende Pereira	Doutor	Engenharia Agrônômica - Ciências: Agronomia - Fitotecnia	Sistemas sustentáveis de produção vegetal II Sistemas sustentáveis de produção vegetal IV
Lidiane Teixeira Xavier	Doutor	Pedagogia - Educação Escolar	Políticas Educacionais Psicologia da Educação
Lilian Vilela Andrade Pinto	Doutor	Engenharia Florestal - Ciências: Manejo Florestal	Sistemas Agroflorestais Fundamentos de Geotecnologia
Lucas Boscov Braos	Doutor	Engenharia Agrônômica - Agronomia	Fertilidade de solo e Nutrição das Plantas Sistemas sustentáveis de produção vegetal III
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutor	Engenharia Agrônômica - Agronomia	Fundamentos de entomologia e manejo integrado de pragas Agroecologia I Agroecologia II Agroecologia III
Mara Aparecida Pereira de Ávila	Doutor	Enfermagem - Ciências Fisiológicas	Ambiente, Saúde e Segurança
Marcos Magalhães de Souza	Doutor	Ciências Biológicas - Ciências: Agronomia - Entomologia	Zoologia Geral
Marcus Vinícius Gomes de Lima	Mestre	Engenharia Civil e Matemática - Engenharia Urbana	Estatística Aplicada
Maria Isabel Antunes Rocha	Doutor	Psicologia - Educação	Tópicos em Educação do Campo
Mark Pereira dos Anjos	Mestre	Direito - Direito	Direito Agrário Políticas Públicas
Melissa Salaro Bresci	Doutor	Licenciatura em Pedagogia; História - Educação: Teorias, Políticas e Cultura em Educação	Didática Geral História da Educação Escola, Gestão e Currículo

Nilton Luiz Souto	Doutor	Licenciado em Ciências - Educação: Ensino e Práticas Culturais	Metodologia do Trabalho Científico I Metodologia do Trabalho Científico II Metodologia do Trabalho Científico III
Paula Inácio Coelho	Mestre	Pedagogia - Educação	Filosofia da Educação Sociologia da Educação
Paulo Augusto Ferreira Borges	Mestre	Engenharia de Agrimensura - Ciências - Engenharia de Transporte	Topografia Básica
Rafael Cesar Bolelli Faria	Doutor	Ciências Biológicas - Ensino de Ciências e Matemática	Tópicos em Genética
Rodrigo Palomo de Oliveira	Doutor	Zootecnia - Ciências: Nutrição de Ruminantes	Sistemas sustentáveis de produção animal I Nutrição e Forragem
Sindynara Ferreira	Doutor	Engenharia Agrônoma; Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em Ciências Biológicas; Tecnólogo em Logística - Ciências: Agronomia - Fitotecnia	Prática de Extensão I Sistemas sustentáveis de produção vegetal I Estágio Curricular Supervisionado I Estágio Curricular Supervisionado II Prática de Extensão II Estágio Curricular Supervisionado II - S Estágio Curricular Supervisionado III Estágio Curricular Supervisionado III - S Prática de Extensão III Estágio Curricular Supervisionado IV Estágio Curricular Supervisionado IV - S Sistemas sustentáveis de produção Vegetal VI Prática de Extensão IV Gênese, morfologia e classificação do solo
Valdir Barbosa da Silva Junior	Mestre	Licenciatura Plena em Física - Ciências: Química	Física Aplicada
Verônica Soares de Paula Moraes	Mestre	Economista Doméstica	Processamento de Produtos de Origem Vegetal

		- Economia Doméstica	
Wallace Ribeiro Correa	Doutor	Ciências - Ciências: Fármacos, Medicamentos e Insumos de Saúde	Educação Ambiental Fisiologia Vegetal Análise da prática pedagógica I Análise da prática pedagógica II Análise da prática pedagógica III Análise da prática pedagógica IV Análise da prática pedagógica V Análise da prática pedagógica VI Análise da prática pedagógica VII Análise da prática pedagógica VIII

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	16
1.2 Entidade Mantenedora	16
1.3 IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Inconfidentes	16
2 DADOS GERAIS DO CURSO	17
3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS.....	18
4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO <i>CAMPUS</i> INCONFIDENTES	19
5 APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	25
5.1 Concepções teóricas.....	27
5.1.1 Histórico e princípios da educação do campo.....	27
5.1.2 Pedagogia da alternância.....	31
5.1.3 A educação popular e Paulo Freire	34
5.1.4 A agroecologia.....	36
5.2 Fundamentação legal.....	37
6 JUSTIFICATIVA	39
7 OBJETIVOS	40
7.1 Geral	40
7.2 Específicos	41
8 FORMA DE ACESSO	42
8.1 Seleção.....	42
8.2 Matrícula	42
8.3 Trancamento	43
9 PERFIL PROFISSIONAL QUE SE DESEJA FORMAR E ÁREAS DE ATUAÇÃO	43
10 ESTRUTURA CURRICULAR	45
10.1 Conteúdos curriculares e áreas de formação pedagógica	46
10.1.1 Formação geral.....	47
10.1.2 Formação específica	47
10.1.3 Formação integradora	49
10.1.4 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem	50
11 ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES.....	50
11.1 Representação gráfica do perfil de formação	51
11.2 Matriz Curricular	53
11.3 Língua brasileira de sinais	57
11.4 Educação ambiental.....	57

11.5 Educação em direitos humanos	57
11.6 Relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira e indígena.....	57
11.7 O estágio curricular supervisionado	58
11.7.1 Aproveitamento de experiências.....	60
11.8 Atividades acadêmico-científico-culturais (AACC).....	61
11.9 Trabalho de conclusão de curso (TCC).....	64
11.9.1 Comitê de ética em pesquisa com seres humanos.....	66
11.9.2 Comissão de ética no uso de animais	66
11.10 Atividades de extensão e pesquisa	66
11.10.1 Práticas de extensão.....	67
11.10.1.1 Curricularização da extensão.....	67
11.10.2 Práticas de Pesquisa.....	68
12 EMENTÁRIO	69
13 OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA	150
13.1 O ritmo de alternância no curso LECCA	150
13.2 Organização das atividades pedagógicas na SE e na ESP	150
13.3 Organização da SE com os componentes curriculares integradores e atividades pedagógicas complementares	153
13.4 Organização das atividades na ESP	154
14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	155
14.1 Dos preceitos da avaliação.....	155
14.2 Distribuição de notas e prazos de registro	156
14.3 Da frequência	158
14.4 Da verificação do rendimento escolar e da aprovação	158
14.5 Do desligamento no curso.....	162
14.6 Educação inclusiva, terminalidade específica e flexibilização curricular	163
14.6.1 Terminalidade específica	163
14.6.2 Flexibilização curricular	165
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	166
16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	167
17 APOIO AO DISCENTE	169
17.1 Hospedagem e alimentação	169
17.2 Acompanhamento nas ESP	169
17.3 Apoios extracurriculares.....	170
17.4 Atendimento a pessoas com transtornos de aprendizagem.....	170

18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	171
19 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	173
19.1 Corpo docente	173
19.1.1 Formação específica para o corpo docente e auxiliar	176
19.2 Corpo administrativo	176
19.3 Núcleo Docente Estruturante	178
19.4 Colegiado de curso	179
19.5 Coordenação pedagógica	180
19.6 Coordenação de curso	181
20 INFRAESTRUTURA	181
20.1 Biblioteca, instalações e equipamentos	182
20.2 Laboratórios	183
21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	187
REFERÊNCIAS	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organização do estágio supervisionado. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.....	59
Quadro 2. Conjunto dos mediadores didáticos que interatuam no curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2023.	152
Quadro 3. Processo de avaliação nos tempos e espaços do curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.....	156
Quadro 4. Tempo-espaço de fechamento de cada sequência de alternância no curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.	157
Quadro 5. Resumo de critérios para efeito de promoção ou retenção nas disciplinas. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.	161
Quadro 6. Relação de servidores docentes para atuar no curso LECCA. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.	173
Quadro 7. Servidores técnicos-administrativos que poderão atuar no curso LECCA. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.....	176

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1. Registros fotográficos do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” em 1918; Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes em 1978; IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes em 2018. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2023.	23
Figura 2. Arquitetura do curso LECCA no tempo-espaço. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.....	150
Figura 3. Mediações pedagógicas da SE, ESP e outras que interatuam nos dois espaços e tempos. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, 2023.	151

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ÁREA – CIÊNCIAS AGRÁRIAS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)
CNPJ: 10.648.539/0001-05
Dirigente: Cleber Avila Barbosa
Endereço: Avenida Vicente Simões, nº 1.111.
Bairro: Nova Pouso Alegre
Cidade: Pouso Alegre
UF: Minas Gerais
CEP: 37553-465
Telefone: (35) 3449-6150
E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
CNPJ: 00.394.445/0532-13
Dirigente: Getúlio Marques Ferreira
Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L, 4º andar, Edifício Sede
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília
UF: Distrito Federal
CEP: 70047-902
Telefone: (61) 2022-8597
E-mail: setec@mec.gov.br

1.3 IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes*

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) *Campus Inconfidentes*
CNPJ: 10.648.539/0004-58
Dirigente: Luiz Flávio Reis Fernandes
Endereço: Praça Tiradentes, nº 416.
Bairro: Centro
Cidade: Inconfidentes
UF: Minas Gerais
CEP: 37576-000
Telefone: (35) 3464-1200
E-mail: gabinete.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Licenciatura em Educação do Campo - área: Ciências Agrárias.

Sigla: LECCA.

Modalidade: Presencial.

Local de funcionamento: IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes.

Ano de Implantação: 2016.

Habilitação: Licenciado em Ciências Agrárias.

Turnos de funcionamento: Integral.

Número de vagas oferecidas: 35 vagas.

Forma de ingresso: Processo Seletivo Especial.

Requisitos de acesso: Ensino Médio Completo.

Integralização do curso: 4 anos.

Periodicidade de oferta: a cada quatro anos - culminando no encerramento de turma.

Estágio supervisionado obrigatório: 400 horas.

Carga horária total: 3.200 horas.

Carga horária em EaD: não se aplica.

Ato Autorizativo: Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 009, de 23 de março de 2016.

Portaria de Reconhecimento: Portaria da SERES nº 854, de 05 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2022, Edição 170, Seção 1, página 58. Processo nº 201927490.

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional (BRASIL, 2008). A instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, com proposta orçamentária anual para os campi e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada.

Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no sul de Minas Gerais da seguinte forma: *Campus* Inconfidentes; *Campus* Machado, *Campus* Muzambinho, *Campus* Passos, *Campus* Poços de Caldas, *Campus* Pouso Alegre, *Campus* Avançado Carmo de Minas, *Campus* Avançado Três Corações e a Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em *Campus* Inconfidentes, *Campus* Machado e *Campus* Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre. Em 2009, estes três campi iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *campi* Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, respectivamente. Em 2013, foram criados os *Campi* Avançados Carmo de Minas e Três Corações. Ambos os campi avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do Circuito das Águas Mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação (MEC), em 2011, como região prioritária da expansão. Compete aos campi prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem.

A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos campi. A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI);
- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);
- Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a

comunidade. As outras duas pró-reitorias, de Administração e Gestão de Pessoas, concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS INCONFIDENTES

A Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes “Visconde de Mauá” tem sua origem em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto nº 12.893 (BRASIL, 1918), nove anos após a criação da primeira Escola Agrícola no Brasil, ainda como Patronato Agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Este modelo perdurou até 1934, quando, em Inconfidentes, o Patronato passou a categoria de Aprendizado Agrícola de Minas Gerais, Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934 (BRASIL, 1934). Em 1939, por força do Decreto-Lei nº 1.029, de 06 de janeiro do mesmo ano a Instituição foi reformulada para atender a demanda do ensino profissional agrícola, mas mantendo o ensino primário, oferecido principalmente para filhos de pequenos e médios produtores rurais, incluindo também, nesse momento, a agroindústria (BRASIL, 1939). Uma nova reformulação aconteceu no ano de 1943, atendendo ao Decreto nº 14.252, de 10 de dezembro do mesmo ano, o que permitiu a separação da formação profissional nas áreas de agricultura, agroindústria, zootecnia e administração (BRASIL, 1943). Em 1947, por intermédio do Decreto-Lei nº 22.506, de 22 de janeiro do mesmo ano, passou, então, a ser denominada Escola de Iniciação Agrícola Visconde de Mauá. Nessa ocasião, além da oferta da formação profissional agrícola tradicional, também foi ofertada a formação profissional para aqueles com idade escolar avançada, além de cursos de curta duração, atendendo aqueles que tinham abandonado o ensino, principalmente pela necessidade de trabalho (BRASIL, 1947). No final da década de 1950, passou a ser denominada Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, oferecendo curso ginásial, durante toda a década de 60, seguindo o Decreto nº 27.745, de 31 de janeiro de 1950 (BRASIL, 1950).

No ano de 1964, houve uma mudança mais significativa na oferta de formação profissional porque passou de Escola Agrícola a Ginásio Agrícola Visconde de Mauá, amparado pelo Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964 (BRASIL, 1964) e, em 1967, deixa o Ministério da Agricultura e passa a ficar vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 (BRASIL, 1967). De acordo com Ortigara (2014), no período da ditadura militar, embora houvesse uma abertura ao comércio exterior ficaram evidentes as restrições às populações de baixa renda e redução

de gastos públicos com forte reflexo na política de ensino agrícola. Nessa época, a Instituição esteve à beira da extinção, principalmente devido a austeridade econômica no país. O início da reestruturação da instituição aconteceu a partir de 1973, com sua vinculação à Coordenação Nacional do Ensino Agrícola - COAGRI, criada pelo Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973 (BRASIL, 1973) que auxiliou na capacitação técnica e financeira até ao ano de 1984.

Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, foi elevada à condição de Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (EAFI), ofertando o ensino técnico agropecuário, apenas em nível de segundo grau, médio técnico, ainda vinculada a COAGRI (BRASIL, 1979).

A partir de 1979, no ensino técnico, foram adotados o modelo Escola-Fazenda e a filosofia “aprender para fazer e fazer para aprender”. Essa pedagogia de ensino é baseada em aulas teóricas, em sala de aula, complementadas com atividades práticas, desenvolvidas nas unidades práticas de produção, além de a contribuição da área de comercialização e venda de produtos agropecuários, na Cooperativa Escola (IFSULDEMINAS, 1978). Esse modelo perdurou durante os anos 80 e permitiu o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, administrativas e de produção.

Em 1993, o processo de autarquização trouxe nova dinâmica à Escola, que além das questões administrativas e pedagógicas, provocou novas necessidades de ajustes para atender a crescente demanda da comunidade regional. A partir do ano de 1995 foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 estudantes matriculados (IFSULDEMINAS, 1978).

Em 1996, com 600 estudantes, foi inserida uma reformulação curricular do ensino Agrícola, onde o Curso Técnico Agrícola foi subdividido em quatro novos cursos: Técnico em Agropecuária, em Agricultura, em Zootecnia e em Agroindústria. Em 1997, com 680 estudantes foram viabilizados os princípios da Reforma e estruturou-se um trabalho de revisão curricular, embasado em subsídios oferecidos pela realidade empresarial das comunidades regionais (IFSULDEMINAS, 1978).

Com isso, no ano de 1998, com 862 matrículas, o Instituto já ofertava vagas para a formação profissional em cursos técnicos de Agropecuária, Agricultura, Zootecnia, Agroindústria, Informática e Agrimensura, tanto concomitante ao ensino médio, como subsequente, buscando atender as demandas do mercado de trabalho regional (IFSULDEMINAS, 1978). Todos esses cursos atendiam às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e, por isso, mantinham um

conjunto de disciplinas obrigatórias, não substituíveis, mas acrescidas daquelas para a formação técnica profissional (BRASIL, 1996).

Em 1999, com 1.024 matrículas, registra-se a iniciativa para a efetivação dos Programas de Educação para Jovens e Adultos e o Telecurso 1º e 2º Graus, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes, para atender a socialização da Educação Brasileira (IFSULDEMINAS, 1978).

Em 2000, com 1.200 matrículas, exceto 63 estudantes frequentes ao Programa de Educação para Jovens e Adultos, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes/MG, atingiu-se a estruturação e conclusão do projeto modular dos cursos técnicos “Pós-Médio” para serem viabilizados no ano 2001. Efetivou-se a parceria com a instituição PROMENOR de Pouso Alegre/MG, com a finalidade de multiplicar as ofertas dos cursos de Qualificação Profissional em nível básico, vinculando-se com o mercado de trabalho, por meio de convênios e parcerias. O currículo desenvolvido foi alicerçado na contextualização e interdisciplinaridade (IFSULDEMINAS, 1978).

Em 2001, com 1.463 matrículas efetivas, exceto 60 estudantes frequentes ao Programa de Educação para Jovens e Adultos, foi desenvolvida a Proposta Pedagógica do Sistema Modular do Ensino Profissionalizante. O currículo prezava pelo trabalho coletivo para substituir o individualismo do conhecimento fragmentado, com a articulação de propostas interdisciplinares dos projetos desenvolvidos. O Sistema de Avaliação por competência começa a se desenvolver, com a aquiescência da Comunidade Escolar. As parcerias e os convênios foram ampliados e aprovados e houve recebimento de recursos financeiros do Programa de Expansão do Ensino Profissionalizante – PROEP (IFSULDEMINAS, 1978).

No ano de 2002, com 1.212 matrículas, encerraram-se as inscrições para os cursos de Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia, sendo essas áreas de ensino contempladas pelo curso Técnico em Agropecuária a partir de 2003 (IFSULDEMINAS, 1978).

Em 2003, com 1.803 matrículas, sendo 813 no Ensino Médio, 813 nos Cursos Técnicos, citados acima e 177 egressos do ensino médio nos Cursos Técnicos de Agropecuária, Informática, Agrimensura e Agroindústria Subsequentes. Foram ofertados ainda 13 cursos de qualificação básica para 735 estudantes da comunidade interna e externa. Ocorreu a Implantação do projeto de empreendedorismo, “Integração e Articulação do Processo Pedagógico por meio de Sistemas de Empresas Simuladas, Empresas Orientadas e Incubadoras de Empresas na Formação Profissional” (IFSULDEMINAS, 1978).

Em 2004, com 1.572 matrículas, a EAFI objetivou ser foco de referência no Estado na busca em contribuir com a oferta na área da formação profissional de nível superior. O compromisso institucional foi o de promover o desenvolvimento educacional da região por meio do oferecimento de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades. Assim em novembro de 2004 a EAFI finalizou o projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental na Agropecuária, o qual foi autorizado por comissão do Ministério da Educação (MEC), Portaria nº 4.244, de 21 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de dezembro de 2004 na Seção I, página 18 (MEC, 2004). Esta área foi escolhida não só pela demanda da sociedade na época, mas também pelo *know-how* da instituição na área de Agropecuária, recursos humanos, estrutura física e projetos de produção, muito embora o corpo docente com formação específica na área ambiental fosse ainda limitado. Nesse sentido, abriram-se concursos para docentes na área ambiental.

Em 2005 e 2006, a EAFI com 1.505 e 1.795 matrículas, respectivamente, firmou-se no propósito da oferta continuada de cursos técnicos (Subsequente, Concomitante e PROEJA) e de Ensino Superior buscando a afirmação para novas e ousadas propostas de expansão, iniciado em 2004 (IFSULDEMINAS, 1978). Assim, em 2006, utilizando a experiência anterior, foi implantado o curso superior de Tecnologia em Agrimensura (MEC, 2006) da mesma forma, utilizando-se da estrutura física, instalações, laboratórios, projetos e corpo docente na área de Agrimensura já existente no Instituto. Este curso foi autorizado pela comissão do MEC, conforme consta na Portaria nº 781, de 24 de março de 2006, publicado no DOU em 27 de março de 2006, na Seção I, página 18 (MEC, 2006). Concomitantemente, elaborava-se projetos para oferecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Informática e Processamento de Alimentos. A partir desse compromisso, a EAFI definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local em interface permanente com o mercado de trabalho global e o sistema educacional.

As Escolas Agrotécnicas Federais sempre se comprometeram com a formação integral dos seus estudantes, na oferta da educação básica, técnica e superior, e na promoção do desenvolvimento econômico regional. Portanto, sempre atenderam aos anseios da comunidade ofertando educação de qualidade, prestando serviços à comunidade nas suas atividades de pesquisa e extensão, respondendo às necessidades e demandas sociais oriundas do meio no qual está inserida.

No ano de 2008, o Governo Federal ampliou sua capilaridade na área de formação profissional de nível técnico e superior no Brasil, criando por meio da Lei nº 11.892/2008 os

Institutos Federais (BRASIL, 2008). Com isso, além de ampliar ainda mais a oferta de cursos, consolida um corpo docente com maior capacitação profissional, mestres e doutores, mantendo sua vinculação ao MEC e sob a tutela da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Com a criação dos Institutos Federais as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ter uma nova identidade por afirmar seu caráter social de origem e possibilitar o redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico. O IFSULDEMINAS surgiu com a unificação de três Escolas Agrotécnicas, Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

Atualmente, com a Rede de Ensino Federal, Institutos, espalhadas pelo Brasil a fora, o IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes se tornou mais regionalizado, recebendo muitos estudantes de seu entorno, muitos deles ainda filhos de produtores da região, mas não mais para a formação de mão de obra, pura e simples. Isso porque esses estudantes, ao término do curso técnico ingressam no curso superior e deste rumam para a pós-graduação ou para nichos do mercado de trabalho mais especializados (Figura 1).

Figura 1. Registros fotográficos do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” em 1918; Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes em 1978; IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes em 2018. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2023.



Fonte: IFSULDEMINAS (2018).

Em 2019, a Rede Federal estava composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas Instituições Federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (MEC, 2019).

Os Institutos, rapidamente se tornaram uma realidade em todo país, ofertando vagas em cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio à pós-graduação, o que demandou melhoria de sua estrutura física, equipamentos, qualificação e contratação de mais docentes, bem como a capacitação dos já existentes.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes oferece de forma presencial os cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e em Redes de Computadores, os cursos de

Engenharia Agrônômica, de Agrimensura e Cartográfica, de Alimentos e Ambiental, os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, em Matemática, em História, em Pedagogia e em Educação do Campo - áreas Ciências Agrárias. Na parte profissionalizante presencial oferece os cursos Técnico em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio. Também oferece diversas pós-graduações *Lato sensu*. Na educação a distância (EaD) oferece os cursos de: Licenciatura em Pedagogia EaD pela Universidade Aberta do Brasil (UaB), Licenciatura em Pedagogia EaD, Técnico em Administração EaD Subsequente, Técnico em Fruticultura EaD Subsequente, Técnico em Geoprocessamento EaD Subsequente e Técnico em Informática EaD Subsequente. Também oferece diversas pós-graduações *Lato sensu* na modalidade presencial e à distância.

A implantação destes cursos deve-se ao fato do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes estar inserido na microrregião do sul do estado de Minas Gerais, que possui uma área de abrangência estratégica em função de sua proximidade a grandes polos tecnológicos, especializados em informática, microeletrônica, telecomunicações e indústria têxtil, onde destacam-se novos conceitos de crescimento industrial como os “*Business Parks do Brasil*”, que visa abrigar indústrias modernas e limpas. Com a predominância de pequenas propriedades rurais nesta microrregião, é grande a demanda, também, por profissionais nas áreas de agropecuária, agroindústria e agroecologia.

A sede do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes é equipada com diversos laboratórios, museu de história natural "Professor Laércio Loures", biblioteca "Afonso Arinos", salas de aulas com equipamentos audiovisuais, quadra, campo e poliesportivo para desenvolvimento de atividades físicas, enfermaria, diversos setores administrativos-pedagógicos e uma Fazenda-Escola.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, tem avançado na perspectiva inclusiva com a constituição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) por meio da Resolução do Conselho Superior (ConSup) do IFSULDEMINAS nº 68, de 15 de dezembro de 2020 (IFSULDEMINAS, 2020), sendo composto por membros da comunidade escolar. O NAPNE tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos e processos educacionais. Dentre suas competências estão ações como: promover a cultura da inclusão com a implantação e implementação de políticas de

acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, assegurando aos estudantes deficientes e aos com necessidades educacionais específicas o espaço de participação, que os levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes vem promovendo a acessibilidade por meio da adequação de sua infraestrutura física e proposta curricular respeitando o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004) bem como a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), como prevê o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Também possui políticas afirmativas para a educação das relações étnico-raciais, para atender ao Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas (BRASIL, 2002). O Instituto busca também o crescimento e o desenvolvimento dos seus estudantes por meio de atividades artístico-culturais, esportivas e cívicas como, seminários, jornada científica e tecnológica, campeonatos esportivos, fanfarra, teatro, entre outros.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes oferece para o ensino técnico integrado regimes de internato masculino e feminino e oferece também o semi-internato. Na modalidade de internato são oferecidas acomodação, lavanderia, alimentação, assistência odontológica e médica, serviços de psicologia e acompanhamento ao educando. Atualmente possui no quadro um total de 185 servidores, sendo 88 técnicos-administrativos e 97 docentes e, dentre estes, aproximadamente 51 especialistas, 63 mestres e 56 doutores, dados estes que podem ser de fácil visualização na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que foi criada para a população ter acesso aos dados de governança e transparência de toda a RFEPCT.

5 APRESENTAÇÃO DO CURSO

A Licenciatura em Educação do Campo - área Ciências Agrárias, abreviada pela sigla LECCA, é um curso do IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes, construído com base nas Licenciaturas em Educação do Campo, fomentadas a partir de demandas dos movimentos sociais do campo brasileiro, envolvidos na luta pela Educação do Campo.

As Licenciaturas em Educação do Campo, iniciadas em 2004, ainda no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), conquistaram força e visibilidade por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em

Educação do Campo (PROCAMPO) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC, a partir de 2008.

Concebido nesta trajetória das Licenciaturas em Educação do Campo, o curso LECCA surge no IFSULDEMINAS, a partir de uma demanda da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA), entidade civil, sem fins lucrativos, que representa e coordena 22 unidades educativas denominadas de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Estado de Minas Gerais. A AMEFA integra, desde o início (1998), a Rede Mineira da Educação do Campo e participa do Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo) da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2008.

O curso LECCA objetiva ofertar a Licenciatura em Educação do Campo, inspirando-se nos princípios da Educação do Campo, tendo por área específicas de conhecimento as Ciências Agrárias, visando formar profissionais em Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias.

A oferta da primeira turma atendeu a um público específico de educadores/monitores de EFAs, ou seja, professores que atuavam sem habilitação exigida para a docência. Este público inicial, portanto, era formado por sujeitos já envolvidos em processos educativos em uma unidade escolar específica. Neste sentido, o curso LECCA, assim como as Licenciaturas em Educação do Campo em geral, cumpriu um papel social relevante ao atender a uma dívida histórica com o campesinato brasileiro.

A demanda apresentada no projeto pedagógico do curso (PPC) de 2016 veio qualificada com uma proposta de organização de curso inspirado na Pedagogia da Alternância, para permitir que os estudantes trabalhassem e ao mesmo tempo estudassem. Esta proposta foi exitosa, por isso, a continuidade do curso LECCA terá a Alternância como base para a organização dos tempos e espaços educativos, a organização curricular e a produção do conhecimento integrando teoria-prática, trabalho-educação, ação-reflexão-ação.

Neste sentido, propõe uma alternância com ritmos apropriados de três tempos no IFSULDEMINAS por ano, alternados por três tempos na Comunidade dos educandos. O tempo/espaço no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes é chamado de Sessão Escolar (SE) e o tempo/espaço nas Comunidades será denominado Estadia Socioprofissional (ESP). Nos quatro anos do curso serão doze sequências de alternâncias, compreendendo a sequência uma unidade de ensino que integra uma SE e uma ESP. Sendo assim, a carga horária das disciplinas é distribuída na matriz curricular com horas para a SE e horas para

a ESP. Conseqüentemente, o Plano de Ensino organiza o conteúdo com aulas na SE e atividades na ESP, bem como avalia o processo educativo nesses dois espaços.

A parceria do curso LECCA com a AMEFA, entidade que associa e assessora as EFAs em Minas Gerais, foi e continua necessária para o intercâmbio de conhecimentos sobre a Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo e a consolidação desses conhecimentos no curso.

Em atendimento aos princípios da Educação do Campo, deseja-se que o curso LECCA fortaleça outros paradigmas e lógicas de desenvolvimento social do País, incluindo os sujeitos socialmente mais vulneráveis do campo, como protagonistas, compreendendo este lugar como espaço de produção e reprodução da vida, de cultura, de saberes, sentires e agires próprios dos seus sujeitos, além da mera produção econômica.

Na continuidade da oferta, de forma institucional, como curso regular, o IFSULDEMINAS empenhará esforços para manter proximidades aos princípios da participação dos sujeitos do campo neste projeto. Por isso, contará com a participação de parceiros como a AMEFA, Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais, Movimento Sociais do Campo, entre outras.

5.1 Concepções teóricas

O curso LECCA se inspira na Educação do Campo como novo paradigma na história da educação brasileira; na Pedagogia da Alternância, outro paradigma educacional, enfim, nos marcos conceituais da Educação popular e da Agroecologia.

5.1.1 Histórico e princípios da educação do campo

A categoria Educação do Campo emerge nos anos de 1990 em um contexto de lutas pela Reforma Agrária, por isso sua matriz de origem está ligada umbilicalmente aos movimentos sociais do campo. Os movimentos sociais descobrem, no seio da luta pela terra, a necessidade de se lutar também pela Educação do Campo. Esta luta resultou na criação do PRONERA, um programa específico de educação na Reforma Agrária. Ele começou com alfabetização de jovens e adultos e formação de educadores assentados. Ampliou a oferta para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Em seguida, oferta cursos técnicos profissionalizantes e superiores para trabalhadores rurais assentados, conforme Molina e Antunes-Rocha (2014).

O PRONERA, conforme Molina e Jesus (2010) veio:

“em resposta à hegemonia do modelo de organização da agricultura nacional, que Movimentos Sociais e sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra. A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela se encontram o PRONERA e a Educação do Campo” (MOLINA; JESUS, 2010, p. 29).

A política pública de formação de educadores do campo vem à luz por meio das proposições reivindicadas na “Declaração Final Por uma Política Pública de Educação do Campo”, produzida pela “II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo”, realizada em Luziânia, GO, nos dias 02 a 06 de agosto de 2004.

A proposição relativa à formação docente específica para o campo foi expressa assim:

Garantir a formação específica de educadoras e educadores do campo, pelas universidades públicas e gratuitas, pelo poder público, em parceria com os movimentos sociais (INTER-AÇÃO, 2004, p.291).

Esta demanda foi anunciada a partir das denúncias da falta de educadores qualificados técnica, pedagógica e politicamente para atuarem nas escolas do campo. Por causa desta demanda pressionada pelos movimentos sociais, o MEC assume a expansão de cursos superiores de formação de professores. Assim, as Licenciaturas em Educação do Campo, por *áreas de conhecimento*, reúnem mais de 45 cursos desenvolvidos por dezenas de instituições de ensino superior (IES) pelo Brasil. Neste contexto, o curso LECCA foi concebido considerando-se a materialidade do trabalho no campo, da agricultura familiar e de suas lutas, considerando se apoiando nos princípios que emergem no paradigma da Educação do Campo.

“Um dos fundamentos centrais da Educação do Campo refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade da construção de um novo projeto de nação para a sociedade brasileira. Projeto este cuja centralidade se dê a partir da busca da garantia das condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, de poder e conhecimento” (MOLINA, 2009, p.18).

O conceito de Educação do Campo preconiza-se pela relação que deve se dar entre os educandos e o mundo da vida dos educandos que protagonizam essas práticas educativas. O processo de reprodução social, a cultura, o trabalho, as condições de vida, entre outros, dos sujeitos do campo não podem ser substituídos numa visão de educação reduzida à escolarização. No debate, a compreensão de Educação do Campo, não precede o debate sobre campo e este é:

Fundamentalmente o debate sobre o trabalho no campo, que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. Isto demarca uma concepção de educação. Integra-nos a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho. Esta concepção nos aproxima e nos faz herdeiros de uma tradição pedagógica de perspectiva emancipatória e socialista: é desta tradição o acúmulo de pensar a dimensão formativa do trabalho, do vínculo da educação com os processos produtivos, de com não é possível pensar-fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a práxis social (CALDART, 2008, p.77).

É preciso ousar para mudar a educação para desalienar os sujeitos do próprio trabalho. O curso embasado nestas concepções presume-se que ele criará espaços institucionais para a germinação de mudanças nas práticas docentes das Ciências Agrárias e deverá ajudar a formar um novo educador, uma nova educadora, conforme preconizado por Freire (1987).

As especificidades desta proposta, em relação a outras tendências conceituais sobre educação, devem-se ao fato de sua permanente associação e integração com as questões do desenvolvimento e do contexto na qual ela se enraíza. Sua base de sustentação é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço meramente de produção agropecuária. Ou seja, ela concebe o rural como espaço de vida, de produção, de relações sociais, de produção de cultura, história e conhecimento, de lutas e organizações dos distintos sujeitos que nele vivem. Sua relação com a cidade é de recíproca complementaridade.

A concepção de educação, da expressão Educação do Campo, vincula-se aos contextos nos quais desenvolvem esses processos educativos. Ela exige visão ampliada dos processos formativos envolvendo os processos culturais, as estratégias de socialização, as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manter e fortalecer essa identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo.

As reflexões sobre Educação do Campo são indissociáveis do debate sobre a construção de um novo projeto de nação; sobre a mudança do modelo de desenvolvimento brasileiro e sobre o papel do campo e da educação neste modelo.

As concepções teóricas que devem orientar esta proposta visam criar possibilidades de formação que oportunize aos estudantes a perceberem as contradições existentes no modelo de desenvolvimento vigente no campo brasileiro; bem como propiciar espaços de produção de criatividade, para que possam perceber a diferença que determinadas

condutas podem ter na relação com os agricultores e agricultoras e na construção ou desconstrução de estratégias eficazes de promoção do desenvolvimento rural.

Os contornos conceituais que baseiam a construção da matriz curricular do curso LECCA estão vinculados às lutas permanentes pelo fortalecimento da agricultura familiar camponesa; a luta pela terra como um direito dos sem terra; a luta pela vida digna, pela relação igualitária entre homens e mulheres, pelo respeito à diversidade sexual e religiosa; pela distribuição da renda e dos bens produzidos pela sociedade, de forma justa, por uma sociedade justa e sustentável em termos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos (ANTUNES-ROCHA, 2011, p.22).

As lutas, formas de organização, processos educativos e necessidades em geral dos sujeitos do campo, constituem a materialidade e fecundante do desenvolvimento da formação dos docentes do campo (MOLINA, 2009, p.189, citado por ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 22) e demarca o que se entende como eixo material desse projeto, ao afirmar que:

“(...) Educação do Campo é indissociável da luta pela terra, da luta pela Reforma Agrária. Democratização da terra, com a democratização do acesso ao conhecimento” (MOLINA, 2009, p.189, citado por ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 22).

Nesta perspectiva, o projeto pedagógico do curso (PPC) LECCA quer afirmar o propósito dos sujeitos que o demandam de promover uma formação docente coerente para contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural dos sujeitos do campo.

O compromisso do curso concretiza-se numa perspectiva de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagens, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagens dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida. Uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadão” (ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 23).

O projeto popular de desenvolvimento para o país, conseqüentemente para o campo, coloca o imperativo de uma formação que contribua para o desenvolvimento de um perfil de educador que atenda de fato às necessidades da realidade campesina. O perfil que atenda à realidade do campo da agricultura familiar exige um educador que tenha compromisso com os princípios da Educação do Campo. Nesse sentido, “as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada,

mais abrangente, já que ele terá de dar conta de uma série de dimensões educativas” (ANTUNES-ROCHA, 2011, p.23).

Como se trata, na maioria das vezes, de formação de profissionais em serviço, a organização do curso LECCA lança mão da Alternância, como um método, um princípio educativo para dar conta da formação para o perfil profissional desejado.

5.1.2 Pedagogia da alternância

A Pedagogia da Alternância é um paradigma em construção no âmbito do movimento dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). No Brasil, ela se materializa pelas EFAs e Casas Familiares Rurais (CFRs). Trata-se de uma iniciativa inédita criada por movimentos camponeses no interior da França na década de 1930 e que veio ao Brasil por volta dos anos de 1960, sendo pioneiro nesta iniciativa o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) com a implantação das EFAs, segundo Nosella (2012). Em Minas Gerais, as EFAs iniciaram em 1983 e hoje contam com uma Associação Regional, a AMEFA, que filia 22 Associações EFAs no Estado.

A Pedagogia da Alternância inspira muitas experiências de Formação por Alternância em todos os níveis e modalidades da educação no Brasil. Diferentes práticas educativas em alternância, emergem com maior relevância no contexto da Educação do Campo. Assim, a “Formação por Alternância” começa a ser refletido, apreendido e apresentado como um conceito diferenciado, por distintos sujeitos que atuam na Educação do Campo no Brasil (HAJE; ANTUNES-ROCHA; MICHELOTTI, 2021).

Seguindo a reflexão desses autores, vemos que a Formação por Alternância, em sua construção pedagógica, dialoga com princípios fundamentais da Pedagogia da Alternância e os ressignificam em suas práticas e reflexões.

Ressalta-se nesta reflexão, o reconhecimento da centralidade dos diferentes tempos e espaços educativos que interagem e contribuem para a formação dos sujeitos do campo. Estes tempos e espaços são nomeados de tempo-escola e tempo-comunidade, na organização escolar em alternância em contextos da Educação do Campo.

Alguns aspectos fundamentais são destacados como relevantes neste diálogo:

a) os tempos e espaços educativos que promovem mudanças na dinâmica da organização escolar, distribuindo parte do ensino e aprendizagem para o tempo escola e o tempo comunidade ou universidade;

b) a organização do trabalho pedagógico dos/as educadores/as;

c) a organização do planejamento curricular e

d) o processo de produção do conhecimento.

A formação por alternância amplia o território educativo ao organizar os tempos escolares na escola e para além dela, denominando estes espaços/tempos como tempo escola/universidade e tempo família-comunidade. Organiza-se atividades de ensino e aprendizagem nos dois espaços. As pesquisas, as leituras, os trabalhos e exercícios (para casa) que os estudantes realizam durante o tempo família/comunidade, contam como carga horária, portanto, registra-se como tempo letivo. A interlocução dos tempos e espaços faz interagir os conhecimentos que ocorrem nas diferentes experiências formativas em que os sujeitos participam. Propicia-se com isso, aproximações com os saberes que ocorrem na vida cotidiana dos próprios sujeitos, nos processos de trabalho e nas práticas culturais.

A formação por Alternância requer uma organização coletiva do trabalho pedagógico entre educadores/as na escola e demais sujeitos envolvidos e que protagonizam os processos formativos no território: familiares, educandos/as, gestores/as, lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais, culturais e sindicais, profissionais etc. Na perspectiva da Educação do Campo, tais práticas são referenciadas na “Pedagogia do Movimento” que por sua vez se constituem como uma das referências da Educação do Campo, conforme Caldart (2005). Esta perspectiva requer dos/as educadores/as a consciência da formação humana como prática emancipatória dos sujeitos pela hegemonia da classe trabalhadora.

O trabalho como princípio ganha força com a formação por alternância quando esta promove a articulação da formação dos sujeitos com o espaço da produção da existência, propiciando a unidade do trabalho intelectual e manual. Para tanto, faz-se necessário uma organização diferenciada do trabalho pedagógico na escola e noutros espaços formativos com base numa compreensão da formação humana crítica e transformadora do campo, rompendo a dicotomia teoria/prática, valorizando os saberes e as experiências dos sujeitos na sua diversidade de produção das condições de existência, seja na produção no campo, nas águas ou nas florestas.

A Formação por Alternância demanda outra forma de organizar e planejar o currículo escolar, ou seja, seu plano de formação. Deseja-se que o currículo seja baseado em diagnóstico participativo, envolvendo todos os sujeitos da educação, inclusive educandos/as, suas famílias, organizações e movimentos sociais. O currículo é organizado englobando saberes vivenciais, relacionados com os saberes da formação geral e específica, técnica/profissional. Mais uma vez, o pensamento dialógico de Freire contribui dando sentido ao currículo contextualizado, que parte da realidade nas suas múltiplas dimensões: política, social, econômica, cultural, ambiental etc. Assim, os saberes do trabalho, das práticas culturais de diferentes tradições, da ciência e da tecnologia são

planificados de forma inter e transdisciplinar, provocando outra lógica no processo de produção e socialização do conhecimento.

Neste sentido, a formação por Alternância potencializa a interculturalidade na organização do currículo escolar quando afirma identidades e modos de vida próprios dos territórios campestres na sua diversidade e conflitualidades. Assim, os saberes que emergem da complexidade da vida, na sua heterogeneidade, incorporados no currículo desafiam as práticas docentes a saber manejá-los e relacioná-los com os demais saberes escolares, da ciência, da tecnologia, na perspectiva da construção e socialização de novos conhecimentos significativos para o bem viver do território.

Por fim, a formação em alternância constrói outra relação no processo de construção do conhecimento, tendo a realidade do território como princípio e fim do processo educativo. Sendo assim, a pesquisa se torna princípio metodológico central. O Plano de Estudo nos CEFFA, ou a pesquisa da realidade em outros espaços, Planos de Pesquisa, no caso do curso LECCA, conforme a inovação em cada ambiente onde a alternância vem sendo praticada.

A pesquisa, proposta no contexto da alternância, envolve todos os sujeitos participantes dos processos educativos a produzir conhecimentos articulando teoria e prática, ou seja, os saberes vivenciais com os saberes acadêmico-científicos. Neste sentido, a pesquisa envolvente, participante, torna as comunidades como sujeitos educativos e coprodutores de conhecimento, rompendo a lógica do entendimento da comunidade como lugar apenas de experimentação, de aplicação e validação de práticas ou simplesmente lugar de levantamento de dados que interessam somente ao pesquisador e a academia. A comunidade, compreendida como sujeito coletivo, passa a ser vista e respeitada como espaço educativo que estabelece relações diversas, inclusive com a escola, a partir de desejos, necessidades e interesses próprios, com os quais as pesquisas precisam interagir. A pesquisa, assim como outras tantas mediações didático-pedagógicas apropriadas, centrais para a formação entre tempo escola/universidade e tempo família/comunidade/território podem proporcionar a indissociabilidade entre estes tempos e espaços formativos, promovendo formação contínua e comprometida com a realidade. Sendo assim, o curso LECCA, não se filia à Pedagogia da Alternância praticada no contexto dos CEFFAs, no caso de Minas Gerais, as EFAs, mas se inspira em seus princípios para organizar o trabalho pedagógico no tempo e espaço escolar e extraescolar. Adota-se o princípio das Mediações Didática da Alternância incluindo os seguintes instrumentos e atividades pedagógicas:

- Jornada de Abertura da SE,

- Auto-organização,
- Plano de Pesquisa,
- Colocação em Comum,
- Visitas de Estudo,
- Avaliação Semanal,
- Preparação da Estadia,
- Guia da Alternância,
- Caderno da Realidade,
- Experiências e Práticas,
- Visitas às Comunidades.

O Estágio Curricular Supervisionado, a Análise da Prática Pedagógica e o Trabalho de Conclusão de Curso são incluídos neste rol de mediações.

Enfim, como afirmou Gimonet (2007), a Alternância é uma pedagogia complexa, multidimensional e das relações. Ela relaciona espaços e tempos em sua nova organização escolar; saberes científicos e práticos; processos dialéticos entre ação-reflexão-ação; sujeitos, educandos, educadores e o meio e instituições, o centro educativo e as organizações das comunidades dos educandos. Assim, como a Educação do Campo se inspira na Pedagogia da Alternância, a Pedagogia da Alternância, no Brasil tem aproximações com a Educação Popular e Paulo Freire.

5.1.3 A educação popular e Paulo Freire

Paulo Freire é uma das referências fundamentais do PPC LECCA. Sua teoria pedagógica tem como ponto de partida os fenômenos concretos que constituem o universo existencial histórico do Brasil e da América da segunda metade do século XX.

A partir das “situações-limites” que ele analisa, deste contexto histórico o qual vivencia, ele coloca o desafio do diálogo crítico, necessário para a luta em prol da “práxis libertadora”, na esperança ativa da nova sociedade. Enquanto o “inédito-viável” de uma sociabilidade humana sem classes não se instaurar, a luta deve continuar fecundada no sonho esperançoso por liberdade, onde “a pedagogia será a dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1983, p. 44). Aí sim, poderíamos falar em uma Pedagogia da Libertação.

Sua experiência como educador é inspirada nos movimentos de educação popular, por isso, é comum tributar a ele os princípios e práticas da educação popular no Brasil. A educação popular segue sua trajetória histórica nas práticas educativas de Movimentos

Sociais pelo mundo. A educação do campo é compreendida como uma nova emergência da educação popular (EP) hoje no Brasil. O atual Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), entidade de mais de 50 anos de história no continente, coloca o debate sobre o papel da EP na construção de paradigmas emancipadores. O PPC LECCA se inspira nos consensos atuais assumidos pelo CEAAL.

Primeiro, compreender a categoria de paradigma epistemológico, no sentido gnosiológico, na medida em que ele é assumido como matriz de interpretação a partir da qual os coletivos sociais leem e se relacionam com a realidade e na qual as subjetividades são primordiais. Um segundo consenso é o de que a dimensão emancipatória não é patrimônio exclusivo da EP, antes esta se inscreve no campo mais amplo das práticas e teorias críticas e transformadoras. Num segundo plano, observa-se que a EP possui uma acumulação própria de pensamento que remonta a autores como Simón Rodríguez, José Martí e Paulo Freire até chegar aos autores atuais. Um terceiro consenso é reconhecer o potencial emancipatório das práticas e dos saberes gerados sobre elas e a partir delas provenientes das experiências educativas populares e das atuais lutas e movimentos populares sociais em todo o continente Latino-Americano.

Nesta perspectiva, Streck (2013) afirmou que entre as características da educação popular está a de acompanhar o movimento da sociedade, buscando sempre novos espaços para a sua realização e sua origem, no caso brasileiro, confunde-se com os movimentos populares sociais da década de 50 e 60.

O movimento de cultura popular no Recife (Barbosa, 2009), os movimentos de educação de base (Fávero, 1983). Mais tarde ela estará associada à luta pela terra, moradia, por trabalho, pela educação, saúde, identidade, entre tantas outras. Nos anos 50 e 60 do século passado ela acompanhou a emergência dos movimentos de massa. Nos anos seguintes ela sobrevive aos períodos das ditaduras na América Latina e fez embates contra elas, desenvolvendo propostas pedagógicas que a torna distinta.

Desde meados da década de 1980, Brandão (2006) apontava três significados para a EP. O primeiro, seria uma definição antropológica que reconhece o processo de reprodução e socialização dos saberes das comunidades populares. Segundo, seria a democratização do saber escolar. Articulado à catequese, ao movimento iluminista e ao processo de democratização das sociedades contemporâneas, como ampliação ou universalização do acesso de setores mais pobres à educação escolarizada. Neste sentido se coloca o movimento da Educação do Campo, sendo um de seus princípios, a luta pela escola como direito humano aos povos do campo. Igualmente, o movimento da Pedagogia

da Alternância se coloca nesta mesma perspectiva de luta pelo direito à educação apropriada e organizada nos ritmos da vida e sua produção no campo.

Por fim, a EP emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação, conforme Brandão e Assumpção (2009). Streck (2013) definiu a EP como a educação feita nas margens, num entrelugar, um lugar de tensionamentos, quase um lugar fora, não está fora, mas não se conforma em estar dentro, seja ela feita nos movimentos sociais ou na escola pública, conforme Eggert (2013). É a educação feita com segmentos sociais historicamente negados, marginalizados, abandonados, fracassados. É um espaço ambicioso de formação humana, em contraposição aos processos educativos que transformam a educação como instrumento para treinar mão de obra.

Importante notar que esta última significação da EP não quer dizer que ela seja uma variação ou extensão da democratização da escola e sim uma concepção emancipadora que busca transformar a ordem social e o próprio sistema educacional. Este sentido está vinculado àqueles inaugurados na década de 1960, pelos grupos de cultura popular do Recife, por exemplo, impulsionado pelas ideias de Paulo Freire. Mas, conforme Streck (2013), há práticas de educação popular hoje que têm todas as características da formalidade, inclusive com o reconhecimento oficial de práticas escolares ou acadêmicas que usam processos não formais ou tidos como informais como estratégia pedagógica. Sendo assim, a terminologia do escolar e do não escolar não consegue mais dar conta das rupturas produzidas na história.

Os movimentos populares continuam tendo presença relevante em campos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assessoria de organizações populares, formação de lideranças, economia popular solidária, formação cidadã, trabalho com mulheres, a democracia e a participação local, nas políticas públicas e no desenvolvimento alternativo. Também começam a emergir temáticas importantes como juventude, infância, as novas masculinidades, a interculturalidade, a soberania alimentar e nutricional.

5.1.4 A agroecologia

A Agroecologia é parte integrante do curso LECCA, sendo compreendida em seu caráter de conhecimento de natureza multidisciplinar, que pode contribuir para práticas e concepções da agricultura ecológica e sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2011).

Sob uma compreensão mais ampliada, a Agroecologia é apresentada em seu caráter tridimensional como ciência, prática e movimento social e político, de modo que esses

componentes participam fortemente e de maneira recíproca na construção do conhecimento agroecológico (BEGNAMI; HIRATA; ROCHA, 2018).

5.2 Fundamentação legal

O curso LECCA confere aos formandos o diploma de Licenciado em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e técnico na área de recursos naturais.

A Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias fundamenta-se nas seguintes bases legais:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996);
2. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (BRASIL, 2010);
3. Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Pleno (CP) nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica - BNC-Formação (MEC, 2019);
4. Parecer do CNE e Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1, de 1 de fevereiro de 2006, que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos CEFFA (MEC, 2006);
5. Parecer CNE/CP nº 36, de 4 de dezembro de 2001 (MEC, 2001) e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 abril de 2002 (MEC, 2002) que instituem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
6. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (MEC, 2008);
7. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (MEC, 2010);
8. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008) e a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 (MEC, 2004), que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
9. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2005 (BRASIL, 2005) e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (MEC,

2012) que instituem a Política Nacional de Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

10. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;

11. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

12. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (MEC, 2007) e alterada pela Portaria Normativa nº 23, de 01 de dezembro de 2010 (MEC, 2010) que trata sobre processo de regulação, cadastro no e-MEC, exame nacional de desempenho de estudantes e outras disposições;

13. Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01, 17 de junho de 2010, que instituiu o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

14. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 (MEC, 2012) que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

15. Portaria nº 86, de 01 de fevereiro de 2013 (MEC, 2013) que institui o Programa Nacional em Educação do Campo – PRONACAMPO, e define as suas diretrizes gerais;

16. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

17. Resolução CNE/CP nº 01, de 2 de julho de 2019 (MEC, 2019) que altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

18. Parecer CNE/CEB nº 22, de 08 de dezembro de 2020 (MEC, 2020) que trata das diretrizes curriculares da Pedagogia de Alternância na Educação Básica e Educação Superior.

A partir dessas referências legais, este projeto assume a Educação do Campo como ação afirmativa que visa à correção de desigualdades históricas vividas pelas populações do campo (campeiros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, garimpeiros, entre outros) em relação ao acesso à educação básica e às condições das escolas do campo e da formação de seus profissionais.

6 JUSTIFICATIVA

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação contextualizada e inovadora ganha força a partir da publicação da Resolução nº 1, de 3 abril de 2002, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (MEC, 2002). Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos (HENRIQUES et al., 2007).

A universalização e a ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas no Plano Nacional da Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.004, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral. Estudo elaborado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), centro de inteligência analítica da entidade que representa mantenedoras de Ensino Superior do Brasil, aponta que o déficit de professores em todas as etapas da Educação Básica pode chegar a 235 mil em 2040. O levantamento foi apresentado no 24º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (FNESP), em 29 de setembro de 2022 (SEMESP, 2022). Sem mencionar que, em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estão mais próximos da aposentadoria que do início de carreira (RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2007).

A despeito de grandes avanços das políticas públicas para a inclusão produtiva e geração de renda no campo, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Crédito Fundiário, das políticas para mulheres rurais, das políticas de Educação do Campo, da expansão da Educação Profissional pelos Institutos Federais, entre outros, ainda persistem bolsões de pobreza e de extrema pobreza em nosso País, sobretudo, nos municípios pequenos e nas regiões periféricas aos processos de desenvolvimento do nosso Estado. Por isso, o curso LECCA, por sua inserção no Movimento da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância, ambos ligados aos setores economicamente mais vulneráveis do Campo, tem destino prioritário aos Movimento Sociais do Campo, Organizações produtivas ligadas à Agricultura Familiar, Assentamentos de Reforma Agrária, Cooperativas, movimento da Agroecologia e Produção Orgânica, às EFAs.

Historicamente, as Licenciaturas em Educação do Campo vêm se consolidando no País por forças políticas dos movimentos sociais do campo, numa perspectiva estratégica

de fortalecer a luta pela Educação do Campo por meio da qualificação específica de educadores com o perfil da Educação do Campo. Até o momento, em Minas Gerais, as Licenciaturas em Educação do Campo vem sendo ofertadas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Nestas instituições as Licenciaturas ofertadas abarcam quatro áreas de conhecimentos: Ciências da Vida e da Natureza (Biologia, Química e Física); Matemática; Ciências Sociais e Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura, Artes e Inglês). Nesta oferta, destacamos a ausência de uma área necessária para o contexto campestre mineiro, as Ciências Agrárias.

O curso LECCA se justifica pela missão e compromisso presentes na instituição dos Institutos Federais:

O compromisso dos Institutos Federais com os cursos de formação de professores se soma aos esforços para reduzir o enorme déficit entre a demanda e a oferta de licenciaturas no país. Assim a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se coloca ao lado de outras instituições que historicamente vêm trabalhando nesse campo, como é o caso das universidades e faculdades isoladas; e, embora o faça sem deixar de lado outras atribuições, peculiaridades e potencialidades próprias das Instituições de EPT, compreende que pode tornar substantiva a sua contribuição para superar as dificuldades colocadas em relação à oferta de cursos de licenciaturas no Brasil (CALDAS, 2011, p. 38-39).

A instituição tem uma trajetória pautada pelo trabalho com os saberes agrários. Sua expansão como Institutos Federais, amplia-se a missão para a oferta de cursos de formação inicial de professores para educação básica.

7 OBJETIVOS

7.1 Geral

Formar professores, pela Licenciatura Plena em Educação do Campo, na área de Ciências Agrárias, para atuar no Ensino Fundamental e Médio, atendendo prioritariamente à demanda de graduação de educadores para as Escolas do Campo.

7.2 Específicos

I - Propiciar, na formação dos(as) licenciandos(as), o conhecimento dos princípios da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e da Agroecologia, bem como do domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos na prática de extensão, pesquisa e docência com perfil para atuarem com os distintos públicos da Agricultura Familiar;

II - Preparar os(as) licenciandos(as) para realizarem atividades didático- pedagógicas que articulem e instiguem a construção do conhecimento numa visão inter e transdisciplinar do currículo, priorizando a unidade teórico-prática com ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos agroecossistemas;

III - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) a sensibilização para o diálogo dos saberes locais com os saberes acadêmicos, de forma a serem capazes de articular a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos camponeses;

IV - Preparar os(as) licenciandos(as) para compreenderem as novas ruralidades e o seu papel no desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuírem na superação da dicotomia campo-cidade;

V - Qualificar os/as licenciandos(as) para atuarem em processos de educação não formal conforme a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, como agentes do desenvolvimento sustentável e solidário, visando a produção em escala, o beneficiamento e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, para acessar mercados, melhorar as condições de vida, o aumento da renda;

VI - Contribuir para que os/as licenciandos(as) melhorem sua compreensão e prática dos valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e da economia solidária;

VII - Capacitar os/as licenciandos(as) para melhor aplicar diagnósticos, fazer planejamentos, elaborar e implantar projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, assentamentos, comunidades camponesas, quilombolas, propriedades escolares, entre outros;

VIII - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) em Educação do Campo – Ciências Agrárias habilidades para a prestação de serviços de qualidade na extensão rural, seguindo os pressupostos da educação popular, as metodologias participativas, as teorias pedagógicas emancipatórias e sociointeracionistas, na perspectiva do desenvolvimento de comunidades, do acesso às políticas públicas e da sustentabilidade dos sujeitos do campo;

IX - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) habilidades para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar e com as políticas públicas;

X - Ajudar os(as) licenciandos(as) no entendimento de como desenvolver metodologias de construção de identidade de campo, baseada em uma ideologia de classe trabalhadora camponesa;

XI - Ajudar os(as) licenciandos(as) a conceber o propósito de construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham, levando-se em conta a heterogeneidade dos seus agroecossistemas e a diversidade de produção dos agricultores locais;

XII - Propiciar aos(às) licenciandos(as) conhecimentos e habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural e de gênero e etnia, a partir das atividades do curso;

XII - Capacitar os(as) licenciandos(as) em elaboração de Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica para reconstruir partes ou o todo, de forma democrática, participativa, Projetos Políticos Pedagógicos, especialmente os de Escolas do Campo, EFAs, de forma a incluir e reforçar as dimensões ecológicas e políticas nestes projetos;

XIII – Formar profissionais para atuação em espaços de educação não formal como serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, na perspectiva da Agricultura Familiar.

8 FORMA DE ACESSO

8.1 Seleção

O processo seletivo do curso LECCA será por meio de Edital Público Especial, com critérios específicos para a elegibilidade do público almejado com o perfil da Agricultura Familiar. O Edital definirá o perfil desejado dos candidatos e os critérios de acesso, detalhando com objetividade os critérios de pontuação para avaliar os candidatos.

Serão 35 vagas, sendo 70% (25 vagas) para AMEFA e 30% (10 vagas) para entidades e/ou grupos sociais e/ou prefeituras e/ou definições específicas do edital, prioritariamente, do sul de Minas Gerais.

8.2 Matrícula

A matrícula ou rematrícula, ato que formaliza o vínculo do estudante com a instituição, deverá ser renovada a cada semestre letivo, conforme período previsto em Calendário Acadêmico.

É vedada a matrícula em mais de um curso de graduação em instituições públicas de ensino, tanto na modalidade a distância, quanto na presencial, em conformidade com a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009).

Casos de discentes com necessidades educacionais específicas serão acompanhados pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e pelo coordenador do curso.

8.3 Trancamento

O trancamento da matrícula deverá ser feito mediante requerimento dirigido à Seção de Registros Acadêmicos (SRA), até 30 dias corridos após o início do semestre letivo e deverá ser requerido pelo próprio estudante ou por seu representante legal, caso seja menor de 18 anos.

O trancamento de matrícula só terá validade por um semestre letivo, devendo o estudante refazer sua matrícula ou um novo semestre de trancamento na época prevista no Calendário Acadêmico.

O estudante só poderá trancar sua matrícula por 3 (três) semestres letivos, sendo em semestres consecutivos ou alternados durante o curso.

9 PERFIL PROFISSIONAL QUE SE DESEJA FORMAR E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Um educador licenciado, identificado com as lutas e causas do campo, em especial, comprometido ética e politicamente com os sujeitos que habitam e que lutam por um campo, em sua diversidade, justo, solidário e digno de se viver.

Nesta perspectiva, deseja-se um profissional de sólida formação técnico- científica para uma atuação docente de qualidade no campo das ciências agrárias, com boa base de qualificação metodológica para desenvolver o ensino e aprendizagem na perspectiva da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Agroecologia entre outras; postura crítica, com visão ética, humanística e holística para assumir responsabilidades na educação formal e não formal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e solidário do campo.

Para atuarem como docentes e promotores/as de desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar, adotando os princípios da educação do campo e da agroecologia, o egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias deve ser, ter e fazer, em termos de conhecimento, habilidade e postura:

a) Conhecimento dos princípios da Educação do Campo, da Agroecologia, domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos na prática de pesquisa, extensão e docência, habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural, de gênero e etnia;

b) Habilidade técnica para atuarem com os distintos públicos da Agricultura Familiar, sensibilidade para articular e instigar a construção do conhecimento numa visão inter e transdisciplinar e teórico-prática;

c) Capacidade de desenvolver atividades formativas dando ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos ecossistemas;

d) Consciente e com postura dialógica entre os saberes locais e os saberes acadêmicos, de forma a articular a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos camponeses;

e) Consciente e aliado na busca pela compreensão dos diversos aspectos das novas ruralidades de forma a contribuir na superação da dicotomia campo-cidade;

f) Capacidade de atuação em processos de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, do beneficiamento e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, na promoção do acesso a mercados, melhoria das condições de vida e no aumento da renda do agricultor familiar;

g) Capacidade para desenvolver práticas de valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e da economia solidária;

h) Habilidade na aplicação de diagnósticos, planejamentos, elaboração e implantação de projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, em Escolas do Campo, assentamentos, comunidades camponesas e quilombolas, entre outros, de forma participativa;

i) Habilidade para a prestação de serviços de qualidade na extensão rural, seguindo os pressupostos da educação popular, as metodologias participativas, as teorias pedagógicas emancipatórias e sociointeracionistas, na perspectiva do desenvolvimento de comunidades, do acesso às políticas públicas e da sustentabilidade dos sujeitos do campo;

j) Habilidade para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar e com as políticas públicas, na perspectiva de despertar para a compreensão da identidade de campo, baseada em uma ideologia de classe trabalhadora camponesa;

k) Ter compromisso com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

Para atender ao perfil de egresso desejado, a matriz curricular do curso LECCA, foi construída de forma participativa, ouvindo docentes, estudantes, egressos e parceiros.

A matriz parte do pressuposto que o conhecimento, antes de tudo, resulta de relações sociais e ambientais marcadas por condicionantes históricas específicas. Por isso, assume-se que uma determinada concepção curricular reflete uma leitura de organização da sociedade, das condições materiais objetivas, dos limites e das possibilidades legais e, sobretudo, da validade científica e da pertinência social dos saberes mobilizados. Dessa forma, este PPC propõe um olhar epistemológico que quebra com as fronteiras rígidas entre as áreas das Ciências Agrárias, Sociais e Pedagógicas e coloca o saber popular e científico em diálogo. Uma perspectiva sem separação e hierarquização entre estes diferentes saberes. Um novo paradigma que os coloca em colaboração como partes complementares, constituintes do saber do educador.

Para tanto, a matriz foi estruturada com base nos princípios e práticas definidos a partir das seguintes questões/desafios:

a) A realidade da escola do campo, escolas quilombolas, de assentamentos, com suas formas de organizar; gerir o processo educativo; necessidades, desafios e perspectivas;

b) A necessidade de formar professores do campo com perfil para atuar em contextos da agricultura familiar com todas as suas diversidades e desafios;

c) A compreensão psicossocial nos processos de ensinar e aprender nos contextos da educação do campo, da educação de jovens e adultos;

d) Os processos educativos e formativos que precisam ser mobilizados e vivenciados no percurso formativo a adotar.

Estas questões e desafios orientaram o itinerário formativo que se pretende adotar no curso LECCA para que, de fato, o atenda ao perfil de educador do campo, da educação popular, em contextos escolares e não escolares. Por isso, o PPC deverá estar aberto para avaliações e ajustes às necessidades de cada momento e de cada coletivo interessado nesta formação.

Sendo assim, o currículo do curso LECCA é concebido como um caminho que se faz, envolvendo toda a vida escolar e extraescolar. Compreende-se que um programa de ensino-aprendizagem só se transforma em currículo após as experiências que o sujeito vive em torno do mesmo. O currículo se faz no desenvolvimento e vivência de percursos e processos. Processos de acesso aos domínios filosóficos, científicos e metodológicos de âmbito acadêmico, articulado com as vivências, experiências dos estudantes e as diversas

formas de apreensão das dimensões da realidade, dos contextos em outras territorialidades, fora do território acadêmico.

Trata-se de uma proposta de percurso curricular a viabilizar-se num paradigma de abordagem interdisciplinar nas Ciências Agrárias. Mais, a organizar-se em tempos e espaços diversos e integrados fundamentados na Pedagogia da Alternância. Ou seja, o percurso educativo, formativo se dará de forma contínua numa articulação de tempos e espaços na academia e tempos e espaços na comunidade. Nesta perspectiva, a organização curricular visa a práxis educativa, integrando as dimensões teóricas e práticas entre o tempo acadêmico e o tempo na comunidade.

Conforme os pressupostos da Pedagogia da Alternância, toda a vida dos estudantes em seu meio, podem e devem se tornar educativo. O currículo na ESP compreende vivências no mundo da produção, da cultura, da vida familiar, comunitária, social, organizacional, política, profissional etc. Enfim, tudo aquilo que possa mobilizar o interesse dos estudantes.

O PPC LECCA, na sua execução, deverá garantir coerência entre o que está descrito com a prática pedagógica do corpo docente. Ou seja, fazer com que a estrutura curricular organizada na área das Ciências Agrárias, objetive a apreensão de conteúdos científicos, didáticos e político-pedagógicos para a formação humana, numa perspectiva emancipatória dos sujeitos.

Preconiza-se a formação de um profissional, cuja base científica sólida adquirida nas SEs e ESPs lhe ajude a compreender as bases científicas e metodológicas dos conhecimentos relativos às Ciências Agrárias, bem como os problemas da educação brasileira e seus rebates na Educação do Campo.

Além de compreender, que o percurso formativo possa contribuir para desenvolver capacidade de pensar soluções para os problemas relativos à produção no campo da Agricultura Familiar e Camponesa e no campo da Educação do Campo.

10.1 Conteúdos curriculares e áreas de formação pedagógica

Os conteúdos curriculares, mediados por procedimentos metodológicos interdisciplinares que orientam a interação entre o saber acadêmico e popular, estão organizados na perspectiva de obter Formação Geral (FG), Formação Específica (FE) e Formação Integradora (FI).

A articulação entre teoria-prática será garantida ao longo de todo processo formativo do curso LECCA.

10.1.1 Formação geral

A formação geral, ou seja, a base comum, trata de conteúdos ligados com os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais - conforme a lista de disciplinas a seguir:

- Plano de Pesquisa I, II, III e IV;
- Pedagogia da Alternância I;
- Leitura e Produção de Textos I;
- Física Aplicada;
- Pedagogia da Alternância II;
- Educação Ambiental;
- Planejamento e Projetos I;
- Leitura e Produção de Textos II;
- Matemática Aplicada;
- Planejamento e Projetos II;
- Tópicos em Educação do Campo;
- Planejamento e Projetos III;
- Metodologia do Trabalho Científico I;
- Didática Geral;
- História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Metodologia do Trabalho Científico II;
- Metodologia do Trabalho Científico III;
- Políticas Educacionais;
- Psicologia da Educação;
- Filosofia da Educação;
- Escola, Gestão e Currículo;
- História da Educação;
- Sociologia da Educação;
- Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação;
- Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

10.1.2 Formação específica

A formação específica compreende os conteúdos relativos às Ciências Agrárias. Ela agrega as áreas de conhecimento da produção vegetal, produção animal; silvicultura

infraestrutura agrícola; produção agroindustrial; economia; administração; organização social e produtiva na agricultura familiar, comercialização e agroecologia; sociologia e extensão rural, conforme a lista a seguir:

- Introdução às Ciências Agrárias;
- Tópicos de Biologia I;
- Química Geral Inorgânica;
- Informática Aplicada I;
- Microbiologia Geral;
- Tópicos de Biologia II;
- Química Orgânica;
- Informática Aplicada II;
- Zoologia Geral;
- Fisiologia Vegetal;
- Bioquímica;
- Direito Agrário;
- Organismos do Solo Úteis na Agricultura;
- Fundamentos de Entomologia e Manejo Integrado de Pragas;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal I;
- Gênese, Morfologia e Classificação do Solo;
- Agroecologia I;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal II;
- Mecanização I;
- Fertilidade do Solo e Nutrição das Plantas;
- Sistemas Agroflorestais;
- Agrometeorologia e Climatologia;
- Fundamentos de Fitopatologia e Manejo Integrado de Doenças;
- Agroecologia II;
- Manejo e Avaliação de Sistemas de Irrigação;
- Mecanização II;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal III;
- Anatomia e Fisiologia Animal;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Animal I;
- Agroecologia III;
- Tópicos em Genética;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal IV;

- Sistemas Sustentáveis de Produção Animal II;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal V;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Animal III;
- Associativismo e Cooperativismo I;
- Economia e Administração Rural I;
- Políticas Públicas;
- Estatística Aplicada;
- Economia e Administração Rural II;
- Nutrição e Forragem;
- Associativismo e Cooperativismo II;
- Desenho Técnico e Construções Rurais;
- Topografia Básica;
- Sociologia e Extensão Rural I;
- Ambiente, Saúde e Segurança;
- Processamento de Produtos de Origem Vegetal;
- Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal VI;
- Sociologia e Extensão Rural II;
- Fundamentos de Geotecnologia;
- Processamento de Produtos de Origem Animal;
- Higiene e Inspeção Sanitária de Alimentos;
- Sociologia e Extensão Rural III;
- Tecnologia de Produção de Sementes;
- Prática de Extensão II, II, III e IV.

10.1.3 Formação integradora

São os conteúdos diretamente relacionados às práticas pedagógicas e de ensino, pesquisa e extensão, imprescindíveis à formação do professor, quais sejam:

- Análise da Prática Pedagógica – prática dos componentes curriculares (PCC) I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;
- Estágio Curricular Supervisionado I, II, II-S, III, III-S, IV e IV-S;
- Trabalho de Conclusão de Curso.

Estes componentes curriculares são centrais na instrumentalização das alternâncias, mediando a integração SE e ESP; estudo e trabalho; escola e vida; teoria e prática; como também na articulação da interdisciplinaridade, na medida em que viabilizam

a realização objetiva das atividades de onde emergem os processos de construção do conhecimento, na dinâmica da alternância.

10.1.4 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) constituem um conjunto de recursos tecnológicos caracterizados por mídias diversas com o objetivo comum de auxiliarem no processo ensino aprendizagem.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 20 de dezembro de 2019 (MEC, 2019) prevê dentre as competências gerais docentes, para a formação inicial de professores da educação básica:

“(...) compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens” (MEC, 2019).

Para este fim, o curso LECCA prevê a oferta de disciplinas como: Didática Geral, Informática Aplicada I e II, Fundamentos de Geotecnologia, entre outras.

11 ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES

A organização curricular foi realizada de modo a articular os diversos momentos da formação docente. O curso atende à Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (MEC, 2019), à Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (MEC, 2018) e todas já citadas no tópico de fundamentos legais.

Cada aula tem a duração de 50 minutos e o curso apresenta 3.200h de carga horária total, conforme especificado:

- 800 horas para o desenvolvimento dos conteúdos gerais, sendo 600 horas de formação pedagógica e científica e 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais;
- 1.600 horas para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares específicos, englobando as 320 horas de prática de extensão;

- 800 horas de prática pedagógica distribuídas em 400 horas de prática como componente curricular (PCC) articuladas aos componentes curriculares ao longo de todo o curso e 400 horas de estágio curricular supervisionado.

A Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (MEC, 2019), dispõe sobre a oferta de carga horária de forma remota, em cursos de graduação presenciais ofertados por IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Entretanto, devido à especificidade do curso, não foi adotada esta forma de ensino, uma vez que o público atendido já possui o curso em alternância.

11.1 Representação gráfica do perfil de formação

1ª Alternância	2ª Alternância	3ª Alternância	4ª Alternância	5ª Alternância	6ª Alternância
Plano de Pesquisa I 10h:00min	Plano de Pesquisa II 10h:00min	Plano de Pesquisa III 10h:00min	Plano de Pesquisa IV 10h:00min	Estágio Curricular Supervisionado I 100h	Estágio Curricular Supervisionado II 90h:00min
Introdução às Ciências Agrárias 6h:40min	Pedagogia da Alternância II 25h:00min	Análise da Prática Pedagógica I (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica II (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica III (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica IV (PCC) 50h:00min
Pedagogia da Alternância I 25h:00min	Microbiologia Geral 25h:00min	Zoologia Geral 20h:00min	Organismos do Solo Úteis na Agricultura 25h:00min	Agroecologia I 25h:00min	Fundamentos de Fitopatologia e Manejo Integrado de Doenças 30h:00min
Leitura e Produção de Textos I 25h:00min	Tópicos de Biologia II 25h:00min	Fisiologia Vegetal 25h:00min	Fundamentos de Entomologia e Manejo Integrado de Pragas 30h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal II 25h:00min	Agroecologia II 25h:00min
Tópicos de Biologia I 25h:00min	Educação Ambiental 25h:00min	Bioquímica 25h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal I 25h:00min	Mecanização I 25h:00min	Manejo e Avaliação de Sistemas de Irrigação 25h:00min
Física Aplicada 25h:00min	Química Orgânica 25h:00min	Matemática Aplicada 25h:00min	Gênese, Morfologia e Classificação do Solo 20h:00min	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas 25h:00min	Mecanização II 25h:00min
Química Geral Inorgânica 25h:00min	Planejamento e Projetos I 20h:00min	Planejamento e Projetos II 20h:00min	Tópicos em Educação do Campo 25h:00min	Sistemas Agroflorestais 25h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal III 25h:00min
Informática Aplicada I 25h:00min	Leitura e Produção de Textos II 25h:00min	Direito Agrário 25h:00min	Planejamento e Projetos III 20h:00min	Agrometeorologia e Climatologia 20h:00min	Anatomia e Fisiologia Animal 20h:00min
	Informática Aplicada II 25h:00min	Prática de Extensão I 80h:00min			Sistemas Sustentáveis de Produção Animal I 25h:00min
					Prática de Extensão II 80h:00min

Legenda	
	Formação Geral (FG)
	Formação Específica (FE)
	Formação Integradora (FI)

7ª Alternância	8ª Alternância	9ª Alternância	10ª Alternância	11ª Alternância	12ª Alternância
Estágio Curricular Supervisionado II - S 10h:00min	Estágio Curricular Supervisionado III 90h:00min	Estágio Curricular Supervisionado III - S 10h:00min	Estágio Curricular Supervisionado IV 90h:00min	Estágio Curricular Supervisionado IV - S 10h:00min	Processamento de Produtos de Origem Animal 25h:00min
Análise da Prática Pedagógica V (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica VI (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica VII (PCC) 50h:00min	Análise da Prática Pedagógica VIII (PCC) 50h:00min	Ambiente, Saúde e Segurança 20h:00min	Higiene e Inspeção Sanitária de Alimentos 20h:00min
Agroecologia III 25h:00min	Metodologia do Trabalho Científico II 25h:00min	Metodologia do Trabalho Científico III 25h:00min	Psicologia da Educação 25h:00min	Processamento de Produtos de Origem Vegetal 25h:00min	Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação 25h:00min
Metodologia do Trabalho Científico I 25h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal V 25h:00min	Estatística Aplicada 25h:00min	Filosofia da Educação 25h:00min	História da Educação 25h:00min	Sociologia e Extensão Rural III 20h:00min
Tópicos em Genética 25h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Animal III 25h:00min	Economia e Administração Rural II 25h:00min	Topografia Básica 25h:00min	Sociologia da Educação 25h:00min	Tecnologia de Produção de Sementes 25h:00min
Didática Geral 25h:00min	Asociativismo e Cooperativismo I 20h:00min	Políticas Educacionais 25h:00min	Escola, Gestão e Currículo 25h:00min	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal VI 25h:00min	Prática de Extensão IV 80h:00min
Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal IV 25h:00min	Economia e Administração Rural I 25h:00min	Nutrição e Forragem 23h:20min	Sociologia e Extensão Rural I 20h:00min	Sociologia e Extensão Rural II 20h:00min	
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena 25h:00min	Políticas Públicas 25h:00min	Asociativismo e Cooperativismo II 20h:00min		Fundamentos de Geotecnologia 25h:00min	
Sistemas Sustentáveis de Produção Animal II 25h:00min		Desenho Técnico e Construções Rurais 25h:00min			
		Prática de Extensão III 80h:00min			

Legenda	
	Formação Geral (FG)
	Formação Específica (FE)
	Formação Integradora (FI)

11.2 Matriz Curricular

CONJUNTO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias

SE - sessão escolar; ESP - estadia socioprofissional

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
1º ANO - 1ª ALTERNÂNCIA							
FG	Plano de Pesquisa I	10	2	12	8h:20min	1h:40min	10h:00min
FE	Introdução às Ciências Agrárias	8	0	8	6h:40min	0h:00min	6h:40min
FG	Pedagogia da Alternância I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Leitura e Produção de Textos I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Tópicos de Biologia I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Física Aplicada	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Química Geral Inorgânica	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Informática Aplicada I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
TOTAL		190	92	200	166h:40min		
TOTAL ACUMULADO					166h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
1º ANO - 2ª ALTERNÂNCIA							
FG	Plano de Pesquisa II	10	2	12	8h:20min	1h:40min	10h:00min
FG	Pedagogia da Alternância II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Microbiologia Geral	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Tópicos de Biologia II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Educação Ambiental	12	18	30	10h:00min	15h:00min	25h:00min
FE	Química Orgânica	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Planejamento e Projetos I	18	6	24	15h:00min	5h:00min	20h:00min
FG	Leitura e Produção de Textos II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Informática Aplicada II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
TOTAL		190	110	246	205h:00min		
TOTAL ACUMULADO					371h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
1º ANO - 3ª ALTERNÂNCIA							
FG	Plano de Pesquisa III	10	2	12	8h:20min	1h:40min	10h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica I (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FE	Zoologia Geral	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Fisiologia Vegetal	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Bioquímica	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Matemática Aplicada	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Planejamento e Projetos II	18	6	24	15h:00min	5h:00min	20h:00min
FE	Direito Agrário	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Prática de Extensão I (PE)	5	91	96	4h:10min	75h:50min	80h:00min
TOTAL		196	122	336	280h:00min		
TOTAL ACUMULADO					651h:40min		

SE - sessão escolar; ESP - estadia socioprofissional.

FG - formação geral; FE - formação específica; FI - formação integradora.

CONJUNTO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias

Continuação...

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
2º ANO - 4ª ALTERNÂNCIA							
FG	Plano de Pesquisa IV	10	2	12	8h:20min	1h:40min	10h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica II (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FE	Organismos do Solo Úteis na Agricultura	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Fundamentos de Entomologia e Manejo Integrado de Pragas	30	6	36	25h:00min	5h:00min	30h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Gênese, Morfologia e Classificação do Solo	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FG	Tópicos em Educação do Campo	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Planejamento e Projetos III	18	6	24	15h:00min	5h:00min	20h:00min
TOTAL		178	134	246	205h:00min		
TOTAL ACUMULADO					856h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
2º ANO - 5ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado I	24	96	120	20h:00min	80h:00min	100h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica III (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FE	Agroecologia I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Mecanização I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Fertilidade do Solo e Nutrição das Plantas	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Agroflorestais	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Agrometeorologia e Climatologia	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
TOTAL		173	223	354	295h:00min		
TOTAL ACUMULADO					1151h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
2º ANO - 6ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado II	12	96	108	10h:00min	80h:00min	90h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica IV (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FE	Fundamentos de Fitopatologia e Manejo Integrado de Doenças	30	6	36	25h:00min	5h:00min	30h:00min
FE	Agroecologia II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Manejo e Avaliação de Sistemas de Irrigação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Mecanização II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal III	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Anatomia e Fisiologia Animal	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Animal I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Prática de Extensão II (PE)	5	91	96	4h:10min	75h:50min	80h:00min
TOTAL		196	242	474	395h:00min		
TOTAL ACUMULADO					1546h:40min		

SE - sessão escolar; ESP - estadia socioprofissional.

FG - formação geral; FE - formação específica; FI - formação integradora.

CONJUNTO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias

Continuação...

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
3º ANO - 7ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado II - S	12	0	12	10h:00min	0h:00min	10h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica V (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FE	Agroecologia III	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Metodologia do Trabalho Científico I	18	12	30	15h:00min	10h:00min	25h:00min
FE	Tópicos em Genética	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Didática Geral	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal IV	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Animal II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
TOTAL		186	132	282	235h:00min		
TOTAL ACUMULADO					1781h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
3º ANO - 8ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado III	12	96	108	10h:00min	80h:00min	90h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica VI (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FG	Metodologia do Trabalho Científico II	18	12	30	15h:00min	10h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal V	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Animal III	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Associativismo e Cooperativismo I	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Economia e Administração Rural I	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Políticas Públicas	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
TOTAL		154	239	342	285h:00min		
TOTAL ACUMULADO					2066h:40min		

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
3º ANO - 9ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado III - S	12	0	12	10h:00min	0h:00min	10h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica VII (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FG	Metodologia do Trabalho Científico III	12	18	30	10h:00min	15h:00min	25h:00min
FE	Estatística Aplicada	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Economia e Administração Rural II	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Políticas Educacionais	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Nutrição e Forragem	24	4	28	20h:00min	3h:20min	23h:20min
FE	Associativismo e Cooperativismo II	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Desenho Técnico e Construções Rurais	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Prática de Extensão III (PE)	5	91	96	4h:10min	75h:50min	80h:00min
TOTAL		177	153	364	303h:20min		
TOTAL ACUMULADO					2370h:00min		

SE - sessão escolar; ESP - estadia socioprofissional.

FG - formação geral; FE - formação específica; FI - formação integradora.

CONJUNTO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Licenciatura em Educação do Campo - área - Ciências Agrárias

Continuação...

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
4º ANO - 10ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado IV	12	96	108	10h:00min	80h:00min	90h:00min
FI	Análise da Prática Pedagógica VIII (PCC)	12	48	60	10h:00min	40h:00min	50h:00min
FG	Psicologia da Educação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Filosofia da Educação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Topografia Básica	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Escola, Gestão e Currículo	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sociologia e Extensão Rural I	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
TOTAL		173	211	312			260h:00min
TOTAL ACUMULADO							2630h:00min

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
4º ANO - 11ª ALTERNÂNCIA							
FI	Estágio Curricular Supervisionado IV - S	12	0	12	10h:00min	0h:00min	10h:00min
FE	Ambiente, Saúde e Segurança	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Processamento de Produtos de Origem Vegetal	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	História da Educação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FG	Sociologia da Educação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sistemas Sustentáveis de Produção Vegetal VI	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sociologia e Extensão Rural II	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Fundamentos de Geotecnologia	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
TOTAL		175	71	210			175h:00min
TOTAL ACUMULADO							2805h:00min

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
4º ANO - 12ª ALTERNÂNCIA							
FE	Processamento de Produtos de Origem Animal	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Higiene e Inspeção Sanitária de Alimentos	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FG	Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Sociologia e Extensão Rural III	19	5	24	15h:50min	4h:10min	20h:00min
FE	Tecnologia de Produção de Sementes	24	6	30	20h:00min	5h:00min	25h:00min
FE	Prática de Extensão IV (PE)	5	91	96	4h:10min	75h:50min	80h:00min
TOTAL		131	43	234			195h:00min
TOTAL ACUMULADO							3000h:00min

SE - sessão escolar; ESP - estadia socioprofissional.

FG - formação geral; FE - formação específica; FI - formação integradora.

Disciplinas Obrigatórias		Nº de Aulas			Carga Horária		
Código	Nome	SE	ESP	Total	SE	ESP	Total
AACC	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)						200h:00min
EST	Estágio Curricular Supervisionado*						400h:00min
TCC	Trabalho de conclusão de curso (TCC)**						0h:00min
AE	Práticas de Extensão (PE)*						320h:00min
TOTAL							200h:00min
TOTAL ACUMULADO							3200h:00min

**Inserido na matriz, não utilizado para o somatório da carga horária.*

***Opcional.*

11.3 Língua brasileira de sinais

O componente curricular “Língua brasileira de sinais” será ofertado conforme a matriz curricular, em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), e abordará os seguintes conteúdos: vocabulário de língua brasileira de sinais (Libras); tópicos sobre a cultura e identidade surda; uso de expressões faciais gramaticais e afetivas; estrutura da frase; aspectos linguísticos da Libras; processo de aquisição da língua observando suas especificidades e as diferenças entre Libras/Português.

11.4 Educação ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999), ao Decreto nº 4.281/2002 (BRASIL, 2002), à Resolução CNE/CP nº 2/2012 (MEC, 2012), a temática de Educação Ambiental será trabalhada de forma transversalizada no curso LECCA nos seguintes componentes curriculares: especificamente, em Educação Ambiental, mas com complementaridade em Agroecologia; Tecnologia de Produção de Sementes; Ambiente, Saúde e Segurança; Sistemas Agroflorestais; Gênese, Morfologia e Classificação do Solo; Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas; Manejo e avaliação de sistemas de irrigação.

11.5 Educação em direitos humanos

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 1/2012 (MEC, 2012), os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, assim será abordada como parte de conteúdos programáticos no componente curricular “Direito Agrário”. Terá parte também como complementaridade em outros componentes tais como: Educação do Campo e Filosofia da Educação.

11.6 Relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira e indígena

Serão trabalhadas no componente curricular “História e cultura afro-brasileira e indígena” cumprindo com a determinação da Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e Resolução CNE/CP nº 01/2004 (MEC, 2004), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

11.7 O estágio curricular supervisionado

Os Estágios Curriculares Supervisionados, em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (MEC, 2002) e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o estágio de estudantes, pela Nota Técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 111/2014 e normas internas do IFSULDEMINAS como a Resolução do Conselho Superior nº 29, de 27 de agosto de 2020 (IFSULDEMINAS, 2020).

O estágio será coordenado por um professor vinculado ao curso. As atividades de estágio serão desenvolvidas com observação e a regência em Escolas que atendam às populações do campo nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, cumprindo o total de 400 horas em contextos educativos escolares, prioritariamente, em Escolas do Campo, outros campi do IFSULDEMINAS ou outros Institutos Federais, EFAs, Cooperativas, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Cursos Técnicos na área de Recursos Naturais e Espaços Educativos Não Escolares, Associações de Produtores, Comunidades Rurais, Assentamentos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Propriedades Rurais, entre outros.

Serão 400 horas destinadas à realização de 4 estágios, sendo 80 horas destinadas à orientação, estudos conceituais, preparação e socialização, realizadas nas SEs e 320 horas desenvolvidas nas ESPs. Neste sentido, a formação em Alternância de tempos e espaços no IFSULDEMINAS e nas comunidades favorecem a realização dos estágios, pois estes serão desenvolvidos durante o tempo-espaço da ESP.

O estágio curricular supervisionado no curso LECCA terá uma função integradora entre os tempos e espaços educativos alternados, dialogando com a teoria e prática, conforme acepções de Pimenta e Lima (2006) que fizeram crítica à prática comum de estágio identificado como a parte prática em oposição à parte teórica, identificada com o tempo escolar nos cursos de formação docente. Ou seja, o tempo escolar é identificado com a teoria e o tempo no mundo do trabalho, no chão da escola ou de espaços educativos não escolares, identificados como o tempo da prática.

Neste sentido, o curso LECCA se inscreve na concepção teórica que toma a prática como referência para a fundamentação teórica, conforme Lima e Pimenta (2006):

Entendemos que o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 6).

O curso LECCA alinha-se ao conceito de práxis como superação da dicotomia teoria e prática “para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos estudantes e da sociedade”. Para tanto, supera a prática como imitação de modelos ou simples instrumentalização da ação pedagógica. Nesse sentido, o estágio no curso LECCA apresenta-se como possibilidade de pesquisa e suporte à pesquisa.

O estágio no curso LECCA quer evitar a lógica da imitação ou da instrumentalização, que redundaria na formação de professores na perspectiva da “educação bancária”, conforme Freire (1983) e reforçar a lógica do professor pesquisador, comprometido com a práxis transformadora do mundo. Neste sentido, buscar-se-á no estágio espaços para a análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa.

A prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática. Tanto é que frequentemente os alunos afirmam que na minha prática a teoria é outra. Ou ainda, pode-se ver em painéis de propaganda, a faculdade tal, onde a prática não é apenas teoria ou, ainda, o adágio que se tornou popular de que quem sabe faz; quem não sabe ensina (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 9).

Assim, o estágio no curso LECCA não será reduzido à hora da prática, ao como fazer, às técnicas a serem empregadas em sala de aula, ao desenvolvimento de habilidades específicas do manejo de classe, ao preenchimento de fichas de observação, diagramas, planos de ensino etc. Não será eximido o trato com as técnicas. Porém, caberá indagar: qual a habilidade necessária, essencial ao exercício da profissão docente? Seria a de “saber lançar mão adequadamente das técnicas conforme as diversas e diferentes situações em que o ensino ocorre, o que necessariamente implica a criação de novas técnicas” (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 9-10).

Assim, não se trata de aprender um repertório de técnicas, dinâmicas e simplesmente aplicá-las sem a devida análise de contexto. O planejamento da oferta será a partir da 5ª Alternância conforme o quadro 1.

Quadro 1. Organização do estágio supervisionado. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

Alternância	Estágio	Temática	Atividade
5ª	I	Educação do Campo e a Escola de direito.	Observação e inventário de uma escola do campo.
6ª	II	Práticas educativas na escola do campo e agroecologia –	Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regência de aulas em escolas

		Anos finais do Ensino Fundamental.	de ensino fundamental II do campo.
8 ^a	III	Práticas educativas na escola do campo e agroecologia – Ensino Médio e Profissional.	Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.
10 ^a	IV	Territorialidades formativas na Educação do Campo.	Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.

11.7.1 Aproveitamento de experiências

Conforme o parágrafo único, do Art. 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2002 (MEC, 2002), os estudantes que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Da mesma maneira, os licenciandos participantes do Programa Inicial de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica, ou programas afins, poderão utilizar a carga horária desenvolvida nestes programas, desde que o estudante esteja cursando a 5ª SE ou tenha atingido mais de 50% da integralização da carga horária do curso.

As atividades de extensão, monitoria e iniciação científica na educação superior desenvolvida pelos estudantes somente poderão ser equiparadas ao estágio conforme consta na Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008). Deste modo, poderão ser consideradas as horas desenvolvidas em projetos de extensão, monitoria, iniciação científica, desde que estejam relacionadas na área da docência, como horas para o estágio supervisionado.

Serão dispensados de até 50% da carga horária exigida para o estágio curricular supervisionado, desde que comprovem o mínimo de um ano letivo de experiência de docência, durante a realização do curso. De modo similar, as atividades relacionadas aos projetos de extensão, monitoria, iniciação científica, devidamente registradas no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, poderão compor até 50% da carga horária mínima exigida para o estágio curricular supervisionado. O aproveitamento de experiências poderá ocorrer até o máximo de 200 (duzentas) horas conforme legislação.

Esta análise será realizada pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado e as solicitações de aproveitamento deverão vir acompanhadas de ofício de solicitação e

documentação comprobatória, tais como: declaração, cópia de documento que comprove vínculo com a instituição escolar, carteira de trabalho, entre outros documentos.

11.8 Atividades acadêmico-científico-culturais (AACC)

Ao longo do curso, os educandos serão estimulados a participar de atividades acadêmico-científico-culturais, cumprindo carga horária obrigatória, mínima de 200 horas, seguindo a Resolução do CNE/CP nº 2/2002 (MEC, 2002). Estas atividades deverão contribuir na formação profissional do/da educando/a, no desenvolvimento de novas habilidades, competências e atitudes do ponto de vista técnico, ético e humanístico.

Correspondem a estudos e atividades de naturezas diversas que não fazem parte da oferta acadêmica do curso e que são computados, para fins de integralização curricular. Este elenco de atividades visa à complementação da formação profissional para o exercício de uma cidadania responsável.

Todas as atividades deverão ser registradas e comprovadas junto à coordenação do curso quando da solicitação de revalidação da carga horária.

As atividades proporcionadas garantirão a interação teórico-prática tais como: monitoria, estágio, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão além de estudos complementares, projetos de ensino, pesquisa ou atividades relativas às mediações didáticas da alternância no curso LECCA: “serões de estudo” e “viagens e visitas de estudo”.

As atividades deverão ser cumpridas a partir da primeira alternância do curso. A cada ano, o estudante deverá cumprir no mínimo 25% das horas de AACC.

Para contabilizar as atividades os estudantes deverão apresentar comprovação. Essa comprovação pode ser realizada mediante a apresentação de certificados, declarações, entre outros documentos. Os estudantes deverão manter sob sua responsabilidade todos os originais dos documentos apresentados, tendo ciência de que estes poderão ser solicitados a qualquer tempo. Atividades não comprovadas ou que não apresentem clara comprovação, não serão contabilizadas.

Todos os comprovantes devem ser digitalizados e anexados no Sistema de Registro Acadêmico, assim a coordenação do curso irá avaliar e deferir ou indeferir de acordo com os critérios.

Até um mês antes do término da 12ª SE, o estudante deve lançar as atividades de AACC em um total de 200 horas, contendo no mínimo em três categorias. Serão validadas apenas atividades com datas após o ano de ingresso do estudante no curso.

As diferentes categorias são:

Categoria I:

Trabalho publicado ou no prelo em revista indexada nível A Qualis CAPES: 100 horas/trabalho.

Trabalho publicado ou no prelo em revista indexada nível B Qualis CAPES: 60 horas/trabalho.

Trabalho publicado ou no prelo em revista indexada nível C Qualis CAPES: 30 horas/trabalho.

Trabalho de divulgação científica e tecnológica em boletins, circulares, jornais e revistas sem corpo editorial: 10 horas/trabalho.

Resumos expandidos publicados em anais: 20 horas/resumo expandido.

Resumos simples publicados em anais: 10 horas/resumo.

Relato de Experiência apresentado em congressos, seminários, conferências etc. de cunho acadêmico: 5 horas/relato.

Boletim técnico publicado: 40 horas/boletim.

Realização de minicurso em eventos acadêmicos: 5 horas/minicurso.

Categoria II:

Participação em evento científico ou acadêmico nível internacional: 10 horas/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível nacional: 8 horas/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível regional: 6 horas/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível local: 4 horas/participação.

Categoria III:

Apresentação de trabalhos científicos em eventos: 10 horas/trabalho.

Categoria IV:

Organização de eventos oficiais do IFSULDEMINAS: 20 horas/evento.

Categoria V:

Atividade de monitoria: 40 horas/disciplina.

Categoria VI:

Estágio não obrigatório seguindo as normas do IFSULDEMINAS: 1 hora de estágio não obrigatório corresponderá a 2 horas de AACC, sendo no máximo de 50 horas.

Categoria VII:

Cursos específicos e/ou afins na área de Ciências Agrárias: será considerada a carga horária especificada no certificado ou outro documento.

Disciplinas facultativas para enriquecimento curricular cursadas e aprovadas no ou fora do IFSULDEMINAS: cada hora/aula da disciplina corresponderá a 1 hora do AACC.

Categoria VIII:

Participação em projeto e/ou programa especial de ensino: 20 horas/semestre.

Participação em projeto e/ou programa especial de pesquisa: 20 horas/semestre.

Participação em projeto e/ou programa especial de extensão: 20 horas/semestre.

Participação em projeto e/ou programa especial vinculado à Cooperativa Escola: 20 horas/semestre.

Categoria IX:

Membro de Diretoria de Diretório Acadêmico do Curso ou Centro Acadêmico: 10 horas/semestre.

Participação em órgãos colegiados do IFSULDEMINAS: 10 horas/semestre.

Categoria X:

Participação em atividades pedagógicas do curso (mediações didáticas).

Participação em serões do curso, 1 hora/serão, máximo 8 horas/SE e 40 horas, no conjunto do curso.

Participação em viagens e visitas de estudo: 2 horas/visitas.

Categoria XI:

Participação em Cursos Específicos promovidos por organizações sociais e sindicais: será considerada a carga horária especificada no certificado ou outro documento.

Categoria XII:

Participação em atividades de movimentos sociais (reuniões, participação na composição de diretorias de organização sociais, mobilizações etc.): 1 hora/participação, podendo apresentar, no máximo, 15 horas ao longo do curso.

Atividades não constantes nestas categorias, entrarão em casos omissos, e serão analisadas pelo Colegiado do Curso. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do estudante buscar as oportunidades para a realização das atividades complementares, tendo em vista que o exercício da iniciativa e o da autonomia na construção do próprio currículo constitui fator relevante para o seu desenvolvimento profissional.

O educando, ao longo do curso, entrará com requerimento solicitando aproveitamento de atividades complementares anexando os documentos necessários:

I - Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

II - Atividades de participação e/ou organização de eventos: certificado de presença, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes.

III - Experiências profissionais complementares: Termo de Compromisso, atestados de participação e apresentação de relatórios devidamente assinados.

IV - Publicações: cópias das publicações e outros documentos comprobatórios.

V - Atividades de ensino, pesquisa e extensão: atestados ou certificados de participação e apresentação de relatórios ou projetos registrados.

VI - Vivências de gestão: atas das reuniões das quais o estudante participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios.

11.9 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente. O planejamento e o desenvolvimento do TCC poderão ocorrer desde a 1ª SE, vinculado com diversos componentes curriculares.

O TCC não é de exigência obrigatória para a integralização curricular, podendo o estudante optar em desenvolver ou não este componente. No caso de opção de

desenvolvimento do TCC, o estudante poderá defendê-lo em qualquer momento do percurso formativo.

Poderá ser desenvolvido por meio de projetos teóricos e/ou práticos, executados pelos estudantes regularmente matriculados, orientado por docentes do IFSULDEMINAS e submetido à banca avaliadora, conforme regulamentação própria do IFSULDEMINAS, Resoluções do Conselho Superior nº 69, de 14 de setembro de 2017, nº 75, de 15 de dezembro de 2020, nº 157, de 2 de fevereiro de 2022, e outras alterações quando couber (IFSULDEMINAS, 2017; 2020; 2022).

Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo estudante para nova investidura no pleito (reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; elaboração de novo projeto e apresentação na alternância seguinte).

São consideradas modalidades de TCC no âmbito do curso LECCA:

- Monografia de revisão de literatura;
- Monografia de trabalho técnico-científico: trabalho escrito resultado do estudo científico de um tema específico que deve conter os resultados obtidos por observações e experiências executadas;
- Pelo menos dois resumos expandidos publicados em eventos na área de formação, sendo o primeiro autor do trabalho. Além de seguir a formatação do TCC, deve anexar as normas do evento;
- Artigo completo - publicado, aceito ou submetido em revista com Qualis, sendo o primeiro autor do trabalho. Deve ser desenvolvido sobre tema na área, contextualizado com as demandas regionais e possuir abordagem atual. Além de seguir a formatação do TCC, deve anexar as normas da revista na qual o artigo foi submetido e o comprovante de submissão ou aceite.
- Plano de Negócios: deve ser desenvolvido com base nos mesmos critérios adotados para o TCC, porém constituindo-se em um Projeto Empresarial, com apoio do professor orientador e da Incubadora de Empresas Mistas - INCETEC do IFSULDEMINAS;
- Livro ou capítulo de livro: deve ser desenvolvido sobre tema na área, contextualizado com as demandas regionais e possuir abordagem atual. Deverá anexar cópia das normas e o comprovante de submissão ou publicação.
- Produtos diversos como por exemplo, material didático.

As normas de elaboração do TCC seguirão regras do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFSULDEMINAS (2018), e a decisão da modalidade será definida pelo estudante e docente orientador.

11.9.1 Comitê de ética em pesquisa com seres humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do IFSULDEMINAS é instituído e normatizado pelo Conselho Superior e administrado diretamente pela Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI), conforme Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 100, de 29 de janeiro de 2021 (IFSULDEMINAS, 2021), com base nas legislações vigentes.

O CEP/IFSULDEMINAS tem por finalidade fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos realizadas por servidores e estudantes do IFSULDEMINAS, bem como as realizadas por pesquisadores de outras instituições, com base na legislação vigente, constituída nos termos da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), de 12 de dezembro de 2012 (MS, 2012), e normatizada pela Norma Operacional (NO) n.º 001, de 30 de setembro de 2013 (MS, 2013), e alterações quando houver.

11.9.2 Comissão de ética no uso de animais

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) do IFSULDEMINAS é uma instância independente e de múnus público, colegiado e interdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, vinculada à Reitoria e constituída nos termos da Lei nº 11.794, de 09 de outubro de 2008 (BRASIL, 2008) e Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 58, de 29 de agosto de 2019 (IFSULDEMINAS, 2019).

Tem por finalidade analisar e qualificar, do ponto de vista ético, as atividades que envolvem o uso de animais no IFSULDEMINAS no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, ou seja, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais deverão ser submetidas à CEUA/IFSULDEMINAS e aprovadas por essa antes seu início.

É de total responsabilidade do docente/pesquisador responsável pelo protocolo a submissão em tempo hábil para apreciação da CEUA/IFSULDEMINAS.

11.10 Atividades de extensão e pesquisa

A administração central do IFSULDEMINAS, por meio das Pró-reitoras de Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, assim como os Departamentos Acadêmicos sediados no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, deverão incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão, de modo que a formação seja potencializada e com isso as competências dos estudantes sejam enriquecidas, ampliando também os saberes e competências docentes.

Para tanto, os estudantes serão estimulados a participar e organizar congressos, seminários, fóruns ou outros eventos em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Convém ressaltar a necessidade de que os programas de monitoria das disciplinas de formação específica, assim como, os projetos de extensão sejam ampliados, pois desempenham importante papel nas atividades de inserção dos educandos nas atividades pertinentes ao curso.

11.10.1 Práticas de extensão

A extensão deve ser considerada um princípio pedagógico do curso LECCA, privilegiando programas e projetos concebidos de maneira participativa e dialogada com as temáticas relacionadas à extensão rural, à Educação do Campo e a projetos de desenvolvimento comunitário, produtivo, social, cultural ou ambiental.

Para viabilizar e fortalecer a extensão, o Colegiado do Curso envidará esforços para aprovação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, que tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo.

A pesquisa e a extensão sendo processos interativos e confluentes deverão estimular formas e mecanismos que assegurem ao docente pesquisador ou extensionista, carga horária, infraestrutura para execução dos programas ou projetos, especialmente, aqueles que oportunizem ao estudante bolsas de formação.

No curso LECCA, extensão e pesquisa são inerentes ao processo da Alternância, pois esta possibilita, de forma contínua e interativa, a relação do estudante com a sua comunidade e esta relação é articulada e integrada no currículo escolar. Ou seja, a ESP complementa a SE e esta complementação ocorre com atividades que equivalem à extensão e pesquisa, quais sejam, a aplicação de aprendizados teóricos e práticos, a realização de atividades de observação, experimentação, pesquisa, intervenção na comunidade, participação em eventos e organizações sociais, entre outros.

11.10.1.1 Curricularização da extensão

A curricularização da extensão no curso LECCA objetiva oferecer aos estudantes a oportunidade de vivenciar práticas educativas compartilhadas com a comunidade local e regional. Está de acordo com a Resolução CNE/CP nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a extensão na Educação Superior (MEC, 2018), assim como

com a ação 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e com as Diretrizes para a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 7/2018 (MEC, 2018), as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do curso de LECCA, ao propor a curricularização da extensão, optaram para o aproveitamento das atividades da ESP como uma estratégia de interação e confluência desta atividade pedagógica com o conjunto das disciplinas específicas, de acordo com os Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as atividades de extensão no IFSULDEMINAS - Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 92, de 18 de dezembro de 2019 (IFSULDEMINAS, 2019),

As Práticas de Extensão são atividades pedagógicas obrigatórias. A estratégia de avaliação se dará mediante a apresentação, pelos estudantes, de Relatórios de Vivências e Aprendizados das Práticas de Extensão. O relatório poderá conter a descrição e análise de uma vivência social, cultural, ambiental, produtiva, de pesquisa, intervenção na comunidade, experimentação, dia de campo, curso ministrado, palestra realizada, um projeto desenvolvido, entre outras atividades realizadas, respeitando a carga horária estabelecida na matriz curricular.

No mínimo, deverão ser realizados quatro relatórios ao longo do curso totalizando 320 horas. A entrega desses relatórios deverá ocorrer na 3ª, 6ª, 9ª e 12ª SEs, culminando com a matrícula na disciplina de Práticas de Extensão.

11.10.2 Práticas de Pesquisa

O Colegiado de Curso, contextualizado com as necessidades regional e nacional, poderá propor linhas de pesquisas na área das Ciências Agrárias, especialmente Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Experiências de Agroecologia, de Produção e Certificação Orgânica; Diversidade Cultural no Campo; Organizações Sociais do Campo no Brasil e em Minas Gerais; Povos do Campo; Questões Agrárias; Reforma Agrária; Políticas Públicas para o Campo; Juventude Rural e Sucessão em Minas Gerais; Questões de Gênero no Campo; Relações Étnico-Raciais; A vida e a convivência como Semiárido em Minas Gerais; Conservação ambiental, com ênfase em solo e água; Clima; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Territorial; Sustentabilidade; Segurança e Soberania Alimentar

e Nutricional; Economia Popular Solidária; Movimentos Sociais; A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; A Extensão Rural no Ensino das Ciências Agrárias, entre outras.

12 EMENTÁRIO

1º ANO 1ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Plano de Pesquisa I
Carga horária entre SE/ESP: 10/2 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Agricultura familiar, territorialidade camponesa e sustentabilidade no campo. Descrição e análise da história de si, da família e da agricultura familiar regional; contexto da família; tipos de agricultura familiar na comunidade: subsistência, em consolidação, consolidada; identidade dos jovens estudantes, dos agricultores com a terra, com a agricultura familiar; manifestações culturais típicas; saberes e sabedorias populares; questões de gênero, participação das mulheres nas decisões sobre a produção, da gestão econômica; questões étnico-raciais na comunidade.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo . Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
NOSELLA, P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
Referencial complementar
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo . In: SANTO, C.A. dos. (org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, INCRA/MDA, 2008, p.67-86.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R.G. Movimento dos CEFFAs no Mundo . Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância . OLIVEIRA, E. G. de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.

SILVA, L. H. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Introdução às Ciências Agrárias

Carga horária entre SE/ESP: 8/0 – 8 aulas

Carga horária total: 6h40min

Ementa

Apresentação da disciplina, seus objetivos e o programa geral. Perfil profissional. Informação profissional (áreas de atuação e desempenho profissional, as exigências de formação e de conduta, perspectivas). A profissão do Licenciado em Ciências Agrárias: atribuições, regulamentações, inserção social, Mercado de trabalho, ética profissional. Agricultura, desenvolvimento e meio ambiente. Noções sobre a evolução recente e a realidade atual da agricultura e da zootecnia brasileira e Mineira. Histórico da ciência agrária. Estrutura do Curso (currículo, linhas curriculares e a metodologia de funcionamento por alternâncias, as atividades na Sessão Escola e Atividades na Estadia Socioprofissional).

Referencial básico

EMBRAPA. **Visão 2014-2034:** o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira. Brasília: EMBRAPA, 2014. 194 p. 1 exemplar

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. 191 p. (Coleção Educação Popular; 2).

WHITE, R. E. **Princípios e práticas da ciência do solo:** o solo como um recurso natural. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.

Referencial complementar

ARAÚJO, P. F. C. **Desenvolvimento da agricultura.** São Paulo: Pioneira, 1975.

BATALHA, M. O. **Recursos humanos e agronegócio:** a evolução do perfil profissional. Jaboticabal: Novos Talentos, 2005.

MATIELO, J. B. **Cultura de café no Brasil:** manual de recomendações. Varginha: Fundação Procafé, 2010.

REICHARDT, K. **A água em sistemas agrícolas.** São Paulo: Manole, 1990.

ROSA, A. V.; FURLAN, S. A.; SCARLATO, F. C. (coord.). **Agricultura e meio ambiente.** 7. ed. São Paulo: Atual, 1998. 95 p. (Meio ambiente). ISBN 978-85-357-0686-4 (broch.).

Disciplina: Pedagogia da Alternância I

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa
Discussão sobre a Pedagogia da Alternância como prática formativa e movimento educativo. Origens, organização, sujeitos, internacionalização, princípios e pilares.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo . Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
Referencial complementar
ARAÚJO, S. R. M. de. Estudos sobre os CEFFAs no Brasil: estado da arte e perspectivas contemporâneas Rev. FAEEBA, Salvador, v. 30, n. 61, p. 193-218, jan./mar. 2021.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R. G. Movimento dos CEFFAs no Mundo . Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância . OLIVEIRA, E. G. de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.
NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Leitura e Produção de Textos I
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Revisão gramatical: concordância verbal, concordância nominal, ortografia. Verbo: tempos e modos. Vozes verbais. Leitura e interpretação de textos. Produção de texto.
Referencial básico
BORDENAVE, J. E. D. O que é comunicação . São Paulo: Nova Cultura Brasileira, 1988.
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo . 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4) (disponível na internet)

Referencial complementar
BLISTEIN, I. Técnicas de Comunicação Escrita . São Paulo: Ática, 1993.
FÁVERO, L. L. Coesão e coerência textuais . São Paulo: Ática, 1991.
FREIRE, P. Pedagogia da Indignação . São Paulo: Editora UNESP, 2000. (disponível na internet).
GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
MARTINS, D. S.; ZILBERNOP, N. S. Português Instrumental . Porto Alegre: Sagra, 1994.

Disciplina: Tópicos de Biologia I
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Origem da vida. Primeiras formas de vida. A célula como unidade fundamental da vida. Características fundamentais da célula, biomoléculas, biomembranas, organelas e metabolismo celular. Tipos celulares. Processos biológicos celulares que estão presentes no cotidiano camponês.
Referencial básico
JUNQUEIRA, L. C. V.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
RAVEN, P. et al. Biologia Vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
ROBERTIS, E. M. de. Biologia celular e molecular . 16. ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2014.
Referencial complementar
ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular . Porto Alegre: Artmed, 1999.
ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
CUTTER, E. G. Anatomia vegetal: Parte I. - Células e Tecidos . 2. ed. São Paulo: Livraria Roca, 2010.
ROBERTIS, Eduardo D. P; HIB, José; PONZIO, Roberto. Biologia celular e molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003
KIERSZENBAUM, Abraham L; TRES, Laura L. Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Disciplina: Física Aplicada
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Cinemática. Dinâmica. Conservação da energia. Sistemas de partículas. Rotação e rolamento. Temperatura. Calor. Leis da termodinâmica. Teoria Cinética dos gases. Eletrostática. Corrente elétrica. Circuitos de correntes contínuas. Magnetismo. Circuitos de corrente alternada.
Referencial básico
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: mecânica. Volume 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
HEWITT, P.G. Fundamentos de física conceitual. Porto Alegre: Bookman, 2009.
NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica 1: mecânica. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2013.
Referencial complementar
ALAOR, C. Física Básica: mecânica. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
CAMPUS, A.A.G. Física Experimental Básica na Universidade. 2 Belo Horizonte: UFMG, 2008.
HALLIDAY, D. Fundamentos de Física: mecânica. volume 1. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
TIPLER, P.A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas termodinâmicas. volume 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
TOLEDO, R.N. Os Fundamentos da Física 1: parte I, II e III. 10. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

Disciplina: Química Geral Inorgânica
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Introdução ao estudo da química, Substância químicas, Introdução ao conceito de reação química, átomos e moléculas, Introdução à estrutura atômica, A tabela periódica dos elementos, Ligações químicas, Geometria molecular, Condutividade elétrica de soluções aquosas, Princípios da química inorgânica, Reações inorgânicas, Mol, Comportamento físico dos gases.
Referencial básico
PERUZZO, F.M; CANTO, E.L. Química na abordagem do cotidiano. volume 1, 2 e 3: química geral e inorgânica. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

<p>PETER, A.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>ROZENBERG, I.M. Química geral. São Paulo: Blucher, 2002.</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>AICHINGER, E.C. Química Básica 1. São Paulo: EPU, 1980.</p> <p>MORTIMER, E.F. Química. Volume Único: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2005.</p> <p>PERUZZO, F.M. CANTO, E.L. Química: na abordagem do cotidiano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>PERUZZO, T.M. Coleção base: química. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>SARDELLA, A; MATEUS, E. Dicionário de química escolar. São Paulo: Ática, 1981.</p>

<p>Disciplina: Informática Aplicada I</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>Introdução à informática. Uso e configuração de sistemas operacionais. Suíte de aplicativos BrOffice. Editores de texto, planilhas eletrônicas e ferramentas de apresentação. Trabalho colaborativo e compartilhamento de arquivos. Armazenamento em nuvem.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>BORGES, K. N. R. LibreOffice para leigos: facilitando a vida no escritório. Disponível online: https://wiki.documentfoundation.org/images/2/2a/LibreOffice_Para_Leigos.pdf</p> <p>CORNACCHIONE JUNIOR, E. B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. São Paulo: Atlas, 2012</p> <p>LAMAS, M. OpenOffice.org ao seu alcance. São Paulo: Letras & Letras, 2004.</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>FERREIRA, M. C. Informática aplicada. 2. São Paulo Erica 2014</p> <p>MARÇULA, M. Informática conceitos e aplicações. 4. São Paulo Erica 2014.</p> <p>PHOTOSHOP 5.0: guia autorizado Adobe. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 426 p.</p> <p>SANTOS, A. de A. Informática na empresa. São Paulo: Atlas, 2015</p> <p>SILVA, M. G. da. Informática: Microsoft Windows 8, Internet, segurança, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Microsoft Access 2013. São Paulo: Erica, 2013.</p>

1º ANO
2ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Plano de Pesquisa II
Carga horária entre SE/ESP: 10/2 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Produção sustentável da vida no Campo. Inventário das práticas produtivas na comunidade e no município. Práticas de uso do solo, da água e dos demais bens da natureza. Modelos de produção da Agricultura familiar e do agronegócio.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFES. 2013.
Referencial complementar
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTO, C.A. dos. (org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, INCRA/MDA, 2008, p.67-86.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R.G. Movimento dos CEFFAs no Mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância. OLIVEIRA, E. G. de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.
SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Pedagogia da Alternância II
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Discussão sobre a Pedagogia da Alternância como ciência. Conceitos, tipologias, princípios. A formação por alternância em contextos da educação do campo. A Alternância na Pesquisa e na Legislação.

Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo . Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
HAJE, S. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; MICHELOTTI, F. Formação em Alternância . In: DIAS, A. P. et al. Dicionário da Agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 429-437.
Referencial complementar
ARAÚJO, S. R. M. de. Estudos sobre os CEFFAs no Brasil: estado da arte e perspectivas contemporâneas Rev. FAEEBA, Salvador, v. 30, n. 61, p. 193-218, jan./mar. 2021.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R.G. Movimento dos CEFFAs no Mundo . Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância . OLIVEIRA, E. G. de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.
NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Microbiologia Geral
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Conceito de microbiologia. Histórico da microbiologia. Características gerais dos principais grupos de microrganismos e aplicações. Modo de reprodução dos microrganismos. Nutrição e cultivo de microrganismos. Fatores que afetam o crescimento de microrganismos. Métodos de esterilização. Microscopia básica. Materiais e equipamentos utilizados em laboratório de microbiologia.
Referencial básico
PELCZAR Jr., M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: Conceitos e aplicações . São Paulo. Pearson Makron Books. 2 ed. vol. 1, 1997.
TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R; CASE, C. L. Microbiologia . São Paulo. Artmed. 10 ed. 2012. 962p.
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia . São Paulo, Atheneu. 5 ed. 2008.

Referencial complementar
AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Processos biológicos no sistema solo-planta . Brasília. Embrapa. 2005.
MELO, I. S.; AZEVEDO, J. L. Ecologia microbiana . Jaguariúna, Embrapa (CNPMA). 1998. 488p.
MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. Microbiologia e bioquímica do solo . Lavras. UFLA. 2 Ed. 2006.
PELCZAR Jr., M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: Conceitos e aplicações . São Paulo. Pearson Makron Books. 2 ed. vol. 2, 2011.
VERMELHO, A. L.; PEREIRA, A. F.; COELHO, R. R. R; PADRÓN, T. S. Práticas de microbiologia . Rio de Janeiro, Guanabara. 2011. 239p.

Disciplina: Tópicos de Biologia II
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Organografia vegetal – morfologia externa e interna da raiz, caule, folha, flor, fruto e semente. Reprodução das plantas. Sistemática e taxonomia vegetal. Princípios da classificação de plantas. Estudo e classificação das angiospermas através das famílias de importância agrônômica.
Referencial básico
APPEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. Anatomia vegetal . Editora UFV, Viçosa, 2003.
GONÇALVES, E. G.; LORENZI, H.. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares . 2. ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011.
JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F.; DONOGHUE, M. J. Sistemática vegetal: uma abordagem filogenética . 3a. ed. Porto Alegre, Artmed. 2002.
Referencial complementar
FERRI, M. G. Botânica – morfologia externa das plantas . 15ed., São Paulo, 1983.
FERRI, M. G. Botânica – morfologia interna das plantas . 9ed., São Paulo, 1999.
JOLY, A. B. Introdução a taxonomia vegetal . 13ed., São Paulo: Nacional, 2005.
NULTSCH, W. Botânica geral . Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática**: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG IV. 3. ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2019.

Disciplina: Educação Ambiental

Carga horária entre SE/ESP: 12/18 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Histórico da Educação Ambiental. Concepções de Educação Ambiental e tendências atuais. Educação Ambiental formal e não-formal. Formulação de projetos em Educação Ambiental. Educação Ambiental ao ar livre: sensibilização, percepção e interpretação ambiental. Relações socioculturais e Educação Ambiental. Ética Ambiental. Desenvolvimento Sustentável, Sociedade Sustentável. Pesquisas em Educação Ambiental no contexto escolar.

Referencial básico

AGENDA 21 Brasileira: Bases para a discussão. Washington Novaes (coord.), Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD. 2000 196 pag.

CARVALHO, I. C. M. A. **Formação do Sujeito Ecológico**. São Paulo: Cortez. 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia. 9 ed. 2004.

Referencial complementar

CASCINO, F. **Educação Ambiental**: Princípio, História, Formação de Professores. São Paulo: Senac. 3 ed. 2004.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental**: No consenso um embate? Campinas, SP: Papyrus, 2000.

LANFREDI, G. F. **Política ambiental**: busca de efetividade de seus instrumentos – 2 ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PAUL E. L. **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. Brasília, DF: IIEB, 2003.

TORRES, H.; COSTA, H. (Org). **População e Meio Ambiente**: debates e desafios. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.

Disciplina: Química Orgânica

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução à Química Orgânica. Nomenclatura e propriedades físicas das principais funções orgânicas. Estereoquímica. Intermediários em Química Orgânica. Efeitos Eletrônicos. Propriedades Químicas: Acidez e basicidade de funções orgânicas. Mecanismos dos diferentes tipos de reações orgânicas. Interações de produtos químicos no ambiente.

Referencial básico

MCMURRY, J.; COMBO. **Química orgânica**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PERUZZO, F. M; CANTO, E. L. **Química na abordagem do cotidiano: química orgânica**. volume 3: 4. ed. São Paulo: MODERNA, 2006.

SOLOMONS, T. W. G. **Química orgânica**. volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Referencial complementar

CAREY, F. A. **Química orgânica**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. XVII, 728-1228 p. (2). ISBN 978-85-63308-89-4 (enc.).

CARVALHO, G. C. **Iniciação à Química orgânica moderna**. São Paulo: Nobel, 1977.

NEHMI, V. A. **Química: química orgânica**. São Paulo: Ática, 1993.

SARDELLA, A.; MATEUS, E. **Curso de química: química orgânica**. volume 3. 8. ed. São Paulo: Ática, 1991.

YOSHINAGA, S.; FELTRE, R. **Química orgânica**. São Paulo: LTDA, 1973.

Disciplina: Planejamento e Projetos I

Carga horária entre SE/ESP: 18/6 – 24 aulas

Carga horária total: 20h00min

Ementa

Conceitos e tipos de projetos. Diagnósticos Participativos.

Referencial básico

DUARTE, L. P. et al. **Elaboração Participativa de Projetos: a comunidade com autonomia para decidir seus rumos**. Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo – DRP**. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.

Referencial complementar

BROSE, M. **Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.

DEMO, P. **Planejamento Participativo: Visão e Revisão**. Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr./jun, 1985.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SALAS, M.; TILMANN, T. **Nosso Congresso**. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.

SOUZA, A.; VANINI, A. et al. **Diagnóstico e Planejamento participativo: a construção de planos, programas, projetos e seus indicadores de acompanhamento**. Terra Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento. Lavras/MG, 1998.

Disciplina: Leitura e Produção de Textos II

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00 min

Ementa

Revisão gramatical: regência verbal, regência nominal e crase. Estrutura do parágrafo dissertativo. Estrutura do texto dissertativo. Leitura e interpretação de textos. Produção de texto.

Referencial básico

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Nova Cultura Brasiliense, 1988.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Referencial complementar

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (disponível na internet)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (disponível na internet)

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996. (disponível na internet)

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. (disponível na internet).**

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

Disciplina: Informática Aplicada II
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Introdução à programação. Conceitos básicos sobre robótica e prototipação. Uso de simuladores. Introdução à robótica. Aplicações de robótica no campo educacional e no campo. Criação de projetos utilizando robótica.
Referencial básico
EVANS, M. M.; NOBLE, J.; HOCHENBAUM, J. Arduino em ação . São Paulo: Novatec, 2013. 422 p. ISBN 9788575223734.
MCROBERTS, M. Arduino básico . Novatec Editora, 2018.
OLIVEIRA, C. A. D. de; ZANETTI, H. A. P. Arduino descomplicado : como elaborar projetos de eletrônica. 1. ed. São Paulo: Érica, Saraiva, 2015. 288 p. ISBN 9788536512280 (broch.).
Referencial complementar
AGUIRRE, L. A. Enciclopédia de automática : controle e automação. São Paulo: Blucher, 2007.
CETINKUNT, S. Mecatrônica . Rio de Janeiro: LTC, 2008.
GEDDES, M.; ADAS, C. J. Manual de projetos do arduino : 25 projetos práticos para começar. São Paulo: Novatec, 2018. 287 p. ISBN 9788575225523 (broch.).
MONK, S. Projetos com Arduino e Android : use seu smartphone ou tablet para controlar o arduino. Porto Alegre: Bookman, 2014. x, 202p. (Tekne). ISBN 978-85-8260-121-1 (broch.).
WARREN, J.; ADAMS, J.; MOLLE, H. Arduino para robótica . São Paulo: Blucher, 2019. 578 p. ISBN 978-85-212-1152-5 (broch.).

1º ANO
3ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Plano de Pesquisa III
Carga horária entre SE/ESP: 10/2 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Escola de direito, Territorialidades educativas na Educação do Campo. Inventário das escolas do campo na comunidade e município. Acesso das populações do campo à escola como direito. Outras territorialidades educativas além da escola na região.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo . Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
NOSELLA, P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
Referencial complementar
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo . In: SANTO, C.A. dos. (org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, INCRA/MDA, 2008, p.67-86.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R. G. Movimento dos CEFFAs no Mundo . Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância . OLIVEIRA, E. G de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.
SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Análise da prática pedagógica I
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas
Carga horária total: 50h00min
Ementa
Elaboração individual socialização de memorial - história de vida, como prática docente e mediação de formação.

<p>Referencial básico</p> <p>ARAÚJO, A. D. G.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, A. V. Histórias de Vida e Trabalho Cultural: A construção do sujeito e a pertinência da memória. Cadernos CERU, série 2, v. 21, nº 2, 2010.</p> <p>SOARES, M. Metamemória-memórias: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>SOARES, F. V. Subjetividade, história de vida e formação docente: sentidos do ser professor. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2010.</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.</p> <p>SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.</p> <p>NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFES. 2013.</p>

<p>Disciplina: Zoologia Geral</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas</p>
<p>Carga horária total: 20h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>Caracteres gerais, morfologia e sistemática de: protozoários, poríferos, celenterados; platelmintos e nematelmintos com ênfase a verminoses; moluscos, anelídeos, artrópodes, com ênfase nos agentes polinizadores, do controle biológico e bioindicadores; equinodermos, vertebrados, com ênfase aos animais peçonhentos, dispersores de sementes de interesse econômico.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>BRUSCA, Richard C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 968 p. ISBN 978-85- 2771-258-3 (broch.).</p> <p>RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p. ISBN 9788586699504.</p> <p>RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. XXI, 1145 p. ISBN 978-85-7241-571-2 (enc.).</p>

Referencial complementar
BUZZI, Z. J. Entomologia didática . 6. ed. Curitiba: UFPR, 2013. 579 p. ISBN 978-85-7335-298-6 (broch.).
GALLO, D. et al. Entomologia agrícola . Piracicaba: FEALQ, 2002. XVI, 920 p. (Biblioteca de Ciências Agrárias Luiz de Queiroz; 10). ISBN 85-7133-011-5 (broch.).
HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados . 2 São Paulo: Atheneu Editora, 2006.
SANTOS, E. Anfíbios e répteis do Brasil: vida e costumes . 4. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1994. 263 p. (Zoologia Brasília v. 3).
SOUZA, M. M.; ZANUNCIO, J. C. Marimbondos . Editora UFV, 2012.

Disciplina: Fisiologia Vegetal
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Introdução à fisiologia vegetal. Relações hídricas: potencial hídrico na célula, condução e transpiração. Nutrição Mineral. Fotossíntese. Translocação no floema. Crescimento e desenvolvimento. Fitormônios.
Referencial básico
KERBAUY, G. Fisiologia Vegetal . 2 ed. Rio de Janeiro: Editora: GUANABARA KOOGAN. 2008.
RAVEN, P. et al. Biologia Vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
TAIZ, L.; ZEIGER, E.. Fisiologia Vegetal . 4 ed. São Paulo: Editora: ARTMED. 2009.
Referencial complementar
EPSTEIN, E.; BLOON, A. J. Nutrição mineral de plantas . Londrina: Planta, 2004.
MALAVOLTA, E. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações . 2ed., Piracicaba: Potavos, 1997.
MARENCO, R. A. Fisiologia Vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral . 2o ed. Viçosa: UFV, 2007.
PAIVA, R.; OLIVEIRA, L. M. Fisiologia e Produção vegetal . 4ed., Lavras: UFLA, 2006. Guanabara Koogan, 2005.
PAUL, W.E. Fundamentos de imunologia . 4 ed. Raven Press, 1999.

Disciplina: Bioquímica
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Estudo das estruturas, propriedades e funções dos principais constituintes químicos dos seres vivos envolvendo as variáveis energéticas dos processos de síntese, degradação, organização e interação destas substâncias.
Referencial básico
CAMPBELL, M. K. Bioquímica . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. Bioquímica ilustrada . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. Bioquímica básica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
Referencial complementar
BERG, J. M.; STRYER, L. Bioquímica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.
CONN, E. E.; STUMPF, P. K. Introdução à Bioquímica . 4 São Paulo: Edgard Blucher, 1980.
KOOLMAN, J.; RÖHM, K. Bioquímica: texto e atlas . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
VOET, D.; VOET, J. G.; PRATT, C. W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Disciplina: Matemática Aplicada
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Proporção e aplicações. Expressões algébricas. Potências e Radicais. Funções de 1° e 2° Graus. Função Exponencial. Logaritmo. Trigonometria. Geometria espacial. Medida de área e volume.
Referencial básico
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar . v. 1. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar . v. 2. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar . v. 3. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.
Referencial complementar
CARVALHO, P. C. P. WAGNER, E.; MORGADO, A. A Matemática do Ensino Médio . v. 1. Rio de Janeiro: SBM, 1996. Coleção Professor de Matemática.
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar 9: geometria plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 456 p.
HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar 5: combinatória e probabilidade . 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. 184 p
IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar 6: complexos polinômios, equações . 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 250 p.
IEZZI, G; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D.M. Fundamentos de Matemática Elementar- volume 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva . São Paulo: Atual, 2004. 232 p.

Disciplina: Planejamento e Projetos II
Carga horária entre SE/ESP: 18/6 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Revisão de conceitos e tipos de projetos e do diagnóstico participativo. Planejamento e Introdução à Elaboração Participativa de Projeto. Elaboração inicial do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica.
Referencial básico
BROSE, M. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos . Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.
DUARTE, L. P. et al. Elaboração Participativa de Projetos; a comunidade com autonomia para decidir seus rumos . Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.
VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo – DRP . Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.
Referencial complementar
DEMO, P. Planejamento Participativo: Visão e Revisão . Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr./jun, 1985.
GELPHUS, F. 80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación . San Salvador: IICA/HOLANDA, 1997. 208 p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SALAS, M.; TILMANN, T. **Nosso Congresso. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa**. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.

Disciplina: Direito Agrário

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

As construções históricas e ideológicas do Direito Agrário no Brasil e no mundo. A questão agrária no Brasil e sua regulamentação jurídica. Lei de Terras e Estatuto da Terra. Movimentos sociais do campo e atuação agrária no Brasil. Questões agrárias.

Referencial básico

MARQUES, B. F.; MARQUES, C. R. S.. **Direito agrário brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

STÉDILE, J. P.; LOCONTE, W. (coord.). **Questão agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.2.

Referencial complementar

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. **Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores: controle da poluição, proteção do meio ambiente, da vida e da saúde dos trabalhadores no Direito Internacional, na União Europeia e no Mercosul**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2007. 254 p.

IGLECIAS, P.; ARAUJO JUNIOR, M. A.; BARROSO, D. (Coord.). **Direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MEDAUAR, O. **Direito administrativo moderno**. 18.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 491 p.

MINC, C. **A reconquista da terra: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agraria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Disciplina: Prática de Extensão I
Carga horária entre SE/ESP: 5/91 – 96 aulas
Carga horária total: 80h00min
Ementa
Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão.
Referencial básico
IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Resolução do Conselho Superior nº 92, de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS.
MEC - Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.0005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf . Acesso em: 07 mai. 2023.
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
Referencial complementar
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 07 mai. 2023.
CONTADOR, C. R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.
Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão e Flexibilização Curricular. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).
NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.
SOUZA, A. L. L. A história da Extensão Universitária. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

2º ANO
4ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Plano de Pesquisa IV
Carga horária entre SE/ESP: 10/2 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Territorialidades educativas e o educador do campo. Identificação dos educadores e educadoras do campo, na escola e forma dela. Perfis e condições de trabalho dos educadores do campo. Discussão sobre os potenciais das organizações comunitárias, movimentos sociais e sindicais, culturais, ecológicos, religiosos como sujeitos educativos nos territórios camponeses.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo . Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.
NOSELLA, P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória – ES: EDUFES. 2013.
Referencial complementar
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo . In: SANTO, C.A. dos. (org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, INCRA/MDA, 2008, p.67-86.
CALVÓ, P. P. MARIRRODRIGA, R. G. Movimento dos CEFFAs no Mundo . Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
GRANEREAU, A. O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância . OLIVEIRA, E. G. de.; ARRAIS NETO, E. de A. (Orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2020.
SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.

Disciplina: Análise da prática pedagógica II
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas
Carga horária total: 50h00min
Ementa

Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: metodologia de ensino de Zoologia Geral e Fisiologia Vegetal; Bioquímica e Matemática aplicada.

Referencial básico

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.

Referencial complementar

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Ed. da UFV, 2005.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

ROS, C. A. das **A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ**. Rev. Ciênc. Ext., v.8, n.1, p.107-122, 2012.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Organismos do solo úteis a agricultura

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Principais grupos de organismos da fauna do solo e suas funções nos ecossistemas. O solo como ambiente para os microrganismos. A importância da rizosfera. Transformações do C e N no solo. Interações entre microrganismos e plantas: fixação simbiótica do N₂ gasoso; associações micorrízicas; líquens. Rizobactérias promotoras de crescimento de plantas. Biorremediação. Biofertilizante. Microrganismos no controle de pragas e doenças. Qualidade do solo. Indicadores de qualidade do solo.

Referencial básico

MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. **Microbiologia e bioquímica do solo**. Lavras. UFLA. 2 Ed. 2006.

PELCZAR Jr., M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. **Microbiologia: Conceitos e aplicações**. São Paulo. Pearson Makron Books. 2 ed. vol. 2, 2011.

SIQUEIRA, J. O.; SOUZA, F. A.; CARDOSO, E. J. B. N.; TSAI, S. M. Micorrizas: 30 anos de pesquisas no Brasil. Lavras, UFLA, 2010, 716p.
Referencial complementar
AQUINO, A.M.; ASSIS, R.I. Processos biológicos no sistema solo-planta: ferramentas para uma agricultura sustentável. Brasília, Embrapa, 2005, 368p.
PELCZAR Jr., M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: Conceitos e aplicações. São Paulo. Pearson Makron Books. 2 ed. vol. 2, 2011. 424p.
TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R; CASE, C. L. Microbiologia. São Paulo. Artmed. 10 ed. 2012. 962p.
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. São Paulo, Atheneu. 5 ed. 2005. 278p.
VERMELHO, A. L.; PEREIRA, A. F.; COELHO, R. R. R; PADRÓN, T. S. Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro, Guanabara. 2011. 239p.

Disciplina: Fundamentos de entomologia e manejo integrado de pragas
Carga horária entre SE/ESP: 30/6 – 36 aulas
Carga horária total: 30h00min
Ementa
Importância do Filo Arthropoda: classe Insecta. Estudos da Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos insetos. Reprodução, relação ecológica dos insetos com o meio-ambiente. Introdução a Entomologia Agrícola, conceito de pragas, métodos de controle de pragas, manejo integrado de pragas e seus impactos ambientais, montagem de coleções entomológicas.
Referencial básico
BUZZI, Z. J. Entomologia didática. 6. ed. Curitiba: UFPR, 2013. 579 p. ISBN 978-85-7335-298-6 (broch.).
GALLO, D.; et. al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.
SILVEIRA NETO, S. Manual de ecologia dos insetos. São Paulo: Ceres, 1976.
Referencial complementar
GALLO, D.; et. al. Manual de entomologia agrícola. São Paulo: Ceres, 1988.
LIMA, A. C. Insetos do Brasil: coleópteros. São Paulo: Escola Nacional de Agronomia, 1955.
MARANHÃO, Z. C. Entomologia geral. 2 São Paulo: Nobel, 1977.
ZAMBOLIM, L. Manejo Integrado; Produção Integrada; Fruteiras Tropicais; Doenças e Pragas. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003.

ZAMBOLIM, L. et al. **Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças**. Viçosa: UFV, 2007.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção vegetal I

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Olericultura: contexto dentro da Fitotecnia; características e tipos de exploração de hortaliças. Classificação das hortaliças: pelas partes comestíveis, pelas famílias botânicas, outros critérios (popular e climático). Conceitos de variedade botânica, cultivar, clone e híbrido. Hortaliças e interações com ambiente: temperatura, termoperiodicidade, luz (intensidade e fotoperíodo) e água. Preparo do solo; tratos culturais gerais; compostagem de resíduos agrícolas; adubação verde; plantio direto. Propagação de hortaliças: semeadura direta; métodos de produção de mudas; produção de sementes de hortaliças; hortaliças de propagação vegetativa. Cultivo protegido de hortaliças: Tipos de estruturas de proteção. Escolha do local. Implantação de espécies de hortaliças. Tratos culturais aplicados à olericultura. Colheita e comercialização de hortaliças. Principais hortaliças cultivadas no Brasil e suas características.

Referencial básico

FIGUEIRA, F. A. R. **ABC da olericultura: guia da pequena horta**. São Paulo: Ceres, 1987.

LIZ, R. S.; CARRIJO, O. A. **Substratos para a produção de mudas e cultivo de hortaliças**. Brasília: Embrapa, 2008.

PENTEADO, S. R. **Cultivo Ecológico de hortaliças: como cultivar hortaliças sem veneno**. Campinas: Silvio Roberto Penteado, 2007.

Referencial complementar

FILGUEIRA, F. A. R. **Manual de olericultura: cultura e comercialização de hortaliças**. São Paulo: Ceres, 1972.

PENTEADO, S. R. **Horta doméstica e comunitária sem veneno: cultivo ecológico em pequenos espaços**. 2. ed. Campinas: Silvio Roberto Penteado, 2007.

PIMENTEL, Á. A. M. P. **Olericultura no trópico úmido: hortaliças na Amazônia**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.

ZAMBOLIM, L.; VALE, F. X. R.; COSTA, H. **Controle integrado das doenças hortaliças**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997.

ZAMBOLIM, L. et al. **Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças**. Viçosa: UFV, 2007.

Disciplina: Gênese, Morfologia e Classificação do Solo
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Pequeno histórico da pedologia no Brasil. Fatores e processos de formação de solo. Descrição morfológica de perfis de solos. Características morfológicas. Critérios para distinção de classes de solos. Horizontes diagnósticos superficiais. Horizontes diagnósticos subsuperficiais. Levantamentos de solos.
Referencial básico
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia: fundamentos. Viçosa: SBCS, 2012.
LEPSCH, I. F. 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
OLIVEIRA, J. B. Pedologia aplicada. 4. ed. Piracicaba: FEALQ, 2005.
Referencial complementar
EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro: EMBRAPA Produção de Informação, 2006.
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Texto, 2002.
RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B. Pedologia: base para distinção de ambientes. 5. ed. Lavras, UFLA, 2007.
VIEIRA, L. S. Amazônia: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987.
VIEIRA, L. S. Manual de morfologia e classificação de solos. 2. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983.

Disciplina: Tópicos em Educação do Campo
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Educação do Campo: histórico, princípios, conceitos e práticas. Educação do Campo como movimento de luta, como política pública e como prática pedagógica. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: possibilidades e limites do diálogo.
Referencial básico
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
CALDART, R. S. <i>et al.</i> Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C.; ANTUES-ROCHA, M. I. EDUCAÇÃO DO CAMPO: História, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA E O PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014 <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

Referencial complementar

ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Vozes Petrópolis, RJ 2004.

BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escola do campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por Uma Educação do Campo, 5).

KILLING, E. J. et al. (Orgs). **Educação do Campo – identidade e políticas públicas**. Brasília: Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4, 2002.

SANTOS, C. (Org) **Campo, políticas públicas e Educação**. Brasília: INCRA-MDA, Coleção Por uma Educação do Campo, n. 7, 2008.

Disciplina: Planejamento e Projetos III

Carga horária entre SE/ESP: 18/6 – 24 aulas

Carga horária total: 20h00min

Ementa

Revisão do Planejamento e Elaboração de Projeto; Captação de Recursos; Execução, monitoramento e avaliação de resultados. Planejamento e Introdução à Elaboração Participativa de Projeto.

Referencial básico

BROSE, M. **Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.

DUARTE, L. P. et al. **Elaboração Participativa de Projetos; a comunidade com autonomia para decidir seus rumos**. Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo – DRP**. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.

Referencial complementar

DEMO, P. **Planejamento Participativo: Visão e Revisão**. Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr./jun, 1985.

GELPHUS, F. **80 Hierramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador: IICA/HOLANDA, 1997. 208 p.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SALAS, M.; TILMANN, T. **Nosso Congresso. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa**. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.

SOUZA, A.; VANINI, A. et al. **Diagnóstico e Planejamento participativo: a construção de planos, programas, projetos e seus indicadores de acompanhamento**. Terra Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento. Lavras/MG, 1998.

2º ANO
5ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado I
Carga horária entre SE/ESP: 24/96 – 120 aulas
Carga horária total: 100h00min
Ementa
Educação do Campo e a Escola de direito - observação e inventário de uma escola do campo.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica III
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas

Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Organismos do solo úteis na agricultura, Fundamentos de entomologia e manejo integrado de pragas. Sistemas sustentáveis de produção vegetal I. Gênese, morfologia e classificação do solo.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico . Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos . Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ . Rev. Ciênc. Ext.v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Agroecologia I
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Agroecologia: Introdução e Conceitos. Histórico da Agroecologia e Agricultura Orgânica. O manejo ecológico do solo. Manejo de “pragas” e doenças. O fortalecimento das defesas naturais nos agroecossistemas. Manejo Ecológico de Pragas (técnica para controlar e repelir insetos). Controle Biológico de Pragas (métodos conservativos e inundativo). Compostagem: princípios, práticas e perspectivas em sistemas orgânicos de produção. Consorciação de cultivos e adubação verde.
Referencial básico
ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. – 110p.

EHLERS, E. **Agriculturas sustentáveis**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.

SOUZA, J. L. et al. **Curso de agricultura orgânica**. CREA-DF. BRASÍLIA/DF. 87 P. 2001.

Referencial complementar

ALTIERI, M. Agroecologia. **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p. il.

STEINER, R. **Fundamentos da agricultura biodinâmica**. São Paulo: Antroposófica, 2000.

WUTKE, E. B. et al. **Bancos comunitários de sementes de adubos verdes**. Informações Técnicas. MAPA. BRASÍLIA - DF. 52 P. 2007.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção vegetal II

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Análise de mercado, morfologia, fenologia, manejo nutricional, manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, manejo de plantas daninhas e colheita das principais culturas de ciclo anual como milho, cana-de-açúcar e sorgo.

Referencial básico

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. **Tecnologias de produção do milho**. Viçosa, MG: UFV, 2004.

PARANHOS, S. B. (Coord.). **Cana-de-Açúcar**: cultivo e utilização. Campinas: CARGILL, 1987.

VON PINHO, R. G.; VASCONCELOS, R. C. **Cultura do sorgo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

Referencial complementar

BOREM, A. (Ed.). **Melhoramento de espécies cultivadas**. 2. ed. Viçosa, MG: UFV, 2005.

EVANGELISTA, A. R.; LIMA, J. A. **Silagens**: do cultivo ao silo. 2. ed. Lavras: Editora UFLA, 2002.

FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. **Produção de milho**. 2. ed. Piracicaba: Os Autores, 2004.

RESENDE, M. et al. (Ed.). **A cultura do milho irrigado**. Brasília: Embrapa, 2003.

SANTOS, F. et al. (Ed.). **Cana-de-açúcar, bioenergia, açúcar e etanol: tecnologias e perspectivas**. 2. ed. revista e ampliada. Viçosa: Os Editores, 2010.

Disciplina: Mecanização I

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução ao estudo da mecanização agrícola. Tração animal. Tração motorizada. Princípios de funcionamento de motores de combustão interna, ciclo Otto, ciclo Diesel, motores de quatro e dois tempos. Manutenção. Princípios básicos para operação de tratores. Planejamento da mecanização para uma propriedade rural.

Referencial básico

BARGER, E. L.; et al. **Tratores e seus motores**. Rio de Janeiro: Blucher, 1966.

BERETTA, C. C. **Tração animal na agricultura**. São Paulo: Nobel, 1988.

BIANCHINI, A.; TEIXEIRA, M. M.; COLOGNESE, N. R. **Manutenção de tratores agrícolas** (por sistemas). 2. Ed. Brasília: LK, 2012. 152 p.

Referencial complementar

BALASTREIRE, L. A. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo: Manole, 1987.

COMETTI, N. N. **Mecanização agrícola**. Curitiba. Livro técnico, 2012. 160 p.

MIALHE, L. G. **Manual de mecanização agrícola**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1974.

SILVEIRA, M. **Os Cuidados com o Trator**. 2 ed Rio de Janeiro: Globo, 1987. 245 p.

SILVEIRA, G. M. **Máquinas para Plantio e Condução das Culturas**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334 p.

Disciplina: Fertilidade do Solo e Nutrição das Plantas

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Solos. Conceitos básicos. Acidez do solo e sua correção. Origem das cargas, CTC e bases do solo. Matéria orgânica do solo. Nitrogênio e Fósforo no solo. Micronutrientes no solo. Avaliação da fertilidade do solo. Absorção, transporte e função dos nutrientes minerais de planta. Avaliação do estado nutricional das plantas.

Referencial básico
ALVAREZ V. V. H.; ALVAREZ, G. A. M. Grandezas dimensões unidades (SI) e constantes: utilizados em química e fertilidade do solo. Viçosa: UFV, 2008.
LOPES, A. S. Solos sob cerrado: características, propriedades e manejo. 2. ed. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1984.
WHITE, R. E. Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.
Referencial complementar
MALAVOLTA, E. Desordens nutricionais no cerrado. Piracicaba: Cortesia, 1985.
RAIJ, B. V. et al. Análise Química para Avaliação de Fertilidade de Solos Tropicais. Campinas: Instituto Agrônômico, 2001.
RAIJ, B. V. Avaliação da Fertilidade do Solo. Piracicaba: Ave Maria, 1981.
RESENDE, M. Pedologia e fertilidade do solo: interações e aplicações. Lavras: ESAL, 1988.
TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.

Disciplina: Sistemas Agroflorestais
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Sistemas silviagrícola, silvipastoril e agrissilvipastoril. Método Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Cerca-viva, Quebra-vento, Banco de Proteína, Plantio em Linhas, Sistema Biodiverso e Multiestratificados. Planejamento, implantação e manejo de sistemas agroflorestais. Princípios de seleção de espécies para sistemas agroflorestais. Experimentação em sistemas agroflorestais. Aspectos sociais e difusão de tecnologia agroflorestal. Aspectos econômicos dos Sistemas Agroflorestais. Sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas. Sistemas agroflorestais para agricultura de baixo carbono. Manejo e Gestão de sistemas Agroflorestais.
Referencial básico
COELHO, G. C. Sistemas Agroflorestais. São Carlos: Rima Editora, 2012. 206p.
OLIVEIRA NETO, S. N.; VALE, A. B.; NACIF, A. P., VILAR, M. B., ASSIS, J. B. Sistema Agrossilvipastoril: Integração Lavoura, Pecuária e Floresta. Viçosa: SIF, 2010. 190p.
STEENBOCK, W.; SILVA, L. C.; SILVA, O. R.; RODRIGUES, A. S.; PEREZ-CASSARINO, J.; FONINI, R. Agrofloresta, Ecologia e Sociedade. Curitiba: Cooperafloresta, 2013. 422p.
Referencial complementar

FRANCESCHI, M. L. **Dinâmica da água em sistemas agroflorestais**. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2011. 36p.

HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B.; CUNHA, U. S. **Introdução ao Manejo e Economia de Florestas**. Curitiba: UFPR, 1998. 164 p.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - Vol. 01 - 5. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum. 2008. 384 p.

OLIVEIRA, R. S.; et al. **Plantas Daninhas e seu manejo**. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362 p.

THIBAU, C. E. **Produção sustentável em florestas**: conceitos, tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatações. Belo Horizonte: O autor, 2000. 512 p.

Disciplina: Agrometeorologia e Climatologia

Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas

Carga horária total: 20h00min

Ementa

Definições de tempo, clima, fatores e elementos meteorológicos. Relações astronômicas Terra-Sol. Estrutura e composição da atmosfera terrestre. Ventos; Radiação solar e terrestre. Temperatura do ar e do solo. Umidade do ar. Chuva. Evapotranspiração. Balanço hídrico. Classificação climática. Estações meteorológicas. Mudanças climáticas e Zoneamento Agrícola.

Referencial básico

FERREIRA, A. G. **Meteorologia prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

STEINKE, E. T. **Climatologia fácil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

Referencial complementar

AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CUNHA, G. R. de. **Meteorologia**: fatos & mitos. Passo Fundo: Embrapa, 2003.

LIMA, C. E. P.; FONTENELLE, M. R.; BRAGA, M. B. (Ed.). **Mudanças climáticas e produção de hortaliças**: projeções, impactos, estratégias adaptativas e mitigadoras. Brasília: EMBRAPA, 2015.

PEREIRA, A. R.; SEDIYAMA, G. C.; VILA NOVA, N. A. **Evapotranspiração**. Campinas: Fundag, 2013.

TUCCI, C. E. M. et al. **Clima e Recursos Hídricos no Brasil**. Porto Alegre: ABRH, 2003.

2º ANO
6ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II
Carga horária entre SE/ESP: 12/96 – 108 aulas
Carga horária total: 90h00min
Ementa
Práticas educativas na escola do campo e agroecologia: anos finais do Ensino Fundamental. Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regência de aulas em escolas de ensino fundamental II do campo.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B.; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica IV
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas
Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Agroecologia I; Sistemas sustentáveis de produção Vegetal II; Mecanização I; Fertilidade de solo e Nutrição das Plantas; Sistemas Agroflorestais; Agrometeorologia e Climatologia.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ. Rev. Ciênc. Ext., v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Fundamentos de fitopatologia e manejo integrado de doenças
Carga horária entre SE/ESP: 30/6 – 36 aulas
Carga horária total: 30h00min
Ementa
Introdução e conceitos básicos de fitopatologia. Agentes causais de doenças de plantas. Sintomatologia e diagnose de doenças de plantas. Ciclo das relações patógeno-hospedeiro. Classificação de doenças. Princípios de controle e manejo integrado de doenças.
Referencial básico

<p>AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. (Ed.). Manual de fitopatologia: princípios e conceitos, v.1. 5 ed. Ouro Fino – MG: Agronômica Ceres, 2018. 573 p.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W. C.; PEREIRA, O. L. O essencial da fitopatologia: agentes causais. v. 1. Viçosa, MG: UFV, DFP. 2012.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W. C.; PEREIRA, O. L. O essencial da fitopatologia: agentes causais. v. 2. Viçosa, MG: UFV, DFP. 2012.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. (Ed.). Métodos em fitopatologia. 2. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: ed. UFV, 2016.</p> <p>AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; CAMARGO, L. F. A. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 5. ed. v. 2. São Paulo: Agronômica Ceres, 2016.</p> <p>GASPAROTO, L. <i>et al.</i> Glossário de fitopatologia. Brasília, DF: Embrapa. 2023. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1153468/glossario-de-fitopatologia. Acesso em: 05 maio 2023.</p> <p>ROMEIRO, R. da S. Controle biológico de doenças de plantas: procedimentos. Viçosa: Ed. UFV, 2007.</p> <p>VALE, F. X. R. do <i>et al.</i> Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Perfil, 2004.</p>

<p>Disciplina: Agroecologia II</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>Transição Agroecológica. Fatores técnicos e ambientais relacionados à conversão. Os princípios da conversão agroecológica (proteção do solo, manejo da fertilidade, manejo da agrobiodiversidade, respeito aos ciclos naturais). Certificação Orgânica no Brasil. Atividades Complementares.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. – 110p.</p> <p>EHLERS, E. Agriculturas sustentáveis: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.</p> <p>HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p.: il. ISBN 978-85-67952-18.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p>

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p. il.

PINHEIRO, S. **Agroecologia 7.0**: Bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar agrohomeopatia e sideróforos). Juquira Candiru Satyagraha, 2018. 666p. il.

WUTKE, E. B. et al. **Bancos comunitários de sementes de adubos verdes**. Informações Técnicas. MAPA. BRASÍLIA - DF. 52 P. 2007.

Disciplina: Manejo e avaliação de sistemas de irrigação

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Métodos e sistemas de irrigação. Conteúdo e disponibilidade de água no solo. Relação solo, planta e atmosfera. Métodos de manejo e controle da irrigação. Aplicação de fertilizantes via sistema de irrigação. Eficiência e uniformidade de aplicação. Metodologias de avaliação em campo dos sistemas de irrigação.

Referencial básico

BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. **Manual de Irrigação**. 8.ed. Viçosa: Editora UFV, 2006. 625p.

CARVALHO, D. F.; OLIVEIRA, L. F. C. **Planejamento e Manejo da Água na Agricultura Irrigada**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.

MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. **Irrigação princípios e métodos**. 3. ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. 355p.

Referencial complementar

ALBUQUERQUE, P. E. P.; DURÃES, F. O. M. **Uso e manejo de irrigação**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

FRIZZONE, J. A.; FREITAS, P. S. L.; REZENDE, R.; FARIA, M. A. **Microirrigação**: gotejamento e microaspersão. Maringá, PR: Eduem. 2012.

PEREIRA, A. R.; SEDIYAMA, G. C.; VILA NOVA, N. A. **Evapotranspiração**. Campinas: Fundag, 2013.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, Planta e Atmosfera**: conceitos, processos e aplicações. 2. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2012. v. 1. 500p.

SOUSA, V. F.; MAROUELLI, W. A.; COELHO, E. F.; PINTO, J. M.; COELHO FILHO, M. A.

Irrigação e Fertirrigação em fruteiras e hortaliças. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

Disciplina: Mecanização II

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução ao estudo da mecanização agrícola. Preparação do trator para utilização nas operações. Classificação, acoplamento, princípios de funcionamento, regulagem, operação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Acompanhamento das principais operações mecanizadas no campo. Avaliação do processo de trabalho.

Referencial básico

SILVA, R. C. **Máquinas e equipamentos agrícolas.** 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014. 120 p.

SILVEIRA, G. M. **As máquinas para Plantar:** aplicadoras - distribuidoras - semeadoras - plantadoras - cultivadoras. Rio de Janeiro: Globo, 1989. 257 p.

TESTA, A. **Mecanização do desmatamento:** as novas fronteiras agrícolas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983. 313 p.

Referencial complementar

BALASTREIRE, L. A. **Máquinas Agrícolas.** São Paulo: Manole, 1987. 307 p.

BERETTA, C. C. **Tração animal na agricultura.** São Paulo: Nobel, 1988.

MIALHE, L. G. **Manual de mecanização agrícola.** São Paulo: Agronômica Ceres, 1974.

PORTELA, J. A. **Semeadoras para plantio direto.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 249 p.

SILVEIRA, G. M. **Máquinas para Plantio e Condução das Culturas.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334 p.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção vegetal III

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Análise de mercado, morfologia, fenologia, manejo nutricional, manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, manejo de plantas daninhas e colheita das principais culturas de ciclo anual como arroz, aveia e trigo.

Referencial básico

BAIER, A. C. **As Lavouras de Inverno - 1:** aveia - triticale - centeio - alpiste - colza. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

<p>FORNASIERI, D. F.; FORNASIERI, J. L. Manual da cultura do arroz. Jaboticabal: Funep, 2006.</p> <p>MORI, C. de; ANTUNES, J. M; FAÉ, G. S.; ACOSTA, A. S. Trigo: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: Embrapa-CPAO, 2016.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>ALBRECHT, L.P.; MISSIO, R.F. Manejo de cultivos transgênicos. Palotina: UFPR, 2013.</p> <p>BORÉM, A.; SCHEEREN, P. L. Trigo do plantio à colheita. Viçosa: Editora UFV, 260 p.</p> <p>CASTRO, P.R.C. Ecofisiologia da produção agrícola. Piracicaba: POTAFOS, 1987.</p> <p>DANIELOWSKI, R.; CARAFFA, M.; MORAES, C. C.; CARVALHO, I. Q. Informações técnicas para a cultura da aveia. Três de Maio: SETREM, 190p.</p> <p>PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007.</p>

<p>Disciplina: Anatomia e Fisiologia Animal</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas</p>
<p>Carga horária total: 20h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>Anatomia e fisiologia da célula. Embriologia. Anatomia dos sistemas esquelético, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, reprodutor e tegumentar das principais espécies de animais de interesse zootécnico. Fisiologia dos sistemas nervoso, circulatório, respiratório, digestório e reprodutor das principais espécies animais de interesse zootécnico.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 454 p. ISBN 9788527709620.</p> <p>JACOB, S. W.; FRANCONI, C. A.; LOSSOW, W. J. Anatomia e fisiologia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990. XVII, 569 p. ISBN 978-85-277-1411-2 (broch.).</p> <p>SCHMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. IX, 611 p. ISBN 978-85-7288-042-8 (broch.).</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. (Ed.). Nutrição de ruminantes. 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2011. XXII, 616 p.</p> <p>OLIVEIRA, M. D. S. de; SOUSA, C. C. de (Ed.). Bovinocultura leiteira: fisiologia, nutrição e alimentação de vacas leiteiras. Jaboticabal: Funep, 2009. 246 p. ISBN 978-85-7805-031-3 (broch.).</p>

OLIVEIRA, N. S. de. **Anatomia e fisiologia humana**. Goiânia: AB, 2002. xi, 106 p. (Curso de enfermagem). ISBN 85-7498-032-3 (broch.).

RUIZ, C. R. (Org.). **Anatomia humana básica**. Editora Difusão 248 ISBN 9788578081737.

SWENSON, M. J. (Ed). **FISIOLOGIA dos animais domésticos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 799 p.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção animal I

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Situação e perspectivas das aviculturas de corte e postura no Brasil e no mundo. O frango de corte moderno, sua formação, características das linhagens, sistema de produção, desempenho, manejo e características das suas carcaças. As poedeiras comerciais modernas em seus aspectos de formação, evolução genética, produção, desempenho e características das granjas e seu manejo. Produção de pintos comerciais. Apicultura e Meliponicultura: características da apicultura e da meliponicultura nacional e mundial. Histórico e importância econômica. Principais espécies e subespécies. Técnicas, materiais e equipamentos, manejo, biologia, morfofisiologia, produtos e subprodutos das abelhas. Tipos, características, construção e instalação de apiário. Piscicultura: Introdução à Piscicultura; Ecossistemas Aquáticos; Características Físicas, Químicas e Biológicas da água; Anatomia e Fisiologia de Peixes; Espécies de Peixes próprias para o cultivo; Construção de Tanques; Adubação e Calagem de tanques; Alimentação e nutrição de peixes para o cultivo; Cunicultura: O coelho doméstico. A importância da cunicultura como exploração zootécnica. Raças. Instalações e equipamentos. Reprodução. Nutrição e alimentação. Planejamento. Controle zootécnico. Aspectos sanitários. Abate e processamento das peles.

Referencial básico

COTTA, T. **Frangos de Corte**: criação, abate e comercialização. Ed. Aprenda Fácil, 2003, 250 p.

COTTA, T. **Galinha**: produção de ovos. Ed. Aprenda Fácil, 2002, 280 p.

COUTO, R. H. N; COUTO, L. A. **Apicultura**: manejo e produtos. 2 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2002. 191 p.

Referencial complementar

BOAVENTURA, M. C. et al. **Produção de abelhas rainha pelo método da enxertia**. Brasília: LK Editora e Comunicação, 2006. 140p.

GALLI, L. F. **Criação de peixes**. 1 ed. Rio de Janeiro: abril, 1984.

HOBAICA, P. E. M. **Como criar coelhos**. 1 ed. São Paulo: Technoprint, 1991.

LOGATO, P. V. R. **Nutrição e alimentação de peixes de água doce**. Viçosa: Ed. Aprenda Fácil, 2000. 128p.

MELLO, H. V.; SILVA, J. F. **Criação de coelhos**. 1 ed. Viçosa: Aprenda fácil, 2003.

Disciplina: Prática de Extensão II

Carga horária entre SE/ESP: 5/91 – 96 aulas

Carga horária total: 80h00min

Ementa

Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão.

Referencial básico

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 92, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.0005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

Referencial complementar

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

CONTADOR, C. R. **Projetos Sociais: avaliação e prática**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão e Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

SOUZA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

3º ANO
7ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II - S
Carga horária entre SE/ESP: 12/0 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Socialização de vivências dos contextos escolares e extraescolares e regência de aulas em escolas de ensino fundamental II do campo.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B.; COSTA T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica V
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas

Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Fundamentos de fitopatologia e manejo integrado de doenças; Agroecologia II; Manejo e avaliação de sistemas de irrigação; Anatomia e fisiologia animal e Sistemas sustentáveis de produção animal I; Sistemas sustentáveis de produção vegetal III; Mecanização II.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico . Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos . Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ . Rev. Ciênc. Ext.v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Agroecologia III
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Agroecologia no Campo: Movimentos sociais e Agroecologia; relações sociais no Campo; Segurança Alimentar; Educação Agroecológica.
Referencial básico
CAPRA F. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável . São Paulo: Cultrix; 2006.
PINHEIRO, S. Agroecologia 7.0: Bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar agrohomeopatia e sideróforos) . Juquira Candiru Satyagraha, 2018. 666p. il.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.; 16 x 23 cm. ISBN: 978-85-7108-400-1

Referencial complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 110p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantia do Brasil**: Histórias e Experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p. : il. ISBN 978-85-67952-18-

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p. il.

STEINER, R. **Fundamentos da agricultura biodinâmica**. São Paulo: Antroposófica, 2000.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico I

Carga horária entre SE/ESP: 18/12 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Senso comum, Ciência e Método Científico. Os métodos e os tipos de pesquisa. Instrumentalização (revisão bibliográfica, fichamento, resumo, resenha). Normas técnicas (ABNT); leitura e discussão crítica de artigos e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da pesquisa; motivação e introdução à elaboração do Projeto de Pesquisa na prática vivenciada durante o curso. Contatos com o professor orientador para a elaboração do projeto de pesquisa.

Referencial básico

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referencial complementar

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: Tópicos em Genética

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Genética mendeliana; herança ligada, restrita e influenciada ao sexo; interação gênica; herança sanguínea; permuta gênica; transgênicos e clonagem; terapia gênica; noções de bioética.

Referencial básico

ANTHONY, J. F. G.; et al. **Introdução à genética**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BURNS, G. W., BOTTINO, P. J. **Genética**. 6a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

RAMALHO, M. A. P. et al. **Genética na agropecuária**. 5. ed. Lavras: UFLA, 2012.

Referencial complementar

DELEVORYAS, T. **Diversificação nas plantas**. 2 São Paulo: Pioneira, 1978.

PIERCE, B. A. **Genética: um enfoque conceitual**. 3. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.

RINGO, J. **Genética básica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.

ROBERTIS, E. M. F. de; HIB, J. **Bases da biologia celular e molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

SADAVA, D. et al. **Vida a ciência da biologia: célula e hereditariedade**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Disciplina: Didática Geral

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática e implicações no processo de ensino e aprendizagem. Planejamento e avaliação educacional. O papel da Didática na formação do educador. Tendências pedagógicas da prática escolar. Desafios e possibilidades na educação do campo. Experiências alternativas para o ensino: características, componentes operacionais – possibilidades e limites. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo.

Referencial básico

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

VEIGA, I. P. (Org.). **Didática: o Ensino e suas Relações**. 18. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Referencial complementar

ESTEBAN, M. T. (Org.) **Escola, currículo e avaliação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio**. 44. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção vegetal IV

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Análise de mercado, morfologia, fenologia, manejo nutricional, manejo integrado de pragas, Biotecnologia, Eventos transgênicos resistência a herbicidas e eventos transgênicos resistentes a insetos, manejo integrado de doenças, manejo de plantas daninhas e colheita das culturas soja, feijão e girassol.

Referencial básico

GOMES, P. A. **Soja**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1978.

SAVOIA, J. R.F. (Coord.). **Agronegócio no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2009.

VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J. de; BORÉM, A. (Ed.). **Feijão**. 2. ed. atual. ampl. Viçosa, MG: UFV, 2006.

Referencial complementar

CASTRO, C, de; CASTIGLIONI, V.B.R.; BALLA, A.; LEITE, P.M.V.B. de C.; KAIRAM, D.;

MELLO, H.C.; GUEDES. L.C.A.; FARIAS. J.R.B. **A cultura do girassol**. Londrina, EMBRAPA-CNPSo. 1996. (Circular técnica. 13).

IAPAR (Org.). **O feijão no Paraná**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 1989.

SEDIYAMA, T. (Ed.). **Tecnologias de produção e usos da soja**. Londrina: Mecenas, 2009.

VERNETTI, F. J. (Coord.). **Soja: genética e melhoramentos**. Campinas: Fundação Cargill, 1983.

VIEIRA, E. H. N.; RAVA, C. A. **Sementes de feijão: produção e tecnologia**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2000.

Disciplina: História e cultura afro-brasileira e indígena

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

História da África pré-colonial. A Chegada dos africanos no Brasil para a escravização. A diversidade indígena no continente americano. O conceito de cultura nas perspectivas negras e indígenas. A cultura indígena como resistência. A cultura afro-brasileira como resistência. Cultura e patrimônio afro-indígena no Brasil e em Minas Gerais. Os movimentos sociais negros. O movimento indígena no Brasil. A luta pelos direitos sociais de negros e indígenas contra o racismo. Territórios indígenas e comunidades quilombolas. As leis 10693 e 11645 para a educação antirracista nas escolas. As relações étnico-raciais no contexto do avanço da democracia no Brasil.

Referencial básico

MATTOS, R. A. de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, K.. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. 3. ed. São Paulo: Gaudí, 2012.

PIMENTEL, S. **O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012.

Referencial complementar

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L.; GOMES, F. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SOUZA, L. O. C. de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, M. de M. e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2015, 2009.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção animal II

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução à criação de suínos, evolução da espécie suína, principais objetivos da suinocultura, principais raças e cruzamentos, melhoramento genético de suínos, fisiologia da reprodução e manejo reprodutivo de suínos, manejo nutricional de suínos, manejo sanitário e higiene rural aplicado à suinocultura, instalações e ambiência aplicado à produção de suínos, bem-estar e manejo geral de suínos, manejo e tratamento de resíduos oriundos da suinocultura, planejamento e gestão da propriedade suinícola. Caprinocultura: raças; manejo nas diferentes fases da criação; sistemas de criação; sanidade do rebanho.

Referencial básico

CHAPAVAL, L. et al. **Manual do produtor de cabras leiteiras**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006. 214 p. ISBN 85-7630-027-3 (broch.).

CARAMORI JÚNIOR, J. G.; SILVA, A. B. **Manejo de leitões**: da maternidade à terminação. 2. ed. Brasília: LK, 2006. 80 p.

FERREIRA, R. A. **Suinocultura**: manual prático de criação. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012.

Referencial complementar

CARAMORI JÚNIOR, J. G.; SILVA, A. B. **Manejo de leitões**: da maternidade à terminação. 2. ed. Brasília: LK, 2006. 80 p.

FIALHO, E. T. (Ed.). **Alimentos alternativos para suínos**. Lavras: UFLA, 2009. 232p.

FREITAS, J. A.; OLIVEIRA, A. I. G.; FIALHO, E. T. **Produção de Suínos**. Lavras, UFLA/FAEPE, 2004.

RIBEIRO, S. D. de A. **Caprinocultura**: criação racional de caprinos. São Paulo: Nobel, 1997. 318 p. ISBN 85-213-0972-4 (broch.).

SEGANFREDO, M. A. **Gestão ambiental na suinocultura**. Brasília: Embrapa, 2007. 302 p.

3º ANO
8ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado III
Carga horária entre SE/ESP: 12/96 – 108 aulas
Carga horária total: 90h00min
Ementa
Práticas educativas na escola do campo e agroecologia: Ensino Médio e Profissional. Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica VI

Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas
Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Agroecologia III; Tópicos em Genética; Sistemas sustentáveis de produção vegetal IV; Sistemas sustentáveis de produção animal II.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico . Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos . Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ . Rev. Ciênc. Ext., v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico II
Carga horária entre SE/ESP: 18/12 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Passo a passo para a elaboração do projeto de pesquisa: a escolha e a delimitação do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, o cronograma e o custo do projeto; leitura e discussão crítica de artigos e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da pesquisa; socialização e qualificação dos projetos de pesquisa pelos estudantes com a participação do professor da disciplina e com o professor orientador.
Referencial básico
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

<p>Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção vegetal V</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>Conceito e importância econômica e social da fruticultura. Propagação de plantas frutíferas e viveiros de produção de mudas frutíferas. Origem, mercado, importância social, econômica, botânica, propagação, variedades, implantação, manejo cultural, poda, formação e condução, manejo fitossanitário e nutricional das principais fruteiras subtropicais (citros), tropicais (banana, maracujá e mamão) e temperadas (figo, pêssego e uva) do plantio, formação, crescimento e produção. Ponto de colheita e comercialização.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>HAAG, H. P. Nutrição mineral e adubação de frutíferas tropicais no Brasil. Ed. Fundação Cargill, 1986.</p> <p>SILVA, C. R. de R. Fruticultura tropical. UFLA/FAEPE. (Curso de especialização – tutoria: Fruticultura comercial). 1997.</p> <p>SIMÃO, S. Manual de fruticultura. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres Ltda, 1971.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>ALVES, E. J. A Cultura da Banana: aspectos técnicos socioeconômicos e agroindustriais. Embrapa, Brasília, 1999.</p> <p>BRUCKNER, C. H.; PICANÇO, M. C. Maracujá: Tecnologia de Produção, Pós-Colheita, Agroindústria, Mercado. 2001.</p>

DONADIO, L.C.; FIGUEIREDO, J.O. de; PIO, R.M. **Variedades cítricas brasileiras**. UNESP, FUNEP. Jaboticabal. 1995.

MATTOS JUNIOR, D.; NEGRI, J.D.; PIO, R.M.; POMPEU JUNIOR, J. **Citros Campinas**. Centro Apta Citros “Sylvio Moreira”, 2005.

RAZONE, D. E. et al. **Manga**: produção integrada, industrialização e comercialização. UFV, Viçosa, 2004.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção animal III

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Situação atual e perspectivas da produção de bovinos de corte e de leite no Brasil e no Mundo. Cadeia produtiva da bovinocultura de corte e leite. Sistemas de produção de bovinos de leite e corte. Principais raças e cruzamentos de bovinos leiteiros e de corte. Manejo na criação de bovinos leiteiros e de corte. Produção orgânica de leite e de carne. Medidas gerais de controle sanitário nos rebanhos. Controle zootécnico do rebanho.

Referencial básico

PIRES, A.V. (Ed.). **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. 760 p.

PIRES, A.V. (Ed.). **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010, 1510 p.

SILVA, J. C. P. M. et al. (Ed.). **Manejo e administração em bovinocultura leiteira**. 2. ed. Viçosa, MG: J. C. Peixoto Modesto da Silva, 2014. 596 p.

Referencial complementar

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. (Ed.). **Nutrição de ruminantes**. 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2011. XXII, 616 p.

CAMPOS, O. F.; MIRANDA, J. E. C. (Ed.) **Gado de leite**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 239 p.

LAZZARINI NETO, S. **Confinamento de bovinos**. 3. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 106 p.

LAZZARINI NETO, S. **Saúde do rebanho de corte**. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 134 p.

OLIVEIRA, M. D. S.; SOUSA, C. C. (Ed.). **Bovinocultura leiteira**: fisiologia, nutrição e alimentação de vacas leiteiras. Jaboticabal: Funep, 2009. 246 p.

Disciplina: Associativismo e Cooperativismo I
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Conceitos: organização social, movimentos sociais. Participação social. Associativismo.
Referencial básico
COOPERATIVISMO. 2. ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras , 1998. 33 p.
FROEHLICH, J. M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos . Ijuí, Unijuí, 2006.
SOUZA, E. G. V. Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania . Curitiba: Juruá, 2008. 233 p. ISBN 978-85-362-2015-4 (broch.)
Referencial complementar
ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil . Rio de Janeiro: Interciência, 2004. XIV, 127 p. ISBN 85-7193-106-2.
ASSOCIATIVISMO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras , 1998. 33 p.
MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito . São Paulo, Ed. Petrópolis. 2008.
RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade . Editora Rígel, 2002.

Disciplina: Economia e Administração Rural I
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Conceitos e aplicações. Organizações rurais. Ambiente organizacional. Administração no Agronegócio. Tipologia das unidades de produção e características. A empresa rural. Recursos da empresa. Níveis da ação administrativa. A tomada de decisão.
Referencial básico
ADMINISTRAÇÃO Agrícola . 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 612 p.
HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 325 p.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. xxxi, 778 p. ISBN 978-85-86804-72-4 (broch.)

Referencial complementar

BARBOSA, F. A.; SOUZA, R. C. **Administração de fazendas de bovinos: leite e corte**. 2. ed. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2011. 354 p. (Ouro). ISBN 978-85-7601-235-1 (broch.)

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998. XVIII, 475 p. (Essencial). ISBN 85-02-02353-5 (broch.).

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 139 p. ISBN 85-224-1434-3 (broch.).

SILVA, A. T. **Administração básica**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. XII, 269 p. ISBN 978-85-2246-364-0 (broch.).

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p. ISBN 978-85-2245-353-5 (broch.).

Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

As construções históricas e ideológicas dos Estados modernos. Relações entre Estado e sociedade. Conceitos de política pública. Políticas públicas para o campo no Brasil. Conceitos de cidadania. Movimentos sociais do campo e atuação política no Brasil. Questões agrárias.

Referencial básico

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.2.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

STÉDILE, J. P.; LOCONTE, W. (coord.). **Questão agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

Referencial complementar

ALVES, V. P. **Gestão pública contemporânea**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 207 p.

PEREIRA, J. R.; REZENDE, J. B. **Gestão pública municipal**. Curitiba: CRV, 2017. 230 p.

SILVA, C. L. da (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012. 190p.

STÉLIDE, J. P. (org.). **A questão Agrária no Brasil volume 8: debate sobre situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil, programas de reforma agrária - 1946-2003**: volume 3. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

3º ANO
9ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado III - S
Carga horária entre SE/ESP: 12/0 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Socialização das vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica VII
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas

Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Sistemas sustentáveis de produção vegetal V; Sistemas sustentáveis de produção animal III; Políticas Públicas.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico . Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos . Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ . Rev. Ciênc. Ext., v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M.T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico III
Carga horária entre SE/ESP: 12/18 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com abordagem sistematizada e científica das experiências teórico metodológicas vivenciadas; leitura e discussão crítica de artigos e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da pesquisa; Aprofundamento sobre a análise dos dados. Planejamento da orientação para o processo final.
Referencial básico
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Referencial complementar
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MEDEIROS, J. B. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
RUIZ, J. A. Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: Estatística Aplicada
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Conceitos introdutórios. Estatística descritiva: representação tabular e gráfica. Medidas de tendência central e dispersão. Introdução à teoria da probabilidade. Correlação e regressão linear simples (RLS). Princípios básicos da experimentação agrícola: repetição, casualização e controle local. Planejamento de experimentos: escolha de fatores e seus níveis; unidade experimental. Testes de significância. Testes de comparação de médias (Tukey, Duncan, Scheffé, Dunnett).
Referencial básico
MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . Rio de Janeiro: LTC, 2012.
MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. Estatística básica . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
PIMENTEL-GOMES, F.; GARCIA, C.H. Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais: exposição com exemplos e orientações para uso adequado de aplicativos . Piracicaba: FEALQ, 2002.
Referencial complementar
BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. Experimentação agrícola . 4 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006.
FERREIRA, D. F. Estatística multivariada . 2. ed. Lavras: UFLA, 2011.
LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
RAMALHO, M. A. P.; FERREIRA, D. F.; OLIVEIRA, A. C. Experimentação em genética e melhoramento de plantas . 3 ed. Lavras: Editora UFLA, 2012.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7 ed., LTC, Rio de Janeiro, 1999.

Disciplina: Economia e Administração Rural II

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

O processo administrativo. Capitais e custos. Medidas de resultado econômico. Fatores que afetam o resultado econômico. Noções de contabilidade rural. Comercialização agrícola. Avaliação e perícias de bens rurais. Fundamentos de Projetos Agropecuários.

Referencial básico

ADMINISTRAÇÃO **Agrícola**. 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 612 p.

HOFFMANN, R. **Administração da empresa agrícola**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 325 p.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. XXXI, 778 p. ISBN 978-85-86804-72-4 (broch.)

Referencial complementar

BARBOSA, F. A.; SOUZA, R. C. **Administração de fazendas de bovinos: leite e corte**. 2. ed. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2011. 354 p. (Ouro). ISBN 978-85-7601-235-1 (broch.).

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 139 p. ISBN 85-224-1434-3 (broch.).

SILVA, A. T. **Administração básica**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. XII, 269 p. ISBN 978-85-2246-364-0 (broch.).

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p. ISBN 978- 85-2245-353-5 (broch.).

SOUZA, R. et al. **A administração da fazenda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 211 p. (Coleção do agricultor). ISBN 85- 250-0531-2 (broch.).

Disciplina: Políticas Educacionais

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

<p>Estudo das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; a organização dos sistemas nacionais de ensino; a legislação de ensino; a estrutura e o funcionamento da educação básica.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Org.). Política educacional brasileira: análises e entraves (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012.</p> <p>NEY, A. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008.</p> <p>VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política educacional no Brasil: introdução histórica. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>ADRIÃO, T.; PERONI, V. (orgs.). O público e o privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.</p> <p>MARTINS, P. S. FUNDEB, federalismo e regime de colaboração. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. In: Educação e Sociedade, vol. 30, n. 108, out./2009.</p> <p>OLIVEIRA, R.P.; SANTANA, W. (orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>

<p>Disciplina: Nutrição e Forragem</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/4 – 28 aulas</p>
<p>Carga horária total: 23h20min</p>
<p>Ementa</p> <p>Histórico e evolução das pastagens no Brasil. Conceitos em forragicultura. Pastagens no Brasil. Regiões Fisiográficas. Sistemática da Gramíneas de interesse forrageiro. Sistemática das principais leguminosas de interesse forrageiro. Fisiologia das Plantas Forrageiras. Valor Nutritivo de Forrageiras. Produção de sementes de forrageiras. Plantas tóxicas de interesse pecuário.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1988-1999. 162p.</p> <p>FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Editora UFV. 2010. 654p.</p> <p>SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Editora aprenda fácil. 2009. 225p.</p>

Referencial complementar
LORENZI, H. Plantas Daninhas do Brasil, terrestres, aquáticas, tóxicas e medicinais. 2 ed. Plantarum Ltda., Nova Odessa, SP, 440 p. 1991.
MINSON, D. J. Forage in ruminant nutrition. San Diego: Academic Press, 1990. 483p.
MITIDIARI, J. Manual de gramíneas e leguminosas para pastos tropicais. São Paulo, Nobel/Edusp, 1983.
TOKARNIA, C. H.; DOBEREINER, J.; PEIXOTO, P. V. Plantas Tóxicas do Brasil. Ed. Helianthus, 320 p., Rio de Janeiro, 2000.
VALADARES FILHO; S. C.; PAULINO, P. V. R.; MAGALHÃES, K. A. Exigências nutricionais de zebuínos e tabelas de composição de alimentos – BR CORTE. 2 ed. Viçosa: UFV, Suprema Gráfica Ltda. 2009, 142p.

Disciplina: Associativismo e Cooperativismo II
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Tipos de associação; finalidades; associados; legislação pertinente. Marcos legais atuais. Limites e Possibilidades.
Referencial básico
ASSOCIATIVISMO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras , 1998. 33 p.
ASSOCIATIVISMO. Fortaleza 52 p. ISBN 9788575293775.
COOPERATIVISMO. 2. ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras , 1998. 33 p.
Referencial complementar
ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. XIV, 127 p. ISBN 85-7193-106-2.
FROEHLICH, J. M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.
RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Editora Rígel, 2002.
SOUZA, E. G. V. Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania. Curitiba: Juruá, 2008. 233 p. ISBN 978-85-362-2015-4 (broch.).

Disciplina: Desenho Técnico e Construções Rurais
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Objetivos e aplicações do Desenho Técnico no Curso LECCA; introdução; classificação e normas técnicas; materiais e instrumentos; caligrafia técnica; escala gráfica; Normas para Construções Rurais e Ambiente. Estudo dos materiais e Técnicas de construções sustentáveis. Planejamento e dimensionamento de instalações zootécnicas e agrícolas com a utilização dos recursos locais.
Referencial básico
BAÊTA, F. C.; SOUZA, C. F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal . 2. ed. Viçosa: UFV, 2010.
FERREIRA, P.; MICELI, M. T. Desenho técnico básico . Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2001, 144p.
SILVA, A.; et. al. Desenho técnico moderno . 4 Rio de Janeiro: LTC, 2006.
Referencial complementar
BORGES, A.C. Prática das Pequenas Construções . 7 São Paulo: Edgar Blücher, 1975.
CRUZ, J. T.; MICHELETTI, J. V. Bovinocultura leiteira: instalações . 3 Curitiba: Lítero-técnica, 1985.
FABICHAK, I. Pequenas Construções Rurais . 2 São Paulo: Nobel, 1977.
FERREIRA, P. Desenho de Arquitetura . 2 Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2004.
PEREIRA, M. F. Construções Rurais . São Paulo: Nobel, 1999.

Disciplina: Prática de Extensão III
Carga horária entre SE/ESP: 5/91 – 96 aulas
Carga horária total: 80h00min
Ementa
Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão.
Referencial básico
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Resolução do Conselho Superior nº 92, de 18 de dezembro de 2019 . Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.0005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

Referencial complementar

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

CONTADOR, C. R. **Projetos Sociais: avaliação e prática.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão e Flexibilização Curricular.** Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

SOUZA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

4º ANO
10ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado IV
Carga horária entre SE/ESP: 12/96 – 108 aulas
Carga horária total: 90h00min
Ementa
Territorialidades formativas na Educação do Campo. Vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Análise da prática pedagógica VIII
Carga horária entre SE/ESP: 12/48 – 60 aulas
Carga horária total: 50h00min
Ementa
Desenvolvimento de metodologias de ensino e aplicação em espaço escolar ou não escolar de pelo menos uma das disciplinas: Nutrição e Forragem; Associativismo e Cooperativismo II.
Referencial básico
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2015.
Referencial complementar
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Viçosa: Ed. da UFV, 2005.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
ROS, C. A. da A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ. Rev. Ciênc. Ext.v.8, n.1, p.107-122, 2012.
STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

Disciplina: Psicologia da Educação
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Perspectivas teóricas, comportamental, social cognitiva e psicanalítica para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Contribuições para o contexto educativo.
Referencial básico
FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T.; BOCK, Ana M. B. Psicologias. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

<p>GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10ª ed. São Paulo: Ícone, 2006.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>COHEN, R. H. P. A lógica do fracasso escolar: psicanálise & educação. Contra Capa, 2006.</p> <p>GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>MIRANDA, G. L.; BAHIA, S. Psicologia da educação: temas de desenvolvimento, aprendizagem e ensino. Relógio d'Água Editores, 2005.</p> <p>TOURRETTE, C.; GUIDETTI, M. Introdução à psicologia do desenvolvimento: do nascimento à adolescência. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>ZANOTTO, M. de L. B.; MOROZ, M.; GIOIA, P. S. Behaviorismo radical e educação. Revista da APG, v. 9, n. 23, p. 217-237, 2000.</p>

<p>Disciplina: Filosofia da Educação</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>O pensamento filosófico e a filosofia da educação. A filosofia da educação na formação dos professores. Dimensões epistemológicas, antropológicas e axiológicas da educação. Razão e educação na Idade Moderna. Filosofia da Educação e pensamento pedagógico brasileiro. Temas contemporâneos de filosofia da educação: identidade, alteridade e diferença.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>CHAUÍ, M. de S. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>PAGNI, P. Â.; SILVA, D. J. da (Org.). Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>DESCARTES: obra escolhida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.</p> <p>LARROSA, J. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.</p> <p>LARROSA, J. Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</p>

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOUZA FILHO, D. M. de. **Textos Básicos de Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5. ed. Rio de Janeiro: 2007.

Disciplina: Topografia Básica

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução à topografia. Divisão da topografia. Sistemas de coordenadas. Unidades de medidas. Orientação: rumos e azimutes. Equipamentos topográficos. Medição de ângulos horizontais e verticais. Medida direta de distâncias. Medida indireta de distância: estadimetria. Poligonação e medições por irradiação. Coordenadas polares e retangulares. Desenho topográfico. Escala. Cálculo de área e perímetro. Altimetria: nivelamento trigonométrico; nivelamento geométrico, interpolação e traçado de curvas de nível.

Referencial básico

COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. **Topografia**: altimetria. 3. ed. Viçosa: UFV, 1999. 200 p. ISBN 85-7269-035-2 (broch.)

COSTA, A. A. **Topografia**. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 144 p. (Infraestrutura). ISBN 978-85-63687-22-7 (broch.)

MCCORMAC, J. C. **Topografia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 391 p. ISBN 978-85-216-1523-1 (broch.)

Referencial complementar

BORGES, A. C. **Topografia**: volume 1. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2013. 211 p. ISBN 978-85-2120-762-7 (broch.).

CASACA, J. M.; MATOS, J.; BAILO, M. **Topografia geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

COMASTRI, J. A. **Topografia planimetria**. Viçosa: UFV, 1992.

COMASTRI, J. A.; GRIPP JUNIOR, J. **Topografia aplicada**: medições, divisão e demarcação. Viçosa: UFV, 1990.

LOCH, C.; CORDINI, J. **Topografia contemporânea**: planimetria. 3. ed. 321 p. ISBN 9788532803818.

Disciplina: Escola, Gestão e Currículo

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa
Estudos sobre a gestão democrática da instituição escolar, as teorias do currículo, os documentos norteadores da construção curricular e as relações entre diversidade e currículo na escola. Educação Inclusiva.
Referencial básico
MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: políticas e práticas . 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2014. 183 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). ISBN 978-85-308-0543-2 (broch.).
PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 141 p. ISBN 978-85-249-2429-3.
SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Org.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 168 p. ISBN 978-85-249-1232-0 (broch.).
Referencial complementar
FACION, J. R. (Org.). Inclusão escolar e suas implicações . 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. 221 p. ISBN 978-85-99583-52-4 (broch.).
GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (org.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 344 p. ISBN 978-85-249-1917-6 (broch.).
PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública . 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. 119 p. (Educação em ação). ISBN 978-85-08-06522-6 (broch.).
SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154 p. ISBN 978-85-86583-44-5 (broch.).
VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico - 17ª edição . Papyrus Editora 212 ISBN 8530805321.

Disciplina: Sociologia e Extensão Rural I
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Conceitos de campo e cidade. As novas ruralidades hoje. Campesinato e agricultura familiar. Conceitos de Desenvolvimento e sustentabilidade na perspectiva camponesa. História da ATER no Brasil em suas distintas fases e contextos. A PNATER. A Lei de ATER. A Lei da Agricultura Familiar. A Lei da ANATER.
Referencial básico
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política Nacional de ATER . Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004. 26 p.
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Fundamentos Teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER . Brasília: MDA/SAF, 2011. 45 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31a edição, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Referencial complementar

ARAÚJO, T. B. **As tipologias de ruralidade e políticas públicas**. www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/.../Série-DRS-vol-21.pdf

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

QUEDA, O. **A Extensão Rural no Brasil: Da Anunciação ao Milagre da Modernização Agrícola**. Tese de Livre Docência. ESALQ. Piracicaba – SP. ESALQ. Março de 1987, 201 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização**. 2a ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão Agrária no Brasil**. V. I a IV. São Paulo: Expressão Popular.

4º ANO
11ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado IV- S
Carga horária entre SE/ESP: 12/0 – 12 aulas
Carga horária total: 10h00min
Ementa
Socialização das vivências dos contextos escolares e extraescolares e regências de aulas em escolas de ensino médio e educação profissional na área de recursos naturais.
Referencial básico
BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 96 p. ISBN 978-85-221-0720-9 (broch.).
LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 311 p. ISBN 85-221-0361-5.
SILVA, A. L. dos S.; BENDINI, J. do N.; MEIRELES, M. P. A.; SANTOS, M. F. dos. Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Edufpi, Picos, 2020, 172p. Disponível em: www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf
Referencial complementar
BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. Formação por Alternância na Educação do Campo. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.
BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escola do campo. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 3, 2001.
CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.
GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo:Cortez, 2002.
SANTOS, S. P.; BEGNAMI, J. B; COSTA, T. P. da. Estágio de vivência em espaço não escolar: desafios à Educação por Alternância nas Licenciaturas em Educação do Campo. Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino. Dossiê, v. 2, n. 4, 2020, p 59 a 76. DOI: DOI: 10.47456/krkr.v2i4.31608.

Disciplina: Ambiente, Saúde e Segurança
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Histórico, conceito e campo de aplicação. Legislação de segurança do trabalho (Norma regulamentadora 31). Órgãos relacionados com a segurança no trabalho. Riscos ambientais: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e riscos de acidentes. Agentes de riscos à saúde do trabalhador rural. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Condições de saúde, segurança no trabalho, acidentes do trabalho e doenças ocupacionais no trabalhador rural.
Referencial básico
CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 2 ed, 2016.
BARSANO, P. R. Segurança do trabalho: guia prático e didático. São Paulo: Erica, 2012.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Portaria GM nº 86, de 03 de março de 2005. Brasília, DF, 2005. Atualizada 2022. Acesso em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-31-atualizada-2022-retif.pdf/view .
Referencial complementar
BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. XX, 378 p. ISBN 9788522462728.
CYBIS, W. et al. Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010.
DANIELLOU, F. (Coord.). A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.
PASCHOARELLI, L. C. et al (Org.). Ergonomia: aspectos do conforto e constrangimentos de atividades. Rio de Janeiro: Rio Books, 2010.
PEPPLOW, L. A. Segurança do trabalho. Curitiba: Base, 2010. 256 p. (Educação profissional Ensino médio técnico). ISBN 978-85-7905-543-0.

Disciplina: Processamento de Produtos de Origem Vegetal
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa

<p>Padronização, classificação, armazenamentos e embalagens de produtos agropecuários utilizados no consumo e na industrialização de alimentos. Princípios gerais de higiene e controle de qualidade no processamento de produtos agropecuários. Tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal. (frutas, hortaliças, grãos, raízes).</p>
<p>Referencial básico</p>
<p>BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998. 317 P. V. 32</p> <p>CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio. 2. ed. Lavras: UFLA, 2005. 785 p. ISBN 978-85-87692-27-6 (broch.).</p> <p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2002.</p>
<p>Referencial complementar</p>
<p>CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.</p> <p>FERREIRA, C. L. L. F. Produtos lácteos fermentados: aspectos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático, Viçosa: UFV, n. 43, 2001.</p> <p>GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo, Nobel, 1979.</p> <p>LOVATEL, J. L. Processamento de Frutas e Hortaliças. Caxias do Sul: RS: Educ, 2004. 189 p. ISBN 9788570612823.</p> <p>PAIVA, F. F. de A. et al. Processamento de Castanha de Caju. Brasília: Embrapa, 2006. 53 p. ISBN 9788573833591.</p>

<p>Disciplina: História da Educação</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>História da educação e da pedagogia como prática social - fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI inserindo a Educação Brasileira. As principais mudanças na educação do país e os ideários educacionais subjacentes.</p>
<p>Referencial básico</p>
<p>CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.</p>
<p>Referencial complementar</p>

BITTAR, M. **História da educação: da antiguidade à época contemporânea.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERREIRA Jr, A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao Século XX.** São Carlos: EDUFScar, 2010.

GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOSELLA, P. **Qual compromisso político?: ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura.** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Disciplina: Sociologia da Educação

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Estudo das principais teorias e perspectivas sociológicas sobre a educação, com ênfase nas relações entre escola e sociedade. A organização do sistema educacional brasileiro, as desigualdades educacionais e a cultura escolar. A educação do campo e sua relação com os movimentos sociais em defesa da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável.

Referencial básico

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 214 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 148 p. (Leitura). ISBN 978-85-7753-015-1 (broch.).

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação:** introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2014. 133 p.

Referencial complementar

APPLE, M. W. et al. **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 126 p.

SADER, E. (Org.) et al. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SANTOS, C. A. dos (Org.). **Educação do campo:** campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA: MDA, 2008. 117 p.

Disciplina: Sistemas sustentáveis de produção Vegetal VI

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Histórico e importância da cafeicultura. Principais cultivares de café. Morfologia e fisiologia do cafeeiro. Implantação da lavoura cafeeira. Produção de mudas. Nutrição e adubação do cafeeiro. Principais pragas e doenças. Poda. Fatores em pré-colheita, colheita e pós-colheita do café. Secagem, armazenamento e beneficiamento do café. Noções de classificação e qualidade.

Referencial básico

CARVALHO, A. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Campinas: Instituto Agrônomo, 1993. 7 p. (Documentos IAC, 34).

COSTA, E. B. (Coord.) **Manual técnico para a cultura do café no Estado do Espírito Santo**. Vitória: SEAG, 1995. 163p.

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, M. A. F.; MUNER, L. H. de; VERDIN FILHO, A. C.; VOLPI, P. S.; MARQUES, E. M. G.; ZUCATELI, F. **Café conilon: técnicas de produção com variedades melhoradas**. 2 ed. Vitória, ES: Incaper, 2004, 60 p. (Incaper: circular técnica, 03-I).

Referencial complementar

ALVES, J. D., LIVRAMENTO, D. E. **Morfologia e Fisiologia do cafeeiro**. Textos Acadêmicos. Lavras: Editora UFLA/FAEPE. 2003. 46p.

MATIELLO, J. B. **Café conilon: como plantar, tratar, colher, preparar e vender**. Rio de Janeiro: MM Produções Gráficas, 1998. 162 p.

MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W.; ALMEIDA, S.; FERNANDES, D. **Cultura de café no Brasil: novo manual de recomendações**. Rio de Janeiro: MAPA/PROCAFÉ, 2002. 387p.

RENA, A. B.; MAESTRI, M. **Fisiologia do cafeeiro**. In: A. B. RENA; E. MALAVOLTA; M. ROCHA, T. YAMADA (Eds). **Cultura do cafeeiro: fatores que afetam a produtividade**. Piracicaba: Assoc. Bras. Pesq. Potassa e Fosfato, 1986. p. 13-85.

RENA, A. B.; MAESTRI, M. **Ecofisiologia do cafeeiro**. In: P.C.R. CASTRO; S.O. FERREIRA; T. YAMADA (Eds). **Ecofisiologia da produção agrícola**. Piracicaba: Assoc. Bras. Pesq. Potassa e Fosfato, 1987. p. 119 - 147.

Disciplina: Sociologia e Extensão Rural II

Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas

Carga horária total: 20h00min
Ementa
A ATER como serviço ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. ATER como processo educativo e emancipatório. A ATER e as concepções de educação: Tradicional, Técnico-Burocrática, Liberal, Libertadora, educação popular. As metodologias participativas na abordagem da ATER que facilitam o diálogo, a horizontalidade da relação técnico/a- agricultor/a. Da relação com os diversos saberes, os experienciais, práticos e os técnicos e científicos.
Referencial básico
ABRAMOVAY, R. [et al.]. Juventude e agricultura familiar : Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
EMATER-MG. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte: 2006.
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz Terra, 1971.
Referencial complementar
ASSUMPÇÃO, R. (Org.). Educação Popular na Perspectiva Freiriana . São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.
BRANDÃO, C.R. (Org.). A questão política da educação popular . São Paulo: Brasiliense, 1980.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater . Brasília, 2010.
BRITO, M. Gênero e cidadania : referenciais analíticos. Estudos Feministas, ano 9, n. 1, 2001.
UTTP, A. DANTAS, I. Autonomia e Cidadania : Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural. Brasília: MDA, 2011.

Disciplina: Fundamentos de Geotecnologia
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Noções de cartografia e Geodésia (Coordenadas geodésicas e UTM). Precisão e acurácia de GPS de navegação. Interpretação de imagens do Google Earth para o monitoramento ambiental. Características, tipos e aplicações das imagens do Google Earth. Precisão e acurácia de imagens do Google Earth. Técnicas de levantamento de campo (GPS e Google Earth): marcação de pontos, delimitação de polígonos e linhas. Aplicativos e interfaces do Google Earth.
Referencial básico

HOFMANN-WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H.; WASLE, E. **GNSS** – Global Navigation Satellite Systems, GPS, GLONASS, Galileo and more. Springer-Verlag Wien, 2008. 501p.

KALINOWSKI, S. R. **Utilização do GPS em trilhas e cálculo de áreas**. Rio de Janeiro: LCT, 2006. 190p.

LEICK, A. **GPS Satellite Surveying**. 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p.

Referencial complementar

BERALDO, P.; SOARES, S. M. **GPS: Introdução e aplicações práticas**. Criciúma, SC: Editora e Livraria Luana, 1995.

BRANDALIZE, A. A. **Cartografia digital**. Curitiba, PR: GIS Brasil 98, 1998.

CÂMARA, G.; MEDEIROS, J. S. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 1996.

LEICK, A. **GPS Satellite Surveying**. 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p.

SEGANTINE, P. C. L. **GPS Sistema de Posicionamento Global**. EESCUSP, São Carlos, 2005, 364p.

4º ANO
12ª ALTERNÂNCIA

Disciplina: Processamento de Produtos de Origem Animal
Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas
Carga horária total: 25h00min
Ementa
Composição, padronização, classificação, armazenamento e conservação de leite, carnes e ovos. Princípios gerais de higiene e controle de qualidade no processamento de produtos de origem animal. Noções de tecnologia de alimentos, processamento de carnes e derivados, processamento de leite e derivados e de ovos.
Referencial básico
GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B. da; FRIAS, J. R.G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. 9a Ed. São Paulo: Nobel, 2008.
ORDÓÑEZ-PEREDA, J. A. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos: volume 1. Porto Alegre: Artmed, 2005. 294 p. (v. 1). ISBN 978-85-363-0436-6 (broch.).
ORDÓÑEZ-PEREDA, J. A. et al. (colab.). Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal - volume 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. vi, 279 p. (2). ISBN 978-85-363-0431-1 (broch.).
Referencial complementar
CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 652 p. ISBN 85-7379-075-X (broch.).
FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: princípios e prática. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
PARDI, M. C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Vol. I e II. Ciência e Higiene da Carne, 1996.
SILVA, J. A. Tópicos da Tecnologia de Alimentos. SP: Livraria Varela, 2000.

Disciplina: Higiene e inspeção sanitária de alimentos
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
Aspectos gerais da vigilância sanitária. Qualidade das matérias-primas. Estudo do controle higiênico-sanitário dos produtos de origem animal em relação ao ambiente, à matéria

<p>prima, bem como da inspeção industrial e sanitária de carnes, pescado, ovos, mel e seus derivados. Princípios gerais de higienização. Higiene e inspeção de produtos de origem vegetal destinados ao consumo humano. Principais doenças veiculadas por alimentos.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 5. ed. São Paulo: Manole, 2015. XXXII, 1077 p. ISBN 978-85-204-3720-9 (broch.).</p> <p>MORÉS, N. Avaliação patológica de suínos no abate: manual de identificação. Brasília: Embrapa, 2000. 40 p. ISBN 9788573830729.</p> <p>PINTO, P. S. de A. Inspeção e higiene de carnes. 2. ed. Viçosa: UFV, 2014. 389 p. ISBN 978-85-7269-468-1 (broch.).</p>
<p>Referencial complementar</p> <p>GIL, I. J. Manual de Inspeção Sanitária de Carnes. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 485 p. ISBN 9789723108842.</p> <p>GUIA para elaboração do plano APPCC: carnes e derivados. Brasília: SEBRAE, 1999. 143 p. (Qualidade Segurança Alimentar).</p> <p>GUIA para elaboração do plano APPCC: laticínios e sorvetes. Brasília: SEBRAE, 1999. 172 p. (Qualidade e Segurança Alimentar).</p> <p>MUCCIOLO, P. Carnes: conservas e semiconservas, tecnologia e inspeção sanitária. São Paulo: ícone, 1985. 150 p.</p> <p>TERRA, N. N.; BRUM, M. A. R. Carne e seus derivados: técnicas de controle de qualidade. São Paulo: Nobel, 1988. 121 p. ISBN 85-213-0556-7 (broch.).</p>

<p>Disciplina: Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação</p>
<p>Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas</p>
<p>Carga horária total: 25h00min</p>
<p>Ementa</p> <p>A Língua Brasileira de Sinais (Libras). Concepções sobre os surdos e a surdez: visão clínico-terapêutica e visão socioantropológica. Aspectos culturais e identitários da comunidade surda brasileira. Políticas linguísticas e educacionais na área da surdez. Possibilidades didáticas e metodológicas na educação de alunos com surdez. Introdução aos aspectos linguísticos da Libras. Habilidades mínimas de compreensão e de expressão, visando à comunicação com pessoas usuárias de Libras.</p>
<p>Referencial básico</p> <p>GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>SKLIAR, C. (Org). Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p>

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda . Editora: UFSC, Florianópolis. 2008.
Referencial complementar
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273 p.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. L. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira . São Paulo: EDUSP, 2013. v.1, v.2.
GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS . São Paulo: Parábola, 2012.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.
MOURA, M. C.; LODI, A. C.; PEREIRA, M. C. Língua de sinais e Educação do Surdo. Série neuropsicológica , v.3. São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

Disciplina: Sociologia e Extensão Rural III
Carga horária entre SE/ESP: 19/5 – 24 aulas
Carga horária total: 20h00min
Ementa
As metodologias participativas na abordagem da ATER que facilitam o diálogo, a horizontalidade da relação técnico/a- agricultor/a; da relação com os diversos saberes, os experienciais, práticos e os técnicos e científicos. Novos desafios e perspectivas para a ATER hoje A Pedagogia da Alternância e a ATER.
Referencial básico
EMATER-MG. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte: 2006.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater . Brasília, 2010
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz Terra, 1971.
Referencial complementar
ALVES, S. M. Freire e Vygotsky um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural . Chapecó: Argos editora da Unochapecó, 2012.
ASSUMPÇÃO. R. (Org.). Educação Popular na Perspectiva Freiriana . São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CALDART, R. S.; KOLLING, E. J. (Org). **Paulo Freire, Um educador do Povo**. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agraria. 2 ed. Gráfica e Editora Peres, 2001.

Disciplina: Tecnologia de Produção de Sementes

Carga horária entre SE/ESP: 24/6 – 30 aulas

Carga horária total: 25h00min

Ementa

Introdução. Legislação brasileira sobre sementes. Formação da semente. Estrutura e composição química das sementes. Germinação, dormência, deterioração e vigor de sementes. Produção, colheita, secagem, beneficiamento e armazenamento de sementes. Controle de qualidade e análise de sementes: atributos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários.

Referencial básico

BRASIL. Ministério de Agricultura. **Regras para Análise de Sementes**. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 399 p. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/arquivos-publicacoes-insumos/2946_regras_analise__sementes.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. **Sementes: Ciência, Tecnologia e Produção**. 5. ed. Jaboticabal: Funep, 2012. 589 p.

MARCOS FILHO, J. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas**. Piracicaba, SP: Fealq, 2005. 495 p.

Referencial complementar

BRASIL. Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. **Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003**. Brasília: Mapa/ACS, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm#. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. **Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10586.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Análise Sanitária de Sementes** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 200 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/sementes-e-mudas/publicacoes-sementes-e-mudas/manual-de-analise-sanitaria-de-sementes>. Acesso em: 05 maio 2023.

FRANÇA-NETO, J. B.; KRZYZANOWSKI, F. C. **Metodologia do teste de tetrazólio em sementes de soja**. Londrina: Embrapa Soja, 2022. 111 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>. Acesso em: 05 maio 2023.

LOPES, A. C. A. A.; NASCIMENTO, M. W. **Análise de Sementes de Hortaliças**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças. 2009. 9 p. (Circular Técnica, 83). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPH-2010/36458/1/ct-83.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

Disciplina: Prática de Extensão IV

Carga horária entre SE/ESP: 5/91 – 96 aulas

Carga horária total: 80h00min

Ementa

Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão.

Referencial básico

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 92, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.0005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

Referencial complementar

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

CONTADOR, C. R. **Projetos Sociais: avaliação e prática**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão e Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

SOUZA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

13 OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA

13.1 O ritmo de alternância no curso LECCA

O ritmo de alternância do curso LECCA será de três tempos de quatro semanas a cada ano no IFSULDEMINAS, alternados por três tempos/ano na comunidade (Escola do Campo, na produção agropecuária, na assistência técnica e extensão rural, enfim, no trabalho, na vida social, cultural).

No percurso de 04 anos serão 12 sequências de alternâncias, perfazendo 12 SE no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes alternadas por 11 ESP nas comunidades dos estudantes.

Figura 2. Arquitetura do curso LECCA no tempo-espço. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
SE												
ESP												
Férias Recesso												

Legenda: SE: sessão escolar; ESP: estadia socioprofissional.

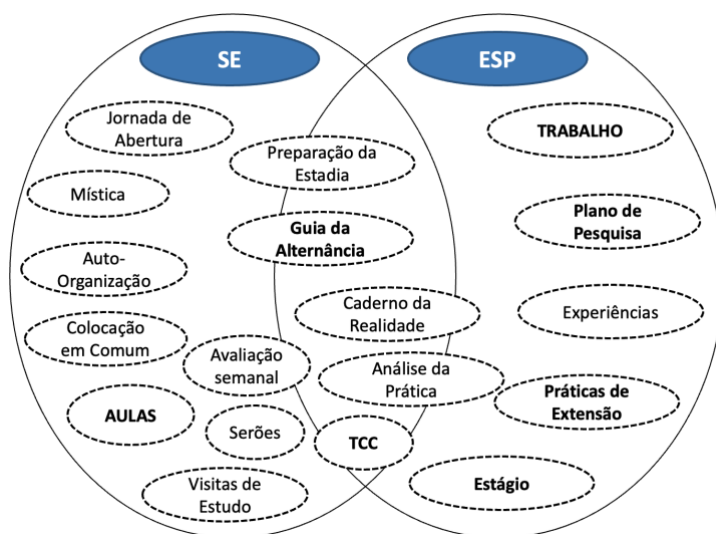
Fonte: Begnami (2016).

A SE ocorrerá, prioritariamente, nos meses de março, junho e setembro. A ESP, ocorrerá nos meses de abril-maio; julho-agosto e outubro a fevereiro. Estes períodos serão contados como letivos conforme o Parecer do CNE/CEB nº 01, de 1 de fevereiro de 2006 (MEC, 2006).

13.2 Organização das atividades pedagógicas na SE e na ESP

Uma sequência de alternância compreende a organização do trabalho pedagógico tanto no IFSULDEMINAS, quanto na comunidade. A figura 3 evidencia as mediações pedagógicas específicas da SE, aquelas que são mais específicas da ESP e outras que interatuam nos dois espaços e tempos.

Figura 3. Mediações pedagógicas da SE, ESP e outras que interatuam nos dois espaços e tempos. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, 2023.



Fonte: Begnami (2016).

Observa-se na figura que uma SE deve ser preparada com uma Jornada de abertura. As aulas estão destacadas como atividade intensiva neste período, assim como a jornada de trabalho se torna polo dominante na ESP. Algumas mediações didáticas, ou atividades pedagógicas, são bem definidas em cada um dos espaços:

Na SE, predominam a jornada de abertura, mística, auto-organização dos estudantes, colocação em comum, visitas de estudos, avaliações semanais, serões e jornada preparatória da ESP.

O caderno da realidade, guia da alternância, análise da prática, TCC são mediações que interatuam nos dois espaços e tempos escola-comunidade e possui relações com as demais mediações.

Na ESP: a jornada de trabalho, o plano de pesquisa, experiências, práticas e estágio e práticas de extensão, possuem vínculo mais definido com a comunidade. Mas também são interligados com tempo-espaço escolar. A pesquisa é motivada e orientada na SE, igualmente, o estágio tem momentos de estudo, planejamento e socialização na SE. As experiências e práticas são orientadas pelas disciplinas no plano de aula e reforçadas no guia da alternância.

No conjunto das mediações didáticas citadas, é importante destacar a pesquisa como eixo estruturante da organização didática e pedagógica do curso. Por meio da pesquisa, busca-se ligar os tempos espaços e relacionar os componentes curriculares. Assim, os Planos de pesquisa farão este papel no 1º ano, o estágio, compreendido também como pesquisa fará este papel entre o 2º e 3º ano e o TCC no 4º ano. Mas, o conjunto das mediações didáticas corroboram para a integração do currículo escolar com a vida na

comunidade dos educandos. Assim, como as disciplinas, em si, podem e devem explorar a dinâmica da alternância para orientar trabalhos de experimentação, pesquisas empíricas e bibliográficas, enfatizando os elementos da prática e da pesquisa-ação na ESP.

No quadro 2, estão o conjunto dos mediadores didáticos que interatuam no curso LECCA e uma explicação para o entendimento de cada um.

Quadro 2. Conjunto dos mediadores didáticos que interatuam no curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2023.

Mediações didáticas	Conceito
Jornada de Abertura da SE	Atividade pedagógica de acolhida, apresentação do calendário de aulas e a programação geral da SE, auto-organização dos estudantes.
Plano de pesquisa	Atividade pedagógica de pesquisa de um tema da realidade, realizada pelos estudantes na ESP.
Colocação em Comum	Espaço de socialização da Pesquisa da realidade e dos Estágios.
Visita de Estudo	Atividade pedagógica fora do espaço escolar, articulada ao Plano de Pesquisa, ao Estágio ou a uma ou mais disciplinas de forma interdisciplinar.
Avaliação semanal	A cada final de semana, a turma avalia a convivência intergrupala, a auto-organização, a relação com os professores, a participação, os aprendizados etc.
Serões	Atividade complementar livre, organizada pelos educandos e professores para debater assuntos os mais diversos, mas de interesse dos educandos. Os temas podem ser ligados ao Plano de Pesquisa ou a questões levantadas nas disciplinas, durante as aulas, mas também a assuntos atuais relevantes e que não estão previstos no Currículo. A carga horária dos serões poderá ser aproveitada para AACC.
Auto-organização	Grupos de Trabalho (GTs) organizados entre os estudantes para a realização das místicas, das avaliações semanais, noites culturais, Cuidado com a saúde, Cuidado com a disciplina, Comunicação, Finanças, Limpeza da sala de aula, Dormitórios, Banheiros, entre outros.
Jornada final de culminância da SE	Espaço de avaliação final e preparação das atividades na Estadia Socioprofissional.
Guia de Alternância	Um caderno impresso, organizado para orientar as atividades teóricas e práticas a serem desenvolvidas na ESP. Ele contém os Planos de Aulas da SE e as atividades pedagógicas a serem

	desenvolvidas na ESP: Plano de Pesquisa, Atividades práticas e Experiências, estudos orientados pelas disciplinas de forma disciplinar ou interdisciplinar.
Experiências	Atividade preferencialmente interdisciplinar a ser desenvolvida na Estadia socioprofissional com base nas orientações das disciplinas com planejamento e avaliação de resultados por meio de socialização e relatórios.
Práticas	As práticas são atividades pedagógicas planejadas na SE para serem realizadas na Estadia, com possibilidade de ser uma atividade interdisciplinar, preferencialmente, como aplicação na comunidade dos estudos realizados na SE
Caderno da Realidade	Portfólio (Caderno de Campo), organizado pelos estudantes para registro das pesquisas do Plano de Pesquisa, Relatório de Visitas de Estudo, Documentos da auto-organização da turma, Relatos de Experiências e Práticas realizadas na Comunidade. Organização dos Certificados de AACC, Relatórios de Análise da Prática Pedagógica, entre outros.
Visita às Comunidades	Os educadores visitam os estudantes em suas comunidades, acompanhando-os nas Estaiadas.
Estágio e TCC	Integram as Mediações, mas são descritos com mais detalhes, logo adiante.

13.3 Organização da SE com os componentes curriculares integradores e atividades pedagógicas complementares

Jornada de Abertura: a SE começa com a Jornada de Abertura. Trata-se de uma acolhida dos estudantes, onde eles participam da organização, promovendo um café comunitário com produtos trazidos de suas comunidades; logo em seguida realiza-se a mística e o momento de planejamento. Neste momento, os professores que irão ministrar aulas se apresentam. A coordenação do curso apresenta o calendário de aulas e as possíveis novidades da Sessão. Encerra-se o momento com a auto-organização. Todos os estudantes são envolvidos em um Grupo de Trabalho (GT). Esta atividade realiza-se em 4 aulas.

Plano de Pesquisa: nas quatro primeiras SE, as aulas começam com a colocação em comum da pesquisa realizada na ESP. Ou seja, para o plano de pesquisa, são necessárias 5 aulas para a colocação em comum e 4 aulas para a orientação de nova pesquisa para a próxima ESP.

Estágio: da quinta à décima SE, a colocação em comum será um espaço de socialização de estágios, sempre no início das SEs. O tempo de dedicação para o estágio

na SE deverá ser distribuído, uma parte para a orientação e socialização sempre no início da SE e, pelo menos uma aula, para preparação final, na saída da SE. Assim, durante a SE o estudante terá tempo para planejar o local de estágio e preparar toda a documentação necessária junto ao setor de estágio.

Visitas de Estudo: atividade planejada para a SE, que envolve uma ou mais disciplinas, desenvolvida durante o horário das aulas ou em finais de semana.

Serão: sua organização no horário semanal da SE deverá ser sempre à noite, após as atividades do dia.

Avaliação Semanal: esta atividade, deverá estar prevista no horário semanal das aulas, sempre ao final da semana, na sexta, ao final das aulas, à noite ou no sábado, a depender do planejamento com os estudantes.

Preparação da ESP: pelo menos um tempo de aula, ao final da SE, para este momento é necessário prever no horário. Neste momento os estudantes são preparados para a próxima ESP, com base no guia da alternância. No guia vão os planos de aulas da SE e as atividades pedagógicas complementares das disciplinas que podem ser desenvolvidas de forma interdisciplinar. Orienta o plano de pesquisa, estágio, experiências e práticas, como também os estágios, as práticas de ensino, AACC, TCC, o caderno da realidade (portfólio), práticas de extensão, entre outros.

13.4 Organização das atividades na ESP

As atividades da ESP dão sequência ao processo de formação integrando com a SE. Ou seja, os dois espaços e tempos são considerados letivos, portanto, de formação contínua. Para tanto é preciso quebrar paradigmas de que é o lugar de aprender e a comunidade é lugar de aplicar os conhecimentos. A SE não se limita à teoria e o espaço da ESP não se reduz ao tempo da prática.

Para a pedagogia da alternância, a ESP não constitui em lugar de aplicação prática da teoria recebida na SE, pois compreende-se que nos dois espaços ocorre a relação teoria-prática. Não há um privilégio da teoria sobre a prática e nem vice-versa. Neste sentido, teoria não é preponderante na SE, de igual modo a prática não prepondera na ESP. Sendo assim, a comunidade não se resume ao espaço de extensão do ensino e da pesquisa. Ela é território aprendente e ensinante.

Neste sentido, a realidade é um espaço de comunicação conforme a proposta da escola dialógica de Paulo Freire. Por isso, na comunidade todos e todas são sujeitos de conhecimentos, de ação e de reflexão. Todos reconhecem-se e são reconhecidos em sua

dupla função recíproca: a cognoscitiva e a comunicativa (FREIRE, 1982). Isto é, são sujeitos ativos, não passivos ou pacientes, a espera de comunicados, pois são agentes epistêmicos, produtores de conhecimento. Uma vez presentes numa relação educativa dentro do curso LECCA, envolto em uma proposta político-pedagógica alternante, se constituem e são constituídos numa relação horizontal educador/a–educando/a, dentro de processo educativo libertador, em que não há transferência de saber ou de cultura, mas diálogo de saberes. Assim, na práxis educativa do curso LECCA, os diversos sujeitos do campo, das escolas do campo, dos movimentos sociais, do mundo da produção da vida e da cultura, contribuem com a formação político-pedagógica, se estabelecem numa situação gnosiológica, onde comunicam o objeto cognoscível a outras e outros sujeitos do centro educativo, e são igualmente cognoscentes, pois “ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam” aprendem e ensinam pelo diálogo (FREIRE, 1982, p. 78).

Na ESP, o processo educativo continua pelas seguintes atividades:

- Pesquisas;
- Práticas de ensino;
- Práticas sociais e agropecuárias;
- Experiências técnicas;
- Estágios;
- Visitas às comunidades dos educandos pelos professores;
- Práticas de Extensão.

O guia da alternância, o caderno da realidade, grupo de WhatsApp, trocas via e-mail, entre outros, são mediações que ajudam a acompanhar e avaliar a ESP.

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

14.1 Dos preceitos da avaliação

O sistema de avaliação do curso LECCA se pauta na concepção de educação que norteia a relação educador/educando/conhecimento com a vida em movimento, sendo necessário empreender práticas avaliativas formativas contínuas, por meio de processos sistemático, acumulativo e participativo de acompanhamento de todos os tempos e espaços vivenciados. A avaliação abrange aspectos qualitativos e quantitativos. São dimensões básicas deste processo:

a) crescimento da pessoa como ser humano, formação de seu caráter, valores, convivência solidária no coletivo, na vida de grupos e participação no conjunto das atividades na SE e na ESP;

b) domínio de conhecimentos gerais, desenvolvimento intelectual e desempenho nas práticas que integram o currículo;

c) desenvolvimento das habilidades básicas identificadas como perfil profissional desejado no curso.

O processo de avaliação do curso LECCA seguirá o Sistema de Avaliação no Registro Acadêmico de Cursos Superiores, conforme Resoluções do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 69/2017, nº 75/2020, nº 157/2022, e outras alterações quando couber (IFSULDEMINAS, 2017; 2020; 2022).

14.2 Distribuição de notas e prazos de registro

Sendo um curso em alternância, o registro das atividades pedagógicas deve ser realizado ao final de cada sequência de alternância. O quadro 3 apresenta uma sistematização da dinâmica do processo de avaliação do curso LECCA ao longo dos tempos e espaços formativos e aponta os percentuais de nota a serem atribuídos a cada sequência, para cada disciplina.

Quadro 3. Processo de avaliação nos tempos e espaços do curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

	SE	ESP	SE
Componentes curriculares	Provas, trabalhos, autoavaliações, exercícios, seminários etc.	Atividades diversas: pesquisas, experiências, práticas, leituras, práticas de extensão, observações etc.	Culminância, registros da avaliação global da sequência de alternância anterior.
Distribuição de notas	60%	40%	100%

Conforme o quadro, todos os componentes curriculares distribuem 60% da pontuação de avaliação na SE e 40% na ESP. A consolidação final da avaliação ocorrerá sempre na SE seguinte. O quadro 4 orienta o tempo-espaço de fechamento de cada sequência de alternância.

Quadro 4. Tempo-espaço de fechamento de cada sequência de alternância no curso LECCA. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

Sequência de Alternância	Consolidação da avaliação
I	II Sessão Escolar
II	III Sessão Escolar
III	IV Sessão Escolar (Início do Segundo Ano)
IV	V Sessão Escolar
V	VI Sessão Escolar
VI	VII Sessão Escolar
VII	VIII Sessão Escolar
VIII	IX Sessão Escolar
IX	X Sessão Escolar
X	XI Sessão Escolar
XI	XII Sessão Escolar
XII	Dezembro do quarto ano do curso.

O processo de avaliação de cada sequência de alternância será discutido em dois momentos: por disciplina e coletivamente no conjunto das disciplinas. Nesse momento, serão indicados os pontos de fragilidade e as potencialidades e, em conjunto com os estudantes, serão construídas estratégias para a superação das suas dificuldades. Espera-se, com esse processo de avaliação, estimular nos estudantes uma postura ativa e crítica em relação a sua formação.

O acadêmico concluirá seu curso quando integralizar todas as disciplinas dos eixos curriculares, inclusive as dependências, estágios, práticas de extensão, a carga horária das AACC do curso e o TCC.

Ficam sob responsabilidade do professor, observados os preceitos do IFSULDEMINAS, a elaboração, a aplicação, a correção dos instrumentos avaliativos e a reflexão sobre os dados obtidos. Para garantir uma avaliação formativa os professores utilizarão de diversos instrumentos, de acordo com o conteúdo ministrado e os objetivos pretendidos. Há de se ressaltar o caráter permanente e sistemático do processo de avaliação, considerando as singularidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, que contribuem para aprendizagem de pessoas com necessidades específicas conforme o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011) que

dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

A avaliação da aprendizagem de cada disciplina para efeito de promoção ou retenção, seguirá os critérios preconizados pelas Resoluções do Conselho Superior nº 69/2017, nº 75/2020, nº 157/2022, e outras alterações quando couber (IFSULDEMINAS, 2017; 2020; 2022).

14.3 Da frequência

A frequência nas aulas durante a SE se dará por meio de registro da participação do estudante em sala de aula.

A frequência da parte da carga horária prevista na ESP, será registrada mediante o cumprimento das atividades pedagógicas por parte dos estudantes.

Será admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da frequência total às aulas na disciplina e nas demais atividades escolares.

O controle da frequência é de competência do professor, assegurando ao estudante o conhecimento quinzenal de sua frequência, via sistema acadêmico.

Somente serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em Lei, sendo computados diretamente pela SRA. A justificativa, que deverá ser apresentada pelo estudante ao setor responsável acompanhado do formulário devidamente preenchido no prazo máximo de 48 horas após o retorno as atividades acadêmicas, dará ao estudante o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia, porém terá a falta registrada.

O estudante que representar a instituição em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho, eventos esportivos, culturais, artísticos e órgãos colegiados, terá suas faltas abonadas, com direito às avaliações que ocorrerem no período de ausência na disciplina, mediante documentação comprobatória até 48 horas após seu retorno à instituição apresentada ao setor responsável.

14.4 Da verificação do rendimento escolar e da aprovação

O registro do rendimento acadêmico dos estudantes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares. O professor deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos estudantes através do sistema acadêmico.

As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros.

A avaliação dos processos de ensino e aprendizagem deve ser norteada por uma concepção formativa, processual e contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas ao final do período, preferencialmente, e de acordo com as especificidades do componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deve, ainda, proporcionar o diálogo entre os sujeitos do processo possibilitando a análise da práxis pedagógica e o comprometimento destes mesmos sujeitos com o desenvolvimento da autonomia intelectual e formação profissional conforme o perfil do egresso.

Nos planos de ensino deverão estar previstas, no mínimo, três avaliações formais, exceto as disciplinas com até duas aulas semanais que poderão aplicar o mínimo de duas avaliações, com indicação dos instrumentos e os respectivos valores, respeitando o valor máximo de cinquenta por cento (50%) do valor total do semestre para cada avaliação.

Após a aplicação da atividade avaliativa, o professor deverá entregar a atividade avaliativa aos estudantes e publicar o aproveitamento das avaliações no sistema acadêmico, respeitado o Calendário Acadêmico nos seguintes prazos: quando as avaliações forem ao longo do período letivo, em até 20 dias após a data de aplicação; quando as avaliações forem em momentos finais do semestre, em até 3 dias antes do encerramento do período letivo.

O estudante terá direito de solicitar revisão de avaliação escrita até dois dias corridos após a devolução corrigida pelo professor quando ao longo do período e até um dia antes do término do período quando ao final do período letivo. Quando finalizar o prazo em finais de semana ou feriados será considerado o próximo dia útil.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos estudantes no início do período letivo (SE).

Decorrido o prazo para a publicação do aproveitamento das avaliações, os estudantes terão direito à revisão de prova, devendo formalizar o pedido na SRA por formulário próprio disponível na página da SRA. O estudante terá direito a receber de volta sua avaliação escrita, independentemente do instrumento utilizado, ou cópia dela, após a publicação das notas. No caso de revisão da prova, o estudante terá direito ao acesso à mesma para efetivar sua solicitação.

No final do período letivo, os professores deverão entregar o Diário de Classe impresso e assinado à SRA. Este diário deve conter a descrição dos conteúdos ministrados, atividades avaliativas, notas das atividades avaliativas, registros de presenças e faltas, quantitativos de aulas e horas ministradas.

O resultado do semestre será expresso em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal. Na presença de casa centesimal a nota será arredondada para a casa decimal imediatamente acima. Cada uma das atividades avaliativas aplicada pelos docentes deverá ser graduada admitida, no máximo, a fração decimal.

Será atribuída nota 0,0 (zero) à avaliação do estudante que deixar de comparecer às aulas nas datas das avaliações sem a justificativa legal, exceto nos exames finais. Não será registrada nota ao estudante que não comparecer aos exames finais. Será concedida uma nova avaliação para cada avaliação, desde que a ausência do estudante seja devidamente justificada em formulário próprio, com apresentação dos comprovantes.

Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 5:

I. O estudante será considerado APROVADO quando obtiver nota semestral na disciplina (ND) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos e frequência por disciplina (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II. Terá direito a fazer o exame final da disciplina o estudante que obtiver nota da disciplina (ND) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0 e FD igual ou superior a 75%;

III. Terá direito a fazer o exame final da disciplina o estudante de curso EaD que obtiver nota da disciplina (ND) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0;

IV. Após o exame final, será considerado APROVADO o estudante que obtiver média final (MF) maior ou igual a 6,0;

V. A MF da disciplina após o exame final será calculada pela média ponderada do valor da ND mais o dobro do valor do exame final (EF) sendo essa soma dividida por 3;

VI. Realizado o exame final por parte do estudante, a nota do semestre será a maior nota entre ND e MF;

VII. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.

$$\text{Equação: } MF = ND + (EF \times 2) / 3$$

Onde:

MF = média final;

ND = nota da disciplina;

EF = exame final.

VIII. Estará REPROVADO o estudante que obtiver ND inferior a 4,0 (quatro) pontos ou MF inferior a 6,0 (seis) pontos ou FD inferior a 75%.

Quadro 5. Resumo de critérios para efeito de promoção ou retenção nas disciplinas. IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$ND \geq 6,0$ ou $MF \geq 6,0$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$4,0 \leq ND < 6,0$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$ND < 4,0$ ou $MF < 6,0$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

ND = nota da disciplina;
FD = frequência na disciplina
MF = média final

IX. Caso o estudante não realize o exame final permanecerá como NFD (Nota Final da Disciplina) a ND.

X. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CoRA) tem por finalidade acompanhar o rendimento acadêmico do estudante. Os cálculos do CoRA deverão ser gerados automaticamente pelo sistema acadêmico ao final de cada período letivo.

XI. O CoRA semestral será calculado por meio da média ponderada das disciplinas cursadas no semestre conforme a equação a seguir. O CoRA Integral será calculado pela média aritmética dos CoRAs semestrais.

a) Equação do CoRA semestral:

$$\frac{\sum_{i=1}^n (CH \times N)_i}{\sum_{i=1}^n CH_i}$$

Sendo:

CH = Carga horária da disciplina *i*

N = nota da disciplina *i*

XII. As disciplinas que forem aproveitadas para a integralização do curso, casos de transferências internas e externas, casos de aproveitamento de estudos, serão consideradas para o cálculo do CoRA.

XIII. Todas as disciplinas cursadas no período letivo serão consideradas para a composição do CoRA, inclusive as disciplinas eletivas e optativas.

O estudante terá direito à revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota. A revisão da nota

poderá ser realizada até o quinto dia útil após o início do período letivo (SE) posterior à aplicação do exame final. A indicação do(s) revisor(es) ficará sob a responsabilidade do Coordenador de Curso e Diretoria de Ensino ou equivalente.

O estudante reprovado terá direito à matrícula no semestre (SE) seguinte, desde que não ultrapasse o prazo máximo para a conclusão do curso e a oferta das dependências devem considerar: o número total de dependentes solicitantes não deve exceder 10% do total das vagas de ingresso previstas no PPC, quando maior que 10% e menor que 50% o colegiado de curso pode autorizar um excedente ou encaminhar solicitação de abertura de uma nova turma. Caso haja um número de dependentes solicitantes que seja igual ou maior que 50% do total das vagas previstas no PPC, a instituição deverá abrir uma turma específica para os dependentes. A oferta de dependências deve considerar como ordem para a matrícula dos dependentes a seguinte ordem de prioridade:

- I. estudante com status de concluinte;
- II. estudante com maior tempo no curso;
- III. estudante com maior CoRA;
- IV. estudante de idade mais elevada.

As disciplinas de dependência deverão ser oferecidas, ao menos, uma vez por ano. Esta oferta pode contemplar: vagas em disciplina regular para atender aos estudantes reprovados; disciplinas de dependência regular para atender, preferencialmente, estudantes reprovados; disciplinas de dependência orientada para atender, exclusivamente, os estudantes reprovados. O estudante fará jus à matrícula na disciplina em regime de dependência orientada se obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 4 (quatro) na disciplina reprovada.

O estudante terá o dobro do prazo mínimo para a integralização do curso, previsto no PPC, contados a partir da data de ingresso no primeiro semestre (1ª SE), como prazo máximo para conclusão dele. Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula e os afastamentos para participação em mobilidade acadêmica. Estudantes com necessidades educacionais especiais poderão ter flexibilizados o período de integralização do curso.

14.5 Do desligamento no curso

O desligamento deve ser precedido por um procedimento administrativo. O estudante deverá ter ciência do esgotamento do prazo para integralização do curso por meio de ofício expedido pelo Colegiado do Curso. O ofício deverá informar o prazo para

que o estudante possa encaminhar sua defesa. Após o prazo estabelecido para resposta, o colegiado de curso deverá se reunir para analisar a situação do estudante. O colegiado deliberará sobre desligamento ou permanência do estudante, com apresentação de cronograma para que o estudante conclua o curso. Quando deliberar-se pela permanência, o estudante deverá assinar termo de responsabilidade e ciência do cronograma. O colegiado deverá respeitar o princípio constitucional da ampla defesa, permitindo ao estudante o pleno exercício do contraditório. O processo de desligamento de estudantes deve levar em consideração critérios qualitativos de mérito e não apenas critérios quantitativos, como o tempo de vinculação ao curso. A negativa de matrícula está vinculada aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Não caberá desligamento quando o colegiado identificar possibilidade de conclusão do curso, acompanhada de justificativa da não observância do prazo previsto para conclusão do curso. O desligamento do estudante somente será formalizado pela SRA após comunicado oficial do colegiado do curso, acompanhado da documentação produzida no processo de desligamento. O estudante que for desligado poderá solicitar sua reintegração no curso por uma vez, podendo ser reintegrado após análise e aprovação do colegiado do curso.

14.6 Educação inclusiva, terminalidade específica e flexibilização curricular

O curso LECCA atuará conforme Resolução do Conselho Superior nº 102, de 16 de dezembro de 2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2013).

14.6.1 Terminalidade específica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2013 (MEC, 2013), autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). No IFSULDEMINAS a Resolução do Conselho Superior nº 36, de 30 de setembro de 2020,

dispõe sobre a aprovação dos procedimentos referentes à Certificação por Terminalidade Específica para Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação (IFSULDEMINAS, 2020).

Segundo a Resolução do CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 (MEC, 2001), que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial (DNEE), a terminalidade específica *“é uma certificação de conclusão de escolaridade - fundamentada em avaliação pedagógica - com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla”*.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC, 2001), acrescentaram que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, *“o direito de alunos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei”* (MEC, 2009). Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho. A legislação prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho.

Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

14.6.2 Flexibilização curricular

Segundo as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2013), as adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto político pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

Adaptação de objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do estudante com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

Adaptação de conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser relativos à priorização de áreas, unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

Adaptação de métodos de ensino e da organização didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos - didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

Adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Projeto de autoavaliação do IFSULDEMINAS foi elaborado em cumprimento a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004 (MEC, 2004), que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.

O Programa de Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) é o centro de referência e articulação do SINAES, e se desenvolve em duas etapas principais:

a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;

b) Avaliação externa - realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do MEC segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Em decorrência de sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das Instituições; globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

A realização de avaliação contínua, por meio da CPA, das práticas pedagógicas contidas no projeto pedagógico institucional (PPI), projeto pedagógico do curso (PPC) e plano de desenvolvimento institucional (PDI), possibilita uma análise e discussão dos resultados com a comunidade escolar, além de delinear e fornecer informações úteis para a tomada de decisões que devem ser utilizadas como subsídios para uma gestão pontual e aprimorada com intuito de cumprir a missão institucional. Estas ações orientarão o estabelecimento de convênios com segmentos da área do curso para a realização de visitas técnicas, realização de seminários temáticos, práticas laboratoriais, parcerias em pesquisa aplicada e extensão e para a realização de estágios e/ou obtenção de empregos e ações de empreendedorismo.

É importante ressaltar que a avaliação contínua do PPC LECCA deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribuirá para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões.

Com os dados obtidos, será possível a análise sobre a coerência entre os elementos constituintes do projeto, a pertinência da matriz curricular em relação ao perfil desejado e ao desempenho do egresso, bem como a identificação dos entraves para a execução do que foi proposto, possibilitando mudanças graduais e sistemáticas.

Esta avaliação dar-se-á em todas as suas dimensões, abrangendo:

- Objetivos do curso e perfil do profissional a ser formado;

Competências e habilidades desenvolvidas nos formandos;

Organização curricular do curso;

- Sistemática de avaliação empregada nas disciplinas;

- Suporte físico, computacional e bibliográfico para funcionamento do curso.

Com um processo contínuo, o colegiado composto pelos docentes das disciplinas básicas e profissionalizantes do curso, juntamente com o coordenador e seus parceiros, deverão realizar pelo menos uma reunião anual para analisar e debater sobre o bom andamento da matriz curricular, bem como a proposição inicial do PPC LECCA.

16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Quando da sua execução, a cada SE, que ocorrerá, conforme proposto, nos meses de março, junho e setembro, deverá acontecer, logo na última semana de aulas, uma reunião de avaliação, convocada pelo coordenador e participada pelo coletivo dos docentes.

Sendo assim, para garantir a qualidade do ensino oferecido, a revisão, a reflexão e a flexibilidade são prerrogativas constantes no PPC LECCA.

A avaliação do curso deverá ocorrer de forma continuada empregando variados mecanismos como: verificação dos planos de ensino dos docentes, acompanhamento sistemático do plano de aula dos docentes, entrevistas periódicas com os representantes de turma, análise continuada do currículo oferecido por meio de estudo do PPC LECCA nas reuniões de colegiado de curso e análise das questões das avaliações.

Soma-se a essas avaliações, a autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), prática instituída, cujo foco é a avaliação dos cursos, com ênfase na avaliação do docente.

A avaliação do desempenho docente é realizada duas vezes por ano, utilizando como instrumentos a avaliação do estudante, a autoavaliação do estudante, a autoavaliação do docente, a avaliação do docente da turma que ele ministra aula e a avaliação do coordenador. Os dados levantados são estudados e interpretados, por meio da metodologia de triangulação dos dados, e depois socializados com os coordenadores, docentes e estudantes.

No ano de 2004, com a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes incorporou novos procedimentos avaliativos, ampliando o processo de autoavaliação institucional para as dimensões exigidas pelo SINAES.

Em decorrência de sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das Instituições; globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Uma vez por ano realizar-se-á avaliação dos setores institucionais como forma de ampliar a avaliação do curso, como a avaliação do coordenador pelos estudantes e dos setores que oferecem serviços educacionais. Estes mecanismos têm assegurado a gestão reunir informações acerca do curso, e com base nos dados estabelecer metas, objetivos e estratégias de melhoria e avanço do curso.

Os resultados apresentados colocam-se com a finalidade de que a autoavaliação institucional no IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes deva mostrar à sociedade e à própria comunidade acadêmica seu papel social, refletido na qualidade do ensino que desenvolve.

Além dos resultados internos, os resultados do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE), serão indicativos da qualidade do curso. Em consideração a essa questão, a Coordenação do Curso buscará, em conjunto com os docentes, às orientações gerais do exame, bem como o de estudar e buscar a conjunção das diretrizes estabelecidas pelas Comissões que definem as habilidades e competências para o exame com as práticas

curriculares e pedagógicas. Os resultados do ENADE servem, ainda, para a redefinição do curso, quando estes se mostrarem abaixo dos padrões nacionais e da IES.

17 APOIO AO DISCENTE

O IFSULDEMINAS por meio da Resolução do Conselho Superior nº 38, de 30 de setembro de 2020 (IFSULDEMINAS, 2020) dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil e da Resolução do Conselho Superior nº 210, de 18 de maio de 2022 (IFSULDEMINAS, 2022), dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Auxílio Estudantil (PAE) que se constitui em um conjunto de ações destinadas a todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos.

A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que objetivam promover, junto ao corpo discente, o acesso, a permanência, o acompanhamento integral e a conclusão, com êxito, dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS.

O PAE-IFSULDEMINAS se constitui das ações voltadas ao atendimento prioritário de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos presenciais oferecidos pelo IFSULDEMINAS nas modalidades: técnico integrado, concomitante, subsequente e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e graduação (bacharelado, tecnologia e licenciatura), visando à permanência e êxito no processo educativo bem como a autonomia do estudante.

17.1 Hospedagem e alimentação

Durante as SEs, os estudantes do curso LECCA devidamente matriculados, contarão com o apoio do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes para a hospedagem e alimentação.

17.2 Acompanhamento nas ESP

Na ESP, os estudantes do curso LECCA poderão receber visitas de acompanhamento, realizadas por professores, coordenadores, a cada ano presencialmente ou virtualmente.

17.3 Apoios extracurriculares

O apoio aos estudantes do curso LECCA deve contemplar ainda os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento, de monitorias e extracurriculares, não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

O PAE-IFSULDEMINAS está organizado em 5 modalidades de auxílios financeiros sendo: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche e auxílio material didático. A inscrição deve ser realizada on-line e o estudante deverá observar o passo a passo para inscrição e a lista de documentos solicitados em edital publicado.

O IFSULDEMINAS também conta com auxílio para participação em eventos acadêmicos, científicos ou tecnológicos (EVACT): este auxílio é concedido aos estudantes que queiram participar ou possuem publicações a serem apresentadas em eventos (congresso, seminários, fóruns, entre outros). Ao comprovar sua inscrição, poderá solicitar o auxílio EVACT observando o prazo e as exigências em edital específico publicado anualmente.

17.4 Atendimento a pessoas com transtornos de aprendizagem

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes possui um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que tem definido como a instituição disponibiliza tais atendimentos.

A Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 068, de 15 de dezembro de 2020 (IFSULDEMINAS, 2020) e a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 (BRASIL, 2021) serão seguidas nas atuações do curso LECCA. Para tanto, promoverá ações junto à comunidade acadêmica possibilitando:

Acessibilidade arquitetônica: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal: refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica: ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma

como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital: direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Para que o educando do curso LECCA possa fazer o aproveitamento de disciplinas cursadas no ensino superior, em outras instituições anteriormente, deverá seguir as normas descritas nas Resoluções do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 69/2017, nº 75/2020, nº 157/2022, e outras alterações quando couber (IFSULDEMINAS, 2017; 2020; 2022).

Deverá abrir um processo de solicitação de disciplinas na SRA, que será encaminhado ao coordenador do curso e ao professor da disciplina para deliberação do aproveitamento. Poderá ser solicitado um exame de proficiência da disciplina e/ou o colegiado de curso poderá ser consultado.

Não será concedido o aproveitamento de estudos:

I. Quando a disciplina cursada pelo acadêmico apresentar carga horária total de atividades didáticas inferiores a 75% da fixada para a disciplina equivalente no IFSULDEMINAS;

II. quando não for reconhecida, pelo menos 75% de equivalência entre o efetivo conteúdo do programa ministrado ao acadêmico e o da disciplina cuja dispensa é pretendida ou quando a orientação do ensino não for equivalente em ambas às disciplinas;

III. quando alguma das disciplinas cursadas já tiver sido utilizada como razão para dispensa de outra disciplina do IFSULDEMINAS.

O Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica não será passível de dispensa por se tratar de disciplina com foco distinto do curso LECCA.

Os estudantes regulares que já concluíram disciplinas em cursos superiores, os transferidos ou reingressantes poderão solicitar aproveitamento de estudos e consequente dispensa de disciplinas mediante a abertura de processo, por meio de processo na SRA, que será encaminhado ao coordenador do curso e ao professor da disciplina para deliberação.

Caberá ao estudante apresentar, a documentação completa de todas as disciplinas já cursadas para a solicitação de dispensa de disciplinas. A avaliação do aproveitamento de disciplina pelo docente deverá levar em conta a equivalência entre, no mínimo, 75% do conteúdo e da carga horária da(s) disciplina(s) objeto de análise. Uma disciplina da instituição/curso de origem poderá ser utilizada para o aproveitamento de duas ou mais disciplinas no IFSULDEMINAS. Duas ou mais disciplinas da instituição/curso de origem poderá ser utilizada para o aproveitamento de uma disciplina no IFSULDEMINAS.

A avaliação da correspondência de estudos anteriores com as disciplinas oferecidas, deverá recair sobre os conteúdos (programa) e a carga horária da(s) disciplina(s) e não sobre a denominação dos componentes curriculares cursados. A liberação do acadêmico da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo de aproveitamento de estudos.

São disciplinas passíveis de aproveitamento aquelas cursadas dentro dos seguintes prazos:

- I. 5 (cinco) anos, para Curso de Graduação não concluído;
- II. 10 (dez) anos, para Curso de Graduação concluído;
- III. nas demais situações o colegiado avaliará, mediante as justificativas e documentos apresentados pelo estudante.

Em cursos realizados em nível formativo distinto, para o aproveitamento de estudos é preciso possuir correspondência mínima de 75% da carga horária e do ementário entre a(s) disciplina(s), além da aprovação em exame de suficiência (teórico e/ou prático).

É facultado ao Colegiado de Curso dispensar a aplicação de exame de suficiência quando a(s) disciplina(s) a ser(em) aproveitada(s) for(em) de nível formativo superior àquela(s) que será(ão) dispensada(s).

Nos casos de transferência externa e interna não haverá limites para o aproveitamento de disciplinas cursadas.

Nos casos de ingresso via obtenção de novo título ou processo seletivo regular será permitido o aproveitamento de disciplinas em até 40% (quarenta por cento) do total de horas necessárias à integralização total do currículo do curso ou 2/5 (dois quintos) das disciplinas.

Os pedidos de aproveitamento de estudos com entrada fora do prazo ou com documentação incompleta serão indeferidos.

O aproveitamento de estudos confere ao acadêmico o número de horas que a aprovação na disciplina dispensada conferiria. Cada pedido de aproveitamento de estudos será examinado individualmente, não admitindo a matéria julgamento por analogia.

19 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

19.1 Corpo docente

No Quadro 6 encontra-se descrito o nome dos servidores docentes que poderão atuar no curso, sua formação e seu regime de trabalho no IFSULDEMINAS. Cabe destacar que em virtude da especificidade de áreas, visando a qualidade do curso, poderão ser convidados outros docentes para fazer parte deste quadro.

Quadro 6. Relação de servidores docentes para atuar no curso LECCA. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

Nome	Titulação	Regime de trabalho*	Área de atuação
Adriana Daló Rodrigues Barbosa	Especialista	Voluntário	Associativismo e Cooperativismo I Associativismo e Cooperativismo I
Ana Cristina Moreira Ferreira da Silva	Doutor	40h DE	Processamento de Produtos de Origem Animal
André da Cruz França Lema	Doutor	40h DE	Anatomia e Fisiologia Animal Sistemas sustentáveis de produção animal III Higiene e inspeção sanitária de alimentos
André Luigi Amaral Di Salvo	Doutor	40h DE	Informática Aplicada I Informática Aplicada II
Carlos Cesar da Silva	Doutor	40h DE	Matemática Aplicada
Carlos Magno de Lima	Mestre	40h DE	Introdução às Ciências Agrárias Mecanização I Mecanização II Desenho Técnico e Construções Rurais
Cleber Kouri de Souza	Doutor	40h DE	Gênese, morfologia e classificação do solo
Constantina Dias Paporidis	Mestre	40h DE	Tópicos de Biologia I Tópicos de Biologia II
Davi Vieira Medeiros	Mestre	40h DE	Língua Brasileira de Sinais, Surdez e Educação
Ediano Dionísio do Prado	Doutor	40h DE	Sociologia e Extensão Rural I Sociologia e Extensão Rural II Sociologia e Extensão Rural III

Evando Luiz Coelho	Doutor	40h DE	Sistemas sustentáveis de produção vegetal V
Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestre	40h DE	Leitura e Produção de Textos I Leitura e Produção de Textos II
Fernanda Goes da Silva	Mestre	40h DE	Economia e Administração Rural I Economia e Administração Rural II
Fernando da Silva Barbosa	Doutor	40h DE	Agrometeorologia e Climatologia Manejo e avaliação de sistemas de irrigação
Gusthavo Ribeiro Vaz da Costa	Mestre	40h DE	Sistemas sustentáveis de produção animal II
Hebe Perez de Carvalho	Doutor	40h DE	Fundamentos de fitopatologia e manejo integrado de doenças Tecnologia de Produção de Sementes
Idalino Firmino dos Santos	Especialista	Voluntário	Planejamento e Projetos I Planejamento e Projetos II Planejamento e Projetos III
Jamil de Moraes Pereira	Doutor	40h DE	Microbiologia Geral Organismos do solo úteis na agricultura
João Batista Begnami	Doutor	Voluntário	Pedagogia da Alternância I Pedagogia da Alternância II Plano de Pesquisa I Plano de Pesquisa II Plano de Pesquisa III Plano de Pesquisa IV
João Paulo Lopes	Doutor	40h DE	História e cultura afro-brasileira e indígena
Jorge Alexandre Nogueira Santos	Doutor	40h DE	Química Geral Inorgânica Química Orgânica Bioquímica
José Luiz de Andrade Rezende Pereira	Doutor	40h DE	Sistemas sustentáveis de produção vegetal II Sistemas sustentáveis de produção vegetal IV
Lidiane Teixeira Xavier	Doutor	40h DE	Políticas Educacionais Psicologia da Educação
Lilian Vilela Andrade Pinto	Doutor	40h DE	Sistemas Agroflorestais Fundamentos de Geotecnologia
Lucas Boscov Braos	Doutor	40h DE	Fertilidade de solo e Nutrição das Plantas Sistemas sustentáveis de produção vegetal III
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutor	40h DE	Fundamentos de entomologia e manejo integrado de pragas Agroecologia I Agroecologia II Agroecologia III
Mara Aparecida Pereira de Ávila	Doutor	40h DE	Ambiente, Saúde e Segurança
Marcos Magalhães de Souza	Doutor	40h DE	Zoologia Geral
Marcus Vinícius Gomes de Lima	Mestre	40h DE	Estatística Aplicada
Maria Isabel Antunes Rocha	Doutor	Voluntário	Tópicos em Educação do Campo

Mark Pereira dos Anjos	Mestre	40h DE	Direito Agrário Políticas Públicas
Melissa Salaro Bresci	Doutor	40h DE	Didática Geral História da Educação Escola, Gestão e Currículo
Nilton Luiz Souto	Doutor	40h DE	Metodologia do Trabalho Científico I Metodologia do Trabalho Científico II Metodologia do Trabalho Científico III
Paula Inácio Coelho	Mestre	40h DE	Filosofia da Educação Sociologia da Educação
Paulo Ferreira Borges	Mestre	40h DE	Topografia Básica
Rafael Cesar Bolelli Faria	Doutor	40h DE	Tópicos em Genética
Rodrigo Palomo de Oliveira	Doutor	40h DE	Sistemas sustentáveis de produção animal I Nutrição e Forragem
Sindynara Ferreira	Doutor	40h DE	Prática de Extensão I Sistemas sustentáveis de produção vegetal I Estágio Curricular Supervisionado I Estágio Curricular Supervisionado II Prática de Extensão II Estágio Curricular Supervisionado II - S Estágio Curricular Supervisionado III Estágio Curricular Supervisionado III - S Prática de Extensão III Estágio Curricular Supervisionado IV Estágio Curricular Supervisionado IV - S Sistemas sustentáveis de produção Vegetal VI Prática de Extensão IV Gênese, morfologia e classificação do solo
Valdir Barbosa da Silva Junior	Mestre	40h DE	Física Aplicada
Verônica Soares de Paula Moraes	Mestre	40h DE	Processamento de Produtos de Origem Vegetal
Wallace Ribeiro Correa	Doutor	40h DE	Educação Ambiental Fisiologia Vegetal Análise da prática pedagógica I Análise da prática pedagógica II Análise da prática pedagógica III Análise da prática pedagógica IV Análise da prática pedagógica V Análise da prática pedagógica VI Análise da prática pedagógica VII Análise da prática pedagógica VIII

*O termo voluntário foi adotado em virtude da Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 17, de 28 de abril de 2015 (IFSULDEMINAS, 2015), que dispõe sobre as condições de prestação de serviço voluntário no âmbito do IFSULDEMINAS, seguindo a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

19.1.1 Formação específica para o corpo docente e auxiliar

Nas reuniões pedagógicas preparatórias para cada SE, docentes que estiverem atuando pela primeira vez no curso LECCA, terão oportunidade para debaterem e aprofundarem na proposta pedagógica da alternância.

Conforme descrito na parte operacional e metodológica do curso, os docentes deverão contribuir para a elaboração do guia da alternância. Isso poderá potencializar a interdisciplinaridade, ou uma maior relação entre as disciplinas. Assim, o guia provocará a integração do trabalho pedagógico, um dos princípios da formação por alternância e da educação do campo.

19.2 Corpo administrativo

No Quadro 7 encontra-se descrito o nome dos servidores técnicos-administrativos que poderão atuar no curso, sua formação, seu regime de trabalho na Instituição pertencente e o setor de atuação.

Quadro 7. Servidores técnicos-administrativos que poderão atuar no curso LECCA. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Inconfidentes/MG, 2023.

Servidor	Cargo	Nível de escolaridade
Adevaldo Jose da Silva	Operador de máquinas agrícolas	Especialização
Adriana da Silva Oliveira Dallo	Assistente social	Especialização
Adriana Nicéia Scheffer	Auxiliar de cozinha	Ensino fundamental incompleto
Agnaldo Tadeu Hermogenes	Vigilante	Especialização
Alessandro Francisco Rangel	Tec de tecnologia da informação	Especialização
Aline Silva dos Santos	Assistente social	Especialização
Ana Paula dos Santos Vianna de Andrade	Enfermeira	Mestrado
André Rodrigues Correa Gomes	Assistente de laboratório	Especialização
Ângela Regina Pinto	Bibliotecário-documentalista	Mestrado
Antônio Marcos de Godoi	Auxiliar de agropecuária	Especialização
Antônio Wilson Goncalves de Brito	Administrador	Especialização
Ariane Helena Marciano Fernandes	Auxiliar de enfermagem	Mestrado
Briza Paula de Oliveira	Assistente em administração	Especialização
Bruno Manoel Rezende de Melo	Técnico em agropecuária	Doutorado
Carla Pacheco Govea	Psicólogo	Mestrado
Carlos Gilberto Bezerra Lima	Auxiliar em administração	Especialização
Caroline Maria Machado Alves	Auxiliar de biblioteca	Especialização
Cauê Trivellato	Técnico em agropecuária	Doutorado
Cleonice Maria da Silva	Pedagogo	Mestrado
Cristiane de Freitas	Assistente em administração	Mestrado
Denise Dutra Santos Inojosa	Administrador	Especialização

Deyse do Valle Rodrigues Neves	Assistente de laboratório	Graduação
Ederson de Azevedo Mostre	Assistente de aluno	Especialização
Ediney Sebastiao Paradelo	Mestre de edificações e infraestrutura	Mestrado
Edison Clayton Pistelli	Técnico em agropecuária	Mestrado
Eduardo de Oliveira Rodrigues	Engenheiro	Mestrado
Emerson Michelin	Técnico em eletrônica	Graduação
Eneida Sales Noronha	Pedagogo	Especialização
Erika Paula Pereira	Assistente de aluno	Especialização
Eufrásia de Souza Melo	Auditor	Especialização
Evaldo Tadeu de Melo	Técnico em agropecuária	Doutorado
Fernanda Coutinho Pinheiro da Rosa	Técnico em alimentos e laticínios	Mestrado
Fernando Jacometti Soares	Assistente em administração	Graduação
Flavia Sejas Anderson	Técnico em assuntos educacionais	Especialização
Flavio Eduardo Vilas Boas	Operador de máquinas agrícolas	Ensino fundamental
Francisco Carlos Bonamichi do Couto	Técnico em contabilidade	Especialização
Gilcimar Dallo	Técnico de tecnologia da informação	Especialização
Giuliano Manoel Ribeiro do Vale	Técnico em agrimensura	Graduação
Heleno Lupinacci Carneiro	Analista de tecnologia da informação	Especialização
Hugo Sarapo Costa	Assistente em administração	Especialização
Jacssane do Couto Andrade	Assistente de aluno	Especialização
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	Especialização
Jose Carlos Costa	Médico veterinário	Especialização
Jose Roberto de Carvalho	Auxiliar de agropecuária	Especialização
Jose Valmei Bueno	Jornalista	Mestrado
Juliana Gomes Tenório Moura	Administrador	Especialização
Júlio Cesar de Almeida	Operador de máquinas agrícolas	Graduação
Karina Aguiar de Freitas Souza	Técnico de tecnologia da informação	Especialização
Lais de Souza	Assistente em administração	Especialização
Laodiceia Vaz de Lima Souza	Operador de máquina de lavanderia	Graduação
Lidiane de Oliveira	Bibliotecário-documentalista	Especialização
Luighi Fabiano Barbato Silveira	Técnico de tecnologia da informação	Especialização
Luiz Carlos Pereira	Motorista	Ensino fundamental incompleto
Marcos Cesar Fredericci	Administrador	Especialização
Marcos Roberto dos Santos	Técnico de laboratório	Mestrado
Maria Jose Adami Bueno	Médico	Mestrado
Marly Cristina Barbosa Ribeiro	Técnico em enfermagem	Especialização
Mateus Henrique Pereira Goncalves	Técnico de laboratório	Graduação
Patrícia Guidi Ramos Pistelli	Auxiliar de agropecuária	Especialização
Paula Erika Goedert Dona	Assistente em administração	Especialização
Paulo Henrique Goncalves	Assistente em administração	Especialização

Priscilla Lopes Ribeiro	Assistente em administração	Especialização
Rafaella Lacerda Crestani	Pedagogo	Mestrado
Rafael Luiz Rafaeli	Mestre de edificações e infraestrutura	Especialização
Reginaldo Aparecido Silva	Tradutor intérprete de linguagem sinais	Mestrado
Ricardo Silvério Dias	Vigilante	Especialização
Rita Maria Paraiso	Administrador	Especialização
Rogério Robs Fanti Raimundo	Assistente em administração	Mestrado
Roger Leal	Auxiliar em administração	Graduação
Ronaldo Reale	Técnico em agropecuária	Especialização
Sergio Diogo de Pádua	Assistente em administração	Mestrado
Silvério Vasconcelos Braga	Técnico em agropecuária	Especialização
Silvino Jose Santos Pimenta	Técnico de tecnologia da informação	Especialização
Sissi Karoline Bueno da Silva	Administrador	Especialização
Sueli Aparecida de Souza	Assistente em administração	Graduação
Swelen Azevedo de Souza	Assistente em administração	Especialização
Taciano Benedito Fernandes	Técnico em alimentos e laticínios	Mestrado
Thiago Caixeta Scalco	Contador	Especialização
Thiago Marcal da Silva	Técnico em alimentos e laticínios	Mestrado
Tiago Ariel Ribeiro Bento	Assistente em administração	Graduação
Tone Vander Marcilio	Técnico de laboratório	Mestrado
Vladmir Fernandes	Assistente em administração	Especialização
Wagner Geraldo Alves Silveres	Porteiro	Ensino fundamental incompleto
Wagner Roberto Pereira	Assistente em administração	Mestrado
Wanderson Rodrigues da Silva	Assistente em administração	Especialização
Wilson Roberto Pereira	Técnico em agropecuária	Doutorado

19.3 Núcleo Docente Estruturante

Regulamentado pela Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 56, de 29 de agosto de 2019 (IFSULDEMINAS, 2019) o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do PPC de graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização deles. Tendo como atribuições:

- a) Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Colaborar com a atualização periódica do PPC
- c) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- d) Contribuir para análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos, programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;

e) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

f) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigência do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas ao curso;

g) Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;

h) Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais.

Cabe destacar que a participação dos docentes na implementação de ações e tomada de decisões relacionadas ao curso é efetiva e ocorre por meio de reuniões, pelo menos semestrais, previamente agendadas pelo seu presidente. As reuniões permitem a constante atualização da linguagem referente ao mecanismo de funcionamento do curso, discutindo e sugerindo ações a serem implementadas no PPC.

A primeira Portaria do NDE do curso LECCA foi a de número 253, de 21 de agosto de 2015, emitida pelo Gabinete da Direção Geral do IFSULDEMINAS - *Campus Inconfidentes*.

19.4 Colegiado de curso

Regulamentado pela Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 20, de 27 de março de 2019 (IFSULDEMINAS, 2019) o Colegiado de Curso (CC) é um órgão consultivo e deliberativo responsável em zelar pelo cumprimento do PPC, ouvir e dar encaminhamento às demandas da comunidade acadêmica, do acompanhamento do processo de avaliação interna e externa do curso e outras atividades administrativas e pedagógicas, pautadas pelo seu presidente, tendo como atribuições:

I - Auxiliar a coordenação e o NDE do curso sempre que solicitado.

II - Elaborar o seu regimento interno devendo prever questões como: quórum para as reuniões, faltas dos membros.

III - Analisar e aprovar planos de ensino e, quando possível, com o apoio da equipe pedagógica.

IV - Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso.

V - Conduzir e validar o processo de eleição de coordenador e vice coordenador do curso, observando o regimento próprio. Sendo esse processo conduzido pelo colegiado ou comissão eleitoral.

VI - Receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou discente do curso.

VII - Emitir parecer sobre processos de aproveitamento de estudos e consequente dispensa de disciplina, conforme previsto nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.

VIII - Apoiar e assessorar o coordenador de curso no desenvolvimento de suas atividades, notadamente na condução das ações de execução dos regimentos acadêmicos do IFSULDEMINAS e demais normatizações.

IX - Atuar em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de autoavaliação institucional, com a responsabilidade de envolver toda a comunidade acadêmica, em auxílio ao NDE.

X - Analisar os encaminhamentos sugeridos pelo NDE e deliberar ações a respeito desses encaminhamentos e resultados da autoavaliação.

XI - Coordenar a implementação das ações, propostas pelo NDE e pelo colegiado de curso, a partir dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) e da autoavaliação do curso.

Registra-se que o curso LECCA contará em seu colegiado de curso, além do descrito na Resolução, pessoas externas, indicadas pelos parceiros, possibilitando uma análise sistêmica e global do curso, tratando as demandas do curso de forma abrangente e democrática.

O colegiado reunir-se-á no mínimo duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros. A primeira portaria do colegiado do curso LECCA foi a de número 154, de 06 de abril de 2017, emitida pelo gabinete da Direção Geral do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes.

19.5 Coordenação pedagógica

Possui função de apoiar a coordenação do curso, para o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas aos Eixos de Formação Básica e Integradora, oferecer apoio técnico pedagógico para os professores das áreas, acompanhar o desenvolvimento dos educandos e propor estratégias de avaliação para evitar evasão.

Subsidiar a coordenação do curso com informações a respeito dos eixos de formação básica e das práticas integradoras e auxiliar o cronograma de aulas da SE e das atividades da ESP, bem como coordenar a elaboração do guia da alternância.

A coordenação pedagógica será composta pela coordenação do curso, por parceiros indicados e um profissional do IFSULDEMINAS com formação em Pedagogia.

19.6 Coordenação de curso

Possui a função de acompanhar e gerenciar o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas ao Eixo de Formação Básica, oferecer apoio técnico-pedagógico para os professores, acompanhar o desenvolvimento dos educandos e propor estratégias de avaliação e de prevenção da evasão.

Atualmente o curso vem sendo coordenado pela professora Sindynara Ferreira, efetiva, lotada no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes e pertencente ao Regime Jurídico Único (RJU), em tempo integral com dedicação exclusiva (DE) desde 2011.

O regime proporciona grande disponibilidade da coordenadora no atendimento das demandas advindas do curso LECCA, sejam por parte dos estudantes, pais e familiares, docentes, parceiros ou ainda demandas administrativas e organizacionais. Contribui também para um acompanhamento próximo das ações promovidas pelos docentes e estudantes durante o desempenho de suas atividades disciplinares.

20 INFRAESTRUTURA

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes possui uma Fazenda-Escola em que será possível práticas pedagógicas nos diferentes segmentos agrícolas, sendo eles: produção vegetal (olericultura, jardinagem e paisagismo, viveiro de mudas florestais, culturas anuais; cultura perenes; forragicultura); produção animal (piscicultura, apicultura, cunicultura, avicultura, suinocultura e bovinocultura) além de disponibilizar laboratórios voltados às práticas agrícolas que levam o estudante a desenvolver e exercitar as competências/habilidades do curso. Possui um setor de agroecológica, com certificação orgânica pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade do Sul de Minas Gerais (OPAC Sul de Minas), com aproximadamente 2,3 ha.

Possui espaços de trabalho para os docentes em tempo integral que viabilizam ações acadêmicas como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento aos estudantes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

O espaço de trabalho para o coordenador é reservado (sala individual) o que viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com

privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes possui sala coletiva de professores, viabilizando o trabalho docente, reuniões pedagógicas e demais atividades de integração.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso LECCA, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

20.1 Biblioteca, instalações e equipamentos

A Biblioteca "Afonso Arinos" possui uma área de 719,056 m². Este espaço é dividido da seguinte forma: um salão onde é acondicionado o acervo bibliográfico, com 25 mesas redondas para estudo em grupo, e uma sala para estudo individual, com 33 cabines, totalizando 151 assentos. Possui, ainda, uma sala de processamento técnico, e recepção, totalizando 06 computadores para uso interno, sendo um destinado aos empréstimos. Para os usuários estão disponíveis 08 computadores (desktops) com acesso à internet e 10 notebooks para uso interno, 134 além de 01 computador para consulta local do acervo. Possui 68 armários guarda-volumes, banheiros coletivos, masculino e feminino, e banheiros individuais acessíveis, masculino e feminino.

O acervo bibliográfico é constituído de material impresso e digital, sendo 6.838 títulos e 17.163 exemplares impressos, com uma média de circulação anual de 6.000 empréstimos e 5.000 renovações. Os e-books estão disponibilizados na plataforma "Minha Biblioteca", com um total de 8.592 títulos ofertados neste formato.

A organização do acervo é feita de acordo com Classificação Decimal Dewey (CDD), por autor segundo a tabela (PHA) e catalogado de forma descritiva, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). O Software utilizado para catalogação e pesquisa é o Sistema Gerenciador Bibliográfico Pergamum. Para a busca de títulos, a biblioteca disponibiliza aos usuários, terminal de consulta local, além da busca remota, via internet.

Os principais serviços prestados aos usuários são: empréstimo, renovação e reserva de livros, pesquisa ao acervo, acesso à internet cabeada e wireless, empréstimo de material entre bibliotecas do IFSULDEMINAS, acesso à plataforma "Minha Biblioteca", catálogo online, orientação na normatização de trabalhos acadêmicos (ABNT), catalogação na fonte, levantamento bibliográfico, consulta a periódicos CAPES e acesso outras bases de dados.

20.2 Laboratórios

Os laboratórios disponíveis e que poderão ser demandados durante a realização do curso LECCA encontram-se relacionados a seguir. Poderão ser utilizados durante as aulas práticas das disciplinas bem como no desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Laboratório de Agroecologia e Entomologia

Tem o objetivo de proporcionar espaço para a realização de trabalhos de extensão, pesquisa e ensino por meio de projetos desenvolvidos por estudantes e servidores em parceria com a comunidade externa. Atua nas áreas de Agroecologia, Entomologia, Sementes Crioulas, Certificação participativa para produtos orgânicos e projetos com mulheres e jovens agricultores. Apoia as ações do Setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes e as ações da Casa de Sementes “Mãe Terra” que é um banco de germoplasma de sementes crioulas e orgânicas.

Laboratório de Análise e Fertilidade do Solo

O laboratório de fertilidade do solo visa dar suporte ao desenvolvimento agroeconômico regional fornecendo informações técnicas por meio de laudos de análises. Visa também auxiliar no ensino-aprendizagem dos educandos e professores do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes.

Laboratório de Análise Física e Química da Água

Este laboratório tem como objetivo atender demandas internas provenientes das disciplinas e elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

Laboratório de Análise Física do Solo

O laboratório tem condições de realizar análise: textural, densidade do solo, densidade de partícula, umidade do solo, porosidade calculada, resistência a penetração, velocidade de infiltração básica, estabilidade de agregado.

Laboratório de Biologia do Solo

As atividades desenvolvidas no laboratório têm por objetivo a execução de aulas práticas na área de microbiologia agrícola e dar suporte a pesquisa na área de microbiologia agrícola e fauna do solo.

Laboratório de Bioquímica

A principal linha de pesquisa do laboratório de bioquímica é na área de enzimologia, mais precisamente sobre especificidade e inibição de enzimas proteolíticas de interesse clínico e biotecnológico. Enzimas proteolíticas catalisam a hidrólise seletiva de ligações peptídicas em proteínas e peptídeos, constituindo um dos mais amplos e importantes grupos de enzimas. Para o estudo de enzimas proteolíticas são utilizados substratos peptídicos sintéticos (cromogênicos) que permitem detectar facilmente a atividade enzimática, determinar as constantes cinéticas características da interação enzima substrato e ainda comparar, de maneira eficiente e direta, a especificidade primária entre enzimas de uma mesma família.

Laboratório de Bromatologia

O laboratório de bromatologia proporciona conhecimento prático dos métodos utilizados na análise de alimentos que são utilizados na determinação da composição centesimal e qualidade físico-química de alimentos prontos para consumo e matérias-primas.

Laboratório de Coleção Biológica de Vespas Sociais

Acervo de material biológico identificado em nível de espécie de vespas e abelhas, com ênfase em vespas sociais.

Laboratório de Geologia

Dar apoio as aulas da disciplina de gênese, morfologia e classificação dos solos bem como fertilidade do solo, tendo como referências as principais amostras de rochas e minerais presentes no laboratório.

Laboratório de Geoprocessamento

O Laboratório de Geoprocessamento tem por objetivo atender as aulas práticas em que é utilizado sensoriamento remoto, desenho assistido por computador (CAD), informática, software topográficos, entre outros.

Laboratório de Informática I e II

Fornecer recursos tecnológicos e pedagógicos à comunidade escolar do curso LECCA, como importante ferramenta no processo ensino aprendizagem. São equipados com máquinas e softwares atualizados que permitem ao estudante um aprendizado dinâmico.

Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE)

O LIFE - *Campus* Inconfidentes visa formar um espaço de uso comum das licenciaturas nas dependências do IFSULDEMINAS, destinados a promover pesquisas, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; uso de tecnologias da informação e comunicação TIC's e a articulação entre o PIBID, ou outros projetos.

Laboratório de Microbiologia de Alimentos

O laboratório de microbiologia destina-se à realização de práticas, principalmente quando se trata de atividades relacionadas ao controle de qualidade microbiológica dos produtos desenvolvidos pelos educandos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Laboratório de Matemática

Destina-se a contribuir para a formação inicial e continuada de professores; possibilitar a integração entre ensino, pesquisa e extensão em aspectos que tangem o ensino-aprendizagem de matemática; promover espaços de discussão, compartilhamento e elaboração de saberes docentes relacionados a conceitos matemáticos, metodologias de ensino, materiais didáticos, e temas múltiplos que circundam situações diversas de ensino-aprendizagem; constituir-se como espaço de articulação entre as diferentes disciplinas curriculares, projetos e a comunidade externa; armazenar, organizar e disponibilizar recursos didáticos que possam contribuir para o ensino-aprendizagem de matemática; e promover e incentivar a pesquisa em educação matemática, educação e matemática.

Laboratório de Pesquisa em Biociências

Tem por objetivo formar recursos humanos para pesquisa, capaz de promover o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira multidisciplinar nas diversas áreas de Biociências aos educandos. O laboratório visa oferecer opções para o treinamento

avançado, tecnologia de ponta, em obtenção e avaliação biológica de moléculas e produtos bioativos.

Laboratório de Produção Vegetal e Fitopatologia

O Laboratório de Sementes tem por objetivo atender as necessidades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos e faz parte do setor de Produção Vegetal, com área construída de 378m². As atividades desenvolvidas neste laboratório estão relacionadas, principalmente, ao ensino e à pesquisa em tecnologia de sementes.

Laboratório de Química

O laboratório apresenta o objetivo de atender à demanda de aulas práticas oferecidas nos cursos superiores e técnicos. Adicionalmente, projetos de pesquisa nas áreas básicas da química e trabalhos de iniciação científica são também executados no laboratório.

Laboratório de Sistematização e Mecanização Agrícola I

O laboratório de mecanização agrícola possui sala ambiente, máquinas, equipamentos e ferramentas, para auxiliar nas aulas expositivas e práticas da disciplina de Mecanização.

Laboratório de Topografia e Geodésia

Tem por objetivo atender as aulas práticas dos cursos e presta serviços de topografia e geodésia para a direção do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, Reitoria e se necessário para os demais Campi do IFSULDEMINAS. Outra contribuição importante do Laboratório de Topografia e Geodésia, é o fornecimento de equipamentos ou de dados para estudantes que estão fazendo trabalho de conclusão de curso.

Laboratório de Zoologia

Destina-se às práticas de zoologia de vertebrados e invertebrados; triagem e identificação de material biológico relacionado a pesquisas na área; visitação de educandos do ensino médio e fundamental do IFSULDEMINAS, escolas visitantes e do projeto PIBID; cursos de extensão na  rea.

21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Será conferido o grau de Licenciado ao acadêmico que concluir, com aprovação, todos os componentes curriculares e demais atividades previstas no PPC LECCA.

Para a expedição de Diplomas e Certificados deverá ser considerado o disposto nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Formação de docentes para atuação nas Escolas do Campo**: lições aprendidas com as Escolas Normais Rurais. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (Orgs.). Educação do campo: reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de cultura popular**: impactos na sociedade pernambucana. Recife, 2009. ISBN: 9788560312139.

BEGNAMI, João Batista; HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias no IFSULDEMINAS/Campus Inconfidentes. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 2, mai./ago., p. 649-676, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p649>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos R.; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/03/1918, Página 2963. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934**. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional, da Produção Vegetal, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/04/1934, Página 7583. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24115-12-abril-1934-512582-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.029, de 6 de janeiro de 1939.** Dá denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/1/1939, Página 649. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1029-6-janeiro-1939-350236-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 14.252, de 10 de dezembro de 1943.** Aprova o Regimento dos Aprendizados Agrícolas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/1943, Página 18275. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14252-10-dezembro-1943-462045-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947.** Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/1/1947, Página 1148. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22506-22-janeiro-1947-341153-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 27.745, de 31 de janeiro de 1950.** Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola Visconde de Mauá. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/2/1950, Página 1580. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-27745-31-janeiro-1950-324517-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.** Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/2/1964, Página 1433. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/5/1967, Página 5543. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973.** Cria a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola - COAGRI - no Ministério da Educação e Cultura, atribuindo-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/7/1973, Página 6652. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72434-9-julho-1973-420902-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979.** Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/9/1979, Página 12890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/12/2004, Página 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-publicacaooriginal-21548-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/2005, Página 28. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002.** Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/2002, Página 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4228-13-maio-2002-452042-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/2010, Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=634068&filenome=LegislacaoCitada%20PL%204692/2009. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.** Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/12/2021, Página 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-publicacaooriginal-164005-pl.html>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na

Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009**. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12089.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). Por uma Educação do Campo: campo-políticas públicas-Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª Edição. Expressão Popular. 2005.

CALDAS, Luiz. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores em EPT**. In: PACHECO, Eliezer (org.). Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2011, 122 p. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **La extensión rural con enfoque agroecológico y las políticas públicas hacia la sustentabilidade rural**. In: MORALES HERNÁNDEZ, J. La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidade rural. México: Siglo XXI Editores/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2011. p. 190-215.

EGGERT, Edla. **Quando o privado é transformado em política pública**. In: EGGERT, Edla (Org.). Processos educativos no fazer artesanal. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2013.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HAJE, Salomão Mufarrej; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MICHELOTTI, Fernando. **Formação em Alternância**. In: Dias, Alexandre Pessoa et al. Dicionário da Agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 429-437.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antonio; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais *Campus* Inconfidentes. **Histórico 2018.** Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article/67-institucional/sobre-o-campus/87-historico>. Acesso em: 06 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 01, de 05 de março de 2020.** Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” das alterações das Normas de Estágio Curricular Supervisionado – Licenciaturas, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/029.2020.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 68, de 15 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/068.2020.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 69, de 14 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a aprovação das alterações das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2017/069.2017_alterada.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 157, de 2 de fevereiro de 2022.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Indutoras do IFSULDEMINAS para a oferta de cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia e dá outras providências. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/Resolu%C3%A7%C3%A3o_157.2022_com_anexo.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 75, de 15 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução CONSUP nº 069/2017, de 14 de novembro de 2017 que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/075.2020.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 100, de 29 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” da alteração do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2021/100.2021.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 58, de 29 de agosto de 2019.** Dispõe sobre

a aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética no uso de Animais do IFSULDEMINAS - (CEUA). Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/058.2019.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 92, de 18 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/092.2019.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 56, de 29 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação - IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/056.2019.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 20, de 27 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento dos Colegiados de Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/20.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 102, de 16 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2013/resolucao102.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 36, de 30 de setembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação dos procedimentos referentes à Certificação por Terminalidade Específica para Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/036.2020.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 38, de 30 de setembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/038.2020.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 210, de 18 de maio de 2022.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS. Disponível em:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/210.2022_com_anexo.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Resolução do Conselho Superior nº 17, de 28 de abril de 2015**. Dispõe sobre as condições de prestação serviço voluntário no âmbito do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2015/resolucao1728deabril2015.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

INTER-AÇÃO. Declaração final por uma política pública de Educação do Campo. II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Luziânia/GO, 2 a 6 de agosto de 2004. **Inter-Ação: Revista Faculdade de Educação**. UFG, v. 29, n. 2, p. 283-293, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/09/II-Confer%C3%A2ncia-Nacional-por-uma-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-2004.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. Revista Poíesis, São Paulo: 2006.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 4.244, de 21 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/BDE/2004-2/658-22-12-04.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 781, de 24 de março de 2006**. Disponível em: <http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/BDE/2004-2/658-22-12-04.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 06 mai 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CEB nº 1, de 1 de fevereiro de 2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf. Acesso em: 06 mai 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 36, de 4 de dezembro de 2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2001. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf?query=escolas%20do%20campo. Acesso em: 06 mai 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2002. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN12002.pdf?query=PLENA. Acesso em: 06 mai 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004**. Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 23, de 01 de dezembro de 2010**. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <https://www3.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/Janeiro/PORTARIA%20N%2023%20-1-12-10.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CONAES nº 01, 17 de junho de 2010**. Instituiu o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 86, de 01 de fevereiro de 2013.** Institui o Programa Nacional em Educação do Campo – PRONACAMPO, e define as suas diretrizes gerais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13218-portaria-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 2 de julho de 2019.** Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=116731-rcp001-19&category_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 22, de 08 de dezembro de 2020.** Diretrizes Curriculares da Pedagogia de Alternância na Educação Básica e Educação Superior. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN222020.pdf?query=NOT%C3%93RIO%20SABER. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.0005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2013.** Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN22013.pdf?query=Ensino%20B%C3%A1sico. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_CEB0_1.pdf?query=EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL. Acesso em: 06 mai. 2023.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez.2014. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v22i2.5252>.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil** - reflexões a partir da tríade: Campo-Políticas Públicas-Educação. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério da Educação - MEC, 2009. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Vendramini.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MS - Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

MS - Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Norma Operacional nº 001/2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Norma_Operacional_n_001-2013_Procedimento_Submisso_de_Projeto.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nota Técnica nº 111/2014. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/NT%20N%C2%BA%20111-2014%20-%20ON%20estagi%C3%A1rios_1.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para educação profissional no Brasil**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Educação Integral. 1ª. ed. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014. v. 1. 198p.

PIMENTA, Selma Garrido.; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2006.

RUIZ, Antonio Ibañez; RAMOS, Mozart Neves; HINGEL, Murílio. **Escassez de professores no Ensino Médio**: propostas estruturais e emergenciais. 2007, 37p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Instituto Semesp aponta déficit de professores**. Publicado em 14 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/instituto-semesp-aponta-deficit-de-professores/>. Acesso em: 07 mai. 2023.

STRECK, Danilo R. **Territórios de resistência e criatividade**: reflexões sobre os lugares da Educação Popular. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

Documento Digitalizado Público

PPC do curso Licenciatura em Educação do Campo

Assunto: PPC do curso Licenciatura em Educação do Campo
Assinado por: Fernanda Leonardi
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fernanda Aparecida Leonardi, DIRETOR(A) - CD3 - IFS - DEN-INC**, em 12/06/2023 14:56:22.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/06/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 422448

Código de Autenticação: 0a785212ac

